



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 138

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 11 de maio de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís (substituída no decorrer da Sessão pelo Vice-Presidente da ALRAA, Deputado Ricardo Cabral)*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 13 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se diretamente na **Agenda da Reunião** com o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 27/X – “Regime jurídico de apoio ao Mordomo, Comissão das Festas, Império e Irmandade na preparação e realização das festas tradicionais e populares do culto do Espírito Santo”](#), apresentado por um Grupo de Cidadãos.

Após a apresentação do relatório pela Sra. Deputada Arlinda Nunes (PS), usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados José

Andrade (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Nuno Meneses (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Toste (*PS*), Berto Messias (*PS*), as Sras. Deputadas Zuraída Soares (*BE*), Cecília Pavão (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*) e a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados José Andrade (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Nuno Meneses (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*).

Findo este ponto, passou-se para [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 59/X – “Altera o Anexo do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A, de 19 de julho”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, pediram a palavra para intervir no debate as Sras. Deputadas Catarina Moniz Furtado (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Ana Espínola (*CDS-PP*), os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Usaram da palavra para proferir declarações de voto os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Nuno Meneses (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

No seguimento da declaração de voto do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), pediu a palavra para defesa da honra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Por fim, foi debatida e votada a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º](#)

[28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Brito e Abreu*), pediu a palavra para intervir no debate a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), bem como os Srs. Deputados Luís Garcia (*PSD*), José Contente (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Pediu a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 49 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Vamos começar pela chamada, Sr. Secretário.

(Eram 10 horas e 13 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Catarina Paula **Moniz Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes Lopes

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Maria Judite Gomes Parreira

Paulo Henrique Parece Batista

Paulo Jorge da Silva Ribeiro

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

Maria da Graça Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)**Paulo Jorge Abraços Estêvão****Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes a nossa manhã de hoje será reservada à Agenda e não ao PTAP como é habitual. Tendo sido concluído o ponto cinco da nossa Agenda, e conforme se recordam ele tinha sido alterado pelo ponto quatro, entramos assim na nossa Agenda no ponto quatro que é o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 27/X – “Regime jurídico de apoio ao Mordomo, Comissão das Festas, Império e Irmandade na preparação e realização das festas tradicionais e populares do culto do Espírito Santo”**.

Esta é uma iniciativa legislativa de um grupo de cidadãos, a primeira que este plenário recebe no seguimento ou na consequência da última alteração ao nosso Estatuto Político-Administrativo e como tal depois da análise em Comissão sobe hoje ao plenário para o debate e votação na generalidade e especialidade.

Os tempos a utilizar são os do processo legislativo comum e para apresentar esta iniciativa eu vou dar a palavra à Sra. Relatora da Comissão dos Assuntos Sociais, a Sra. Deputada Arlinda Nunes.

Deputada Arlinda Nunes (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Regime Jurídico de Apoio ao Mordomo, Comissão das Festas, Império e Irmandade na preparação e realização das Festas Tradicionais e Populares do Culto do Espírito Santo foi objeto de uma primeira versão,

cujo registo de entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é identificado pelo número 27/X, datado de 17 de fevereiro de 2014. Esta iniciativa foi submetida à Comissão Permanente de Assuntos Sociais por despacho da Presidente da Assembleia em 04 de julho de 2014, com o prazo para emissão de parecer até ao dia 04 de setembro de 2014. O prazo indicado foi prorrogado, por solicitação da referida Comissão, e nos termos regimentais aplicáveis, até 03 de julho de 2015.

Em sede de apreciação desta iniciativa, a Comissão deliberou, por unanimidade, em reunião do dia 17 de outubro de 2014, solicitar, como primeira diligência, um parecer jurídico a um ilustre jurista, indicado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. O parecer jurídico foi solicitado ao Doutor em Direito, Professor David Duarte, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e deu entrada nos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 13 de janeiro de 2015.

Face à inexistência de legislação própria sobre a operacionalização de iniciativas da autoria de Grupos de Cidadãos, e considerando o teor do parecer jurídico solicitado, nomeadamente no que respeita à legalidade e constitucionalidade da iniciativa (anexo ao relatório correspondente), a Comissão deliberou, por unanimidade, em reunião de subcomissão do dia 18 de junho de 2015, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, solicitar esclarecimento escrito à respetiva Assembleia sobre quais os procedimentos legais e regimentais subsequentes a tomar relativamente a esta iniciativa.

A Presidente da Assembleia emitiu os esclarecimentos devidos, por escrito, em ofício datado do dia de 09 de julho de 2015.

Paralelamente, a Comissão deliberou, também por unanimidade, proceder à audição do primeiro proponente da iniciativa em apreciação. A referida audição teve lugar no dia 13 de julho de 2015, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha Terceira. Tendo em consideração os pareceres recebidos, designadamente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, do parecer jurídico emitido pelo Doutor em Direito, Professor David Duarte, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o esclarecimento efetuado pela Presidente da Assembleia e consequente análise efetuada por esta Comissão à iniciativa aludida, a Comissão, na sua pessoa da sua Presidente, informou presencialmente o primeiro Subscritor, aquando da sua audição, que não obstante esta, a Comissão deliberou previamente, por unanimidade, conceder uma oportunidade aos proponentes para reverem essa mesma iniciativa de modo a que uma sua reformulação reúna as condições necessárias ao seu prosseguimento. Esta concessão foi apresentada sem a estipulação de um prazo limite para entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A segunda versão da iniciativa, Regime Jurídico de Apoio ao Mordomo, Comissão das Festas, Império e Irmandade na preparação e realização das Festas Tradicionais e Populares do Culto do Espírito Santo, foi apresentada sob a forma de substituição integral e encontra-se registada sob o número 27A/X. É sobre esta que incide a apreciação definitiva da comissão permanente competente em matéria de cultura, e a qual se encontra em apreciação, sob o ponto número quatro da agenda referente ao corrente período legislativo do mês de maio da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores foi apreciada e relatada pela respetiva Comissão, em 10 de março de 2016.

O Projeto de Decreto Legislativo Regional em apreciação foi apresentado por iniciativa de um Grupo de Cidadãos, ao abrigo do disposto no artigo 46.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A apreciação da iniciativa e respetiva emissão de parecer exerce-se ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 42.º e n.º 1 do artigo 123.º, ambos do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2012/A, de 21 de dezembro, a matéria aqui em apreço é competência da Comissão de Assuntos Sociais.

O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 27A/X – Regime Jurídico de Apoio ao Mordomo, Comissão das Festas, Império e Irmandade na preparação e realização das Festas Tradicionais e Populares do Culto do Espírito Santo deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 15 de julho de 2015.

Por despacho da Presidente datado de 27 de julho de 2015, a iniciativa foi remetida para a comissão competente em matéria de cultura, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais, com prazo para emissão de parecer até 30 de outubro de 2015.

Foi solicitada a prorrogação do prazo indicado nos termos regimentais aplicáveis, tendo sido concedida prorrogação para emissão de parecer até ao dia 28 de janeiro de 2016.

A audição do proponente da iniciativa, Dr. Arnaldo Ourique, teve lugar no dia 06 de janeiro de 2016, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha Terceira. Na mesma data, foi deliberado ouvir, em audição, o membro do Governo Regional com

competência em matéria de cultura, Secretário Regional da Educação e Cultura, e solicitar parecer escrito à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

A audição do Secretário Regional da Educação e Cultura ocorreu no dia 11 de fevereiro de 2016, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel.

As audições referidas encontram-se descritas, de forma concisa, no Relatório referente à presente iniciativa e o parecer solicitado encontra-se também anexado ao relatório, dele fazendo parte integrante.

Quanto ao objeto da iniciativa, esta visa definir – conforme dispõe o artigo 1.º – “o regime de apoio a conceder ao Mordomo, à Comissão das Festas, ao Império e à Irmandade na preparação e realização das Festas Tradicionais e Populares do Espírito Santo.”

Para o efeito, o diploma começa por referir que “A importância destas Festas Tradicionais e Populares têm um enraizamento de tal ordem na sociedade açoriana que serviu para comemorar a autonomia política adquirida em 1976, o *Dia da Autonomia e dos Açores*, precisamente na Segunda Feira do Espírito Santo.”

Seguidamente, relembra-se que:

1. “Desde tempos imemoriais que tais festividades são organizadas pelo Mordomo da Festa, pela Comissão da Festa e inseridos no Império e Irmandade.”
2. “Organização sempre voluntária e gratuita.”

Sustentando-se que “Essa voluntariedade e gratuidade ganha relevo quando é consabido que as festas assim pelas ilhas afora são um polo de investimento e enriquecimento das localidades, contribuindo muito

significativamente para a economia de cada ilha e no conjunto do arquipélago.”

Acontece que “Hoje é reconhecido que a organização destas Festas tem exigências muito complexas, ora pela manutenção da sua tradicionalidade sem as desvirtuar no complexo das mundividências atuais, ora pela própria complexidade das sociedades enredadas em múltiplos vetores legais, seja inclusivamente porque a dimensão turística muitas vezes exige compromissos exigentes.”

Assim, através da presente iniciativa, pretende-se atingir “dois propósitos: por um lado, estabelecer um conjunto de apoios com o ensejo de apoiar estas festividades pela importância que têm nas localidades da Região e de modo a garantir a preservação de tais culturas centenárias num registo que temos obrigação de garantir a memória coletiva do povo insular; e, por outro lado, um apoio edificado e dirigido especificamente para a realidade da organização das festividades, na justa medida em que o que garantiu precisamente a sua longevidade ao longo dos séculos foi, associado ao seu cariz religioso, a informalidade orgânica.”

Por fim, defende-se que “O Culto do Espírito Santo é uma matéria cultural única em Portugal, pelo menos no cotejo desta antiguidade. Razão para a Região, adentro dos seus poderes constitucionais, encontrar uma resposta legal que é diferente de todas as restantes que ordem jurídica contém.”

Após apreciação, análise e concluídas que se encontram as diligências referidas, a Comissão deliberou, por maioria, emitir parecer favorável à aprovação, pelo Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 27A/X – “Regime Jurídico de Apoio ao Mordomo, Comissão das Festas, Império e

Irmandade na preparação e realização das Festas Tradicionais e Populares do culto do Espírito Santo”, com o voto a favor da iniciativa por parte do CDS-PP e do PPM e com a abstenção com reserva de posição para plenário por parte do PS e do PSD.

Disse.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Relatora.

Estão então agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Associação dos Mordomos das Festas Tradicionais da Ilha Terceira propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um “Regime Jurídico de Apoio ao Mordomo, Comissão de Festas, Império e Irmandade na Preparação e Realização das Festas Tradicionais e Populares do Culto do Espírito Santo”.

Este Projeto de Decreto Legislativo Regional tem importância simbólica e tem interesse substancial.

O seu simbolismo é importante, porque se trata da primeira iniciativa legislativa dos cidadãos.

No 40.º aniversário do Parlamento dos Açores e sete anos depois da última revisão do nosso Estatuto Político-Administrativo conferir aos cidadãos o direito de iniciativa legislativa, está o órgão representativo da

vontade dos açorianos confrontado com um diploma pioneiro de propositura popular.

A sua substância é interessante, porque se refere à mais representativa tradição cultural dos açorianos.

O culto popular do Divino Espírito Santo confunde-se com a nossa história e identifica-se com o nosso território. Sentimo-lo há 500 anos e vivemo-lo nas 9 ilhas, nos 19 concelhos, nas 154 freguesias, incluindo os seus mais recônditos lugares.

Sendo marca identitária do povo açoriano, foi este culto reconhecido para comemorar o próprio Dia da Região Autónoma dos Açores e curiosamente tinha que ser agora escolhido para objeto da primeira iniciativa popular de carácter legislativo.

Visa esta iniciativa legislativa, subscrita por mais de 1.500 cidadãos, prosseguir, segundo assume, três objetivos essenciais.

Antes de mais e acima de tudo, reconhecer, em diploma próprio, a singularidade das nossas festas populares em louvor do Espírito Santo.

Só por esta dignificação legislativa da tradição popular já teria valido a pena.

Mas pretende, igualmente, apoiar a organização das próprias festas, com a isenção do pagamento de taxas e a comparticipação dos encargos financeiros, em termos a regulamentar e a suportar pelo Governo.

E propõe, finalmente, facilitar a disponibilidade dos seus principais organizadores em termos equiparados ao regime jurídico de dispensas do serviço efetivo de funções por períodos limitados, aliás, já vigente nos Açores, para participação em atividades sociais, culturais, associativas e desportivas.

O seu âmbito de aplicação, naturalmente, não se confina a uma única ilha, mas abrange todas as nove.

Independentemente de possíveis aperfeiçoamentos a introduzir em sede de regulamentação governamental, estamos perante um Projeto de Decreto Legislativo Regional com mérito próprio.

Sendo esta iniciativa importante e interessante, merece, genericamente, o apoio político do Grupo Parlamentar do PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E não merecia ser maltratada pelo Governo Regional.

Em audição parlamentar na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura entendeu manifestar a discordância do Governo pela aprovação desta iniciativa com três argumentos quase ofensivos.

Primeiro: O Espírito Santo não precisa de ser apoiado, porque não está em risco de desaparecer;

Deputado André Bradford (PS): Isso é ofensivo!?

O Orador: Segundo: Quem quer festa deve pagá-la;

Terceiro: Não se pode roubar a festa ao povo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não se pode o quê?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É a democracia!

O Orador: Não se pode roubar a festa ao povo, disse o Sr. Secretário Regional em Comissão dos Assuntos Sociais.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não faz outra coisa senão colocar para cima do povo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Calma! Calma!

O Orador: Nem é preciso ajuizar aqui a pertinência de cada um dos argumentos invocados pelo Governo.

Basta confrontá-los com o que tem sido a prática corrente do Governo Regional e do próprio Secretário para percebermos que os governantes socialistas dizem uma coisa e fazem outra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Então vamos por partes.

O Governo que diz que “o Espírito Santo não precisa de ser apoiado porque não está em risco de desaparecer” é o mesmo Governo que apoia, todos os anos, por exemplo, um número cada vez maior de bailinhos e danças de Carnaval na ilha Terceira, que todos nós, de resto, muito apreciamos também.

Não está em causa o apoio ao Carnaval da Terceira, como é óbvio. Ele é justificado e vai certamente manter-se com um Governo do PSD.

(Risos do Deputado Berto Messias)

Deputado Berto Messias (PS): Isso agora parecia para um bailinho de Carnaval!

O Orador: O que está em causa é o Governo do PS ter dois pesos e duas medidas.

Por exemplo, ainda este ano, por despacho de 18 de janeiro de 2016, o Secretário Regional da Educação e Cultura declarou de “*reconhecido interesse público*” a participação nos bailinhos da Terceira com fundamentos que bem poderia aplicar no caso presente:

- com o argumento de que se trata de “*uma tradição que remonta ao século XVI e cuja expressão nos dias de hoje é manifesta*”; ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... - com o reconhecimento de que “*importa criar condições para a continuidade, desenvolvimento e divulgação deste rico património cultural imaterial*”;

- com a constatação de que “*mobiliza a participação voluntariosa de milhares de cidadãos*”;

- e com o propósito concreto de fazer abranger os seus participantes pelo regime jurídico regional de dispensas do exercício de funções profissionais.

Já no caso do Espírito Santo, entende o Sr. Secretário que não se pode generalizar o reconhecimento da utilidade pública, que este só deve ser declarado caso a caso.

E logo nos lembramos, por exemplo, que no ano passado, por despacho de 22 de janeiro de 2015, o Governo Regional determinou, expressamente, o que passo a citar a partir da leitura do *Jornal Oficial* da Região Autónoma dos Açores: “*Declaro de reconhecido interesse público a participação no Bailinho de Carnaval ‘Azar da blica’*”. Assina o Secretário Regional da Educação e Cultura, Avelino de Freitas de Meneses.

No caso do Espírito Santo, entende ainda o Sr. Secretário Regional que não se pode generalizar igualmente o apoio financeiro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas há mais!

Deputado André Bradford (PS): Qual é a graça disso? Isso é o nome do bailinho!? Com tanto bailinho ...!

O Orador: E logo nos lembramos, por exemplo, que há dois anos, por despacho de 11 de julho de 2014, a Secretaria Regional da Educação e Cultura concedeu – e bem – apoio financeiro a todos os 62 bailinhos e

danças de Carnaval da ilha Terceira. Curiosamente, alguns deles com títulos premonitórios como por exemplo “Grande bronca isto vai dar”...

Sobre o argumento de que as festas populares do Espírito Santo não devem ser declaradas de utilidade pública em geral ou não devem receber apoio público em diploma legal, estamos conversados.

O segundo argumento utilizado pelo Secretário da Cultura em nome do Governo do PS é ainda mais contraditório: “Quem quer festa deve pagá-la”.

Mas o Governo que diz que “quem quer festa deve pagá-la” é o mesmo Governo que apoia todos os anos, em todas as ilhas, todos os outros eventos festivos – embora mais uns do que outros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Entre tantos exemplos possíveis, basta recordar que o Governo Regional concedeu, por despacho de 10 de março de 2014, um apoio público de 200 mil euros para uma festa DJ.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quanto?

O Orador: 200 mil euros!

Também aqui não estamos sequer a ajuizar a pertinência do apoio.

Estamos tão só a demonstrar a incoerência do Governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Um subsídio de 200 mil euros para duas horas de festa DJ em S. Miguel ...

Deputado André Bradford (PS): Isso é promoção!

O Orador: ... torna insuficiente o apoio global de 31.000 euros atribuído ao Carnaval da Terceira e faz com que pareça obrigatório apoiar, na medida do possível, o Espírito Santo de todas as ilhas.

Se o problema é de carácter religioso, deparamo-nos aqui com mais uma incoerência do Governo, porque este mesmo Governo ainda agora atribuiu um apoio financeiro de 30.000 euros para as Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres.

Deputado José Contente (PS): Isso é um protocolo antigo!

O Orador: E fê-lo com o mesmo argumento que poderia aplicar ao Espírito Santo: “São um bom exemplo de um cartaz turístico de excelência, que tem diretamente a ver connosco, que reflete a nossa cultura” (fim de citação).

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Como se não bastassem as contradições entre aquilo que o Secretário diz e aquilo que o Governo faz, há ainda um terceiro argumento, porventura mais preocupante: o argumento de que “*Não se pode roubar a festa ao povo*”.

Então o Governo acha que apoiar é mandar?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acha!

O Orador: Quando refere que “*o culto do Espírito Santo é um património do Povo que não lhe pode ser roubado por um qualquer Governo*” – estou a citar o Secretário em Comissão – acha que o apoio da Região aos bailinhos de Carnaval, aos grupos folclóricos, às bandas filarmónicas, confere ao Governo o direito de condicionar a atividade associativa?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acha!

O Orador: Infelizmente, dos três argumentos, parece que este é o menos contraditório com a prática governativa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é cada tiro cada melro!

O Orador: Mas há ainda uma última incoerência no discurso do Governo para defender que esta iniciativa popular deve ser rejeitada pelo Parlamento.

O Sr. Dr. Professor Avelino de Meneses diz que “*como cidadão, subscreveria a iniciativa*”, mas que “*como governante, não a subscreve*”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Incrível!!

O Orador: Resta-nos então aguardar pela votação do PS para percebermos se, também neste caso, a vontade do governante se vai sobrepor à vontade do cidadão.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vai!

O Orador: Para já, o que fica é uma dupla personalidade entre o Professor Avelino e o Secretário da Cultura e uma absoluta desconformidade entre o Secretário Regional e o Governo Regional.

Deputada Judite Parreira e Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Das duas uma: ou o Secretário não se sente bem neste Governo, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É possível!

O Orador: ... ou este Governo não se sente bem com este Secretário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Podíamos até não concordar inteiramente com todos os aspetos constantes do presente diploma, ...

Deputada Cecília Pavão (PS): Ah! O senhor não se importa!

O Orador: ... mas não podíamos deixar de denunciar que o Governo, pela voz do Secretário, entrou neste processo como “um elefante numa loja de cristais”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi uma falta de consideração pelas festas populares dos Açores.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Credo!

O Orador: É uma falta de respeito pela capacidade legislativa dos cidadãos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A tão falada e desejada iniciativa cidadã que o PS tanto defendeu na revisão do Estatuto parece que agora os incomoda.

Afinal queriam iniciativa cidadã, mas para que os cidadãos não pudessem apresentar nenhuma iniciativa legislativa. À primeira que eles apresentam, eles discordam logo e criticam, mas discordam e criticam por um motivo muito simples, é que além dos argumentos aqui aduzidos, e que o Sr. Secretário aduziu na Comissão, há um outro que se percebe bem por que é que pelo menos o Partido Socialista não concorda ou não vai

concordar com esta iniciativa e é também uma das afirmações do Sr. Secretário que eu vou aqui citar: é que concluindo, o Secretário Regional da Educação e Cultura discordou da aprovação desta iniciativa sob pena de politizar algo que não pode, nem deve ser politizado.

Sr. Secretário, aqui é que bate o ponto: é que os senhores querem é politizar e controlar e desta maneira os senhores não politizam, nem controlam e é isso que talvez incomode o político Secretário contra a consciência do cidadão. É isso talvez que o incomoda e que incomoda o Partido Socialista que quer politizar tudo e todos. É isso que incomoda! Desta maneira, dando os apoios iguais para todos, não distribuindo a seu belo critério e ao belo critério do Partido Socialista é que ...

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: ... os senhores não querem que as coisas sejam feitas.

Isso comparado, por exemplo, Sr. Secretário, (que eu acho absolutamente extraordinário) com os apoios que os senhores deram e que é uma lista imensa que eu tenho aqui de algumas dezenas de páginas por Despacho ...

Deputado José San-Bento (PS): E o senhor é contra quais?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores é que vão votar contra!

Deputado José Andrade (PSD): O Governo é que tem que responder!

O Orador: ... 273/2016, de 15 de fevereiro, ... O senhor tem aqui Reino Unido, *Velvet Productions Ltd.*, para a realização de um filme sobre Gungunhana: 49. 739, 40 €. Portanto, isso não lhe custa incomodar. Isso não custa incomodar! Sr. Secretário, um filme!

Agora, sobre as nossas festas do Espírito Santo o senhor não concorda.

E, Sr. Secretário, quando um cidadão vai para um Governo e digamos que violenta a sua própria consciência por estar neste Governo, se enquanto cidadão concorda com o Espírito Santo, concorda com os apoios, vai para o Governo e deixa de concordar?

Oh, Sr. Secretário, então deixa de ser cidadão. O senhor vai ter que explicar esta sua aparente contradição. Quer dizer, as pessoas devem defender aquilo em que acreditam, independentemente de estarem no Governo ou não estarem no Governo. Não é o Governo que vai mudar as suas convicções. Pode condicionar os seus apoios, agora as suas convicções jamais um Governo muda, porque é por isso que as pessoas deixam de acreditar na política, por causa de atitudes destas.

Depois vinha por aqui abaixo uma série de argumentos.

Os senhores dão a quem querem e entendem, porque o que os senhores querem, Sr. Secretário, é como vem aqui: “promoção e dinamização de eventos na Região Autónoma dos Açores em diversas áreas culturais promovidas pelos serviços centrais”.

Os senhores é que querem promover a festa. Os senhores querem tirar iniciativa ao povo. Os senhores querem controlar e dar bodo, é isso que os querem fazer, é isso que aqui está. É esse tipo de festas que os senhores querem apoiar ...

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores é que vão apoiar a proposta!

O Orador: ... e nós queremos apoiar a festa popular e a iniciativa popular.

Vozes das Deputadas da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP congratula-se com esta iniciativa que estamos a apreciar, que é uma iniciativa legislativa popular, mas não pode deixar de recordar que este tipo de iniciativas, estando consagrada, não foi ainda regulamentada por este Parlamento, o que criou as dificuldades que já foram referidas, designadamente pela Relatora aquando da apresentação desta iniciativa.

Relativamente ao objeto, ao conteúdo da iniciativa e o seu alcance. Temos aqui algumas dúvidas sobre os efeitos que eventualmente a aprovação de uma iniciativa com este articulado pudesse produzir.

Primeiro, porque consideramos que as festas do Divino Espírito Santo por toda a Região são manifestações organizadas, mais formal ou informalmente, sobre as quais não há nenhum tipo de influência externa, nasce por vontade popular, pela fé no Divino Espírito Santo e mantêm a pujança que todos nós conhecemos.

Aliás, se há algum elemento que contribui de uma forma indelével para a construção de uma identidade açoriana, de uma identidade regional, serão exatamente as festas do Espírito Santo. Não é por acaso que este Parlamento decidiu comemorar o Dia dos Açores no dia do Espírito Santo.

Portanto, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é por acaso porque foi com outro Governo, porque se fosse com este Governo não se sabia!

Deputado Joaquim Machado (PSD): E houve votos contra!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E houve votos contra, mas o senhor não estava cá!

O Orador: ... parece à Representação Parlamentar do PCP que, sem nenhum demérito relativamente à iniciativa, esta é das áreas onde o poder político não pode, nem deve ter interferência. Não pode, nem deve ter interferência!

Independentemente de juízos que se falam acerca da discricionariedade de apoios atribuídos a outro tipo de manifestações, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sata Rally Açores! Só um exemplo!

O Orador: ... independentemente disso, parece-me que neste caso aqui, ou parece-nos, à Representação Parlamentar do PCP, neste caso vertente não há nenhuma necessidade, antes pelo contrário. Seria perverter a própria natureza das festas em honra do Divino Espírito Santo ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não diga isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor sabe lá o que é o Espírito Santo!

Deputado André Bradford (PS): Ninguém sabe o que é o Espírito Santo!

O Orador: Eu apelo à Sra. Presidente (apelo à Sra. Presidente!) para intervir no sentido que eu possa fazer a minha intervenção e que o assunto que estamos a tratar, até porque não há nenhum açoriano que não o sinta, merece todo o respeito. Portanto, agradeço que a Sra. Presidente interfira ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não tinha nada para dizer ...

O Orador: ... no sentido de serem criadas as condições para eu terminar a minha intervenção.

Presidente: Sr. Deputado, penso que de momento estão reunidas as condições. Naturalmente não queremos replicar o final dos nossos

trabalhos de ontem, até porque agora ainda estamos a começar. Penso que estão reunidas as condições para continuar a sua intervenção.

O Orador: Considera que sim?

Então eu vou recomeçar. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vou terminar a minha intervenção agora, virei novamente, quando as bancadas que têm estado a perturbar uma intervenção numa falta de respeito não é ao Deputado do PCP, é ao povo açoriano, é aos devotos do Espírito Santo ...

Essas bancadas que têm estado a interferir com a minha intervenção não é uma falta de respeito ao PCP, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Santa paciência!

O Orador: ... não é uma falta de respeito ao Deputado do PCP, porque o Deputado do PCP os apartes e as intervenções paralelas não tem medo delas e entende-se muito bem com isso. Essa falta de respeito dessas bancadas, que por acaso estão ao meu lado esquerdo, mas são da direita, com exceção da bancada do Bloco de Esquerda, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Oh, Aníbal, Não há pachorra!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já passa os limites!

O Orador: ... estão a faltar ao respeito ao povo açoriano e a uma das suas mais convictas tradições e fé. É isso que estes Srs. Deputados estão a fazer. É faltar ao respeito ao povo açoriano.

Virei novamente quando as bancadas acalmarem.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é vergonhoso!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É vergonhoso, é!

Deputado Jorge Macedo (PSD): A moral da história foi?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já te digo Jorginho!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós estamos a começar os nossos trabalhos. Naturalmente penso que depois do que aconteceu ontem é de todo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que é falta de respeito! A Sra. Presidente está a falar consigo!

Presidente: Nós vamos continuar os nossos trabalhos naturalmente, mas penso que fica claro, logicamente, que sendo os apartes regimentais e são, não devem interferir com as intervenções dos colegas, mas são regimentais e, portanto, eles também têm cabimento no debate parlamentar com os alertas que deixei ontem. Penso que não vale a pena me estar a repetir.

Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos dentro de 15 minutos então.

Eram 10 horas e 53 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Está inscrito o Sr. Deputado Nuno Meneses a quem dou a palavra.

Eram 11 horas e 13 minutos.

(*) **Deputado Nuno Meneses (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro, felicitar a iniciativa de um grupo de cidadãos que de forma proactiva resolveu fazer chegar a esta Casa uma proposta de Decreto Legislativo Regional apoiada por um conjunto de subscritores, além do mais por esta ser também a primeira iniciativa legislativa popular baseada diretamente no nosso Estatuto Político.

Deve merecer por si só o nosso reconhecimento e o nosso apreço pela demonstração da vontade dos cidadãos proponentes de exercerem uma cidadania ativa junto dos órgãos de Governo da Região neste caso sobre um assunto que é caro à maioria dos açorianos não se tratasse de um fenómeno cultural que não deixa ninguém indiferente.

Analisada a proposta de diploma que pretende definir o regime de apoio a conceder ao Mordomo, à Comissão de Festas, ao Império e à Irmandade na preparação e realização das Festas Tradicionais e Populares do Espírito Santo foram suscitadas várias questões relativamente ao seu articulado que levantavam numa primeira fase algumas dúvidas quanto à sua legalidade e eventualmente constitucionalidade. São elas a declaração de utilidade pública: estabelecia-se que as festas tradicionais e populares do Espírito Santo em que se inserem o Mordomo, a Comissão de Festas, o Império e a Irmandade, seriam declaradas de utilidade pública para todos os efeitos. Contudo, a declaração de utilidade pública apenas poderia recair sobre as irmandades do Espírito Santo, as quais estivessem registadas como pessoas coletivas religiosas e não sobre as festas.

Também sobre a concessão das participações financeiras previa-se a atribuição anual de uma participação financeira que tinha em conta a antiguidade da festa e a população da localidade, ou em alternativa a data de constituição da paróquia ou freguesia. Tratar-se-ia de um apoio fixo, independentemente da dimensão e qualidade do programa das festas

estabelecida em função da sua antiguidade e da população abrangida. O critério proposto não seria o mais adequado e era pouco claro.

Depois ficava por esclarecer se se pretendia o apoio para as celebrações que decorressem do culto do Divino Espírito Santo (cortejo, coroações, bodos, funções, etc.), ou se para as atividades de entretenimento que por vezes, com maior ou menor dimensão, lhes são associadas (concertos, touradas, bailes, etc.).

Outra, a dispensa de funções. A proposta estabelecia que se aplicassem ao Mordomo, Membros das Comissões de Festas, do Império e da Irmandade o regime de dispensa do serviço efetivo de funções que levantava dúvidas sobre que tipo de funções, que membros da irmandade teriam esse direito e que suportava os encargos com o salário dos trabalhadores em dispensa de funções.

Também ainda sobre a isenção do pagamento de taxas, seria, portanto, necessário aferir da possibilidade da Assembleia Legislativa Regional estabelecer as isenções pretendidas, visto que na formulação apresentada a referência às taxas era feita de forma transversal.

Nessa medida, e depois do pedido de parecer jurídico sobre essas matérias foi dado a conhecer ao grupo de cidadãos proponentes o resultado das recomendações para que, caso entendessem, procedessem à revisão do diploma e à correção das matérias sobre as quais haviam sido levantadas dúvidas.

Foi o que aconteceu.

Tendo dado entrada novo documento com um conjunto de alterações que se por um lado resolvia o problema de um conjunto de reservas levantado, nomeadamente a utilidade pública e a isenção de taxas,

mantinha os mesmos problemas em relação à forma de atribuição da comparticipação financeira e dispensa de funções.

Pese embora a componente cultural que lhe está subjacente e o ímpeto que poderia numa primeira fase levar a que se admitisse que um documento desta natureza devesse ser considerado, torna-se necessário depois de uma análise mais aprofundada fazer prevalecer a razão.

Existem aspetos que no nosso entender devem ser tidos em conta, tais como a subversão do que são festas livres e espontâneas e que não se limitam apenas à ilha Terceira e ao financiamento de dinheiros que são públicos.

A iniciativa não define claramente a dimensão geográfica das mesmas, nem a substância que lhe está subjacente.

Se por um lado dá ênfase ao culto do Espírito Santo, por outro lado agrega objetos diferentes, como os santos padroeiros e a tauromaquia, designadamente a tourada à corda que não é comum a todas as ilhas dos Açores.

Portanto, sendo bem-intencionada esta ação convenhamos que veio a revelar-se um documento com limitações que sendo aprovado poderia, em última análise, criar mais problemas do que aqueles que viria eventualmente resolver.

A iniciativa tinha como objetivo reconhecer o culto do Espírito Santo e as festas em honra a patronos, por outro lado reconhecer a figura do mordomo. No entanto, nesta segunda versão revista, no seguimento do parecer jurídico solicitado, temos uma proposta mais curta e que não acrescenta muito além da isenção de taxas cobradas pelos serviços da administração pública regional autónoma, que na prática não terão expressão, além de que, tendo sido retirado, o licenciamento camarário às

touradas, que se verificam apenas nas touradas que ocorrem na ilha Terceira já se encontra ultrapassada para as touradas tradicionais.

Quanto ao cálculo da comparticipação proposta consideramos não se ter conseguido ultrapassar alguns aspetos mais suscetíveis de questionação, como seja a correspondência à dimensão das festas. Ora, uma festa de maior dimensão não significa que apresente melhor qualidade que uma festa de menor dimensão. Como não é líquido também que uma festa mais antiga, isto é, que se realize há mais tempo, seja merecedora apenas por isso de um apoio financeiro maior.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é! É tradição, Sr. Deputado! É exatamente para evitar mercenários, para evitar novos ricos!

O Orador: Para além disso, todas estas manifestações culturais acontecem espontaneamente, sendo que os intervenientes atuam de forma completamente voluntária e as festividades têm-se mantido ao longo do tempo. Criando-se um sistema de incentivos burocrático poderia até ter-se o efeito contrário, o de aguentar os mordomos das comissões de festas e os irmãos das irmandades.

Existe ainda outras fragilidades na proposta apresentada. Por exemplo, todos sabemos que as festas em honra a patronos são compostas por vezes por uma parte religiosa e por uma parte profana e assim fica por esclarecer a quem atribuir os apoios consoante o tipo de festa em questão. Para concluir, reconheço o mérito da iniciativa, mas considero duvidosa a sua implementação, sendo que a comparticipação por parte do Governo Regional às festividades pode desvirtuar a espontaneidade que lhes é inerente.

Para além disso, as autarquias locais já participam nesta comparticipação, sendo que o apoio prestado ao nível do poder local será necessariamente

mais adequado e mais equilibrado, pois é feito caso a caso, muitas vezes também em forma de logística, não padecendo do problema da abrangência e da adequabilidade de um apoio de nível regional.

Temos consciência da importância que as festividades em honra do Espírito Santo e que as festas tradicionais em honra a patronos com componente religiosa e profana têm para as nossas gentes, que fazem parte da nossa identidade cultural e que para além disso, por exemplo, no caso particular da ilha Terceira, colaboram de forma bastante relevante para a dinâmica económica local.

Mas ao tentar fazer-se de forma simplista a aglutinação de diversas manifestações populares todas elas com as suas características e especificidades conseguiu-se colocar no mesmo saco coisas diferentes que chegam a diferir umas das outras até simplesmente de localidade para localidade. Em termos da forma como se organizam e se financiam, não nos parece que resultasse em nenhuma mais valia a criação de um diploma que abarcasse tal diversidade de forma tão condensada como acaba por fazê-lo.

Quando na fase final (e para terminar) da intervenção do Sr. Deputado José Andrade é dito, embora eventualmente não por estas palavras, que “não concorda com alguns aspetos formais do diploma” acho que fica tudo dito.

O PSD não concorda com o documento, ...

Deputado José Andrade (PSD): Eu não disse isso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não percebeu o que ele disse!

O Orador: ... mas vai votá-lo favoravelmente e terá as suas razões.

Obrigado.

Deputado José Andrade (PSD): Eu não disse isso!

Deputado Berto Messias (PS): Vai poder corrigir a seguir!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me uma nota prévia para rejeitar em absoluto duas ideias que, como ruído de fundo, estão a perpassar de alguma maneira este debate.

A primeira ideia é que votar contra esta iniciativa por ela ser uma iniciativa de cidadãos é uma falta de respeito pela capacidade legislativa dos cidadãos. Isto é inadmissível.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Uma coisa é o respeito pela capacidade de iniciativa dos cidadãos, outra coisa é o conteúdo dessa iniciativa e, portanto, confundir as duas coisas é de mau gosto, Sras. e Srs. Deputados, e é ilegítimo.

Por outro lado, também rejeitar que de alguma maneira uma discussão que tem de ser política, que não pode ser senão política neste Parlamento, se transforme numa avaliação das opções religiosas de cada deputado ou de cada deputada nesta Casa, ou para o caso, de cada Membro do Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas quem disse isso?

A Oradora: Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

No plano político o Bloco de Esquerda começa por saudar obviamente, como aliás o faz em todas as iniciativas de cidadãos e de cidadãs trazidas a este Parlamento, saúda a iniciativa e saúda-a duplamente na medida em que ela é de facto pioneira por ser a primeira iniciativa apresentada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores por um grupo

de cidadãos e, portanto, com mais de 1. 500 assinaturas. É uma estreia bem-vinda e para o Bloco de Esquerda deve ser repetida por mais cidadãos, com outros conteúdos, com outras propostas, com outro tipo de iniciativas.

Portanto, quanto à figura usada nada contra, tudo a favor.

Agora vamos à substância desta iniciativa, cujo primeiro subscritor, o Dr. Arnaldo Ourique, faço questão de saudar e nele saudar todos os outros e as outras cidadãs.

Ao pretender impor um Regime Jurídico de Apoio ao Mordomo, à Comissão de Festas, o Império e Irmandade na preparação e realização das Festas Tradicionais e Populares do Culto do Espírito Santo, nós, Bloco de Esquerda, fazemos a seguinte avaliação: ao pretender instituir este regime jurídico aquilo que se está a fazer é de certa forma institucionalizar a festa ou as festas do Espírito Santo.

Ora, institucionalizar estas festas é exatamente o contrário do seu espírito inicial, fundador, matricial, o tal que dá identidade a este povo.

As festas do Espírito Santo surgiram como uma disrupção do místico e do mistério à margem do institucional, seja religioso, seja secular.

Agora, querer pôr o cunho da normatividade e do Governo, seja ele qual for, numa manifestação popular genuína, absolutamente genuína, espontânea, solidária, não há pagamentos, em que cada um dá de si, dá o pão, dá a carne, reparte. É este o espírito, Sras. e Srs. Deputados. Não é pôr o Governo a pagar as festas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sr. Secretário, nunca pensou encontrar aqui apoio!

A Oradora: Não é transformar um mordomo num funcionário público e, portanto, o Bloco de Esquerda com todo o respeito pela iniciativa, - mais! -, compreendendo (Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, compreendendo, veja lá!) aquilo que o senhor disse em sede de Comissão que como cidadão a sua tentação era votar a favor, mas como governante e como historiador, conhecendo bem a génese deste culto, não o poderia fazer, eu compreendo aquilo que o senhor disse, porque na realidade a tentação emocional é dar todo o apoio, mas é preciso perceber que dar este apoio é transformar numa instituição aquilo que não tem nada a ver com as instituições.

Mais! Surgiu nos Açores à revelia de todo o poder secular ou religioso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

A Oradora: Mais! Só sobreviveu na Região Autónoma dos Açores e desapareceu no continente porque no continente houve uma coisa que se chamou Inquisição e que aqui não existiu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Na altura da Inquisição não havia Açores, Paulo Estêvão! Tu é que és historiador!

A Oradora: E portanto, é por isso que nós estamos aqui e temos na nossa tradição as festas do Espírito Santo e no continente português elas não existem.

Portanto, dizer daqui, deste lugar, em nome do Bloco de Esquerda, ao Dr. Arnaldo Ourique que foi digamos uma personagem, uma personalidade que lutou com todas as garras e com toda a convicção por aquilo que ele acredita que é o melhor, saudar nele todos os cidadãos e cidadãs que subscreveram esta pretensão, mas dizer-lhes também com toda a sinceridade que aquilo que pretendem é contraditório com aquilo que querem salvar. Institucionalizar uma tradição é matá-la, não é salvá-la.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já vai na estratosfera!

A Oradora: É torná-la uma múmia. Não é deixá-la respirar com toda a espontaneidade de festa popular que esta manifestação é.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Era para solicitar um intervalo de 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ...

(Diálogo entre a Deputada Zuraída Soares e os Deputados Artur Lima e Paulo Estêvão)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, é que nem para anunciar o intervalo. O Sr. Deputado António Marinho acabou de fazer uma interpelação solicitando um intervalo regimental de 30 minutos que eu quero anunciar e, portanto, regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com o debate sobre esta iniciativa legislativa dos cidadãos.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Está inscrita a Sra. Deputada Cecília Pavão.

(*) **Deputada Cecília Pavão (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já aqui foi louvada e muito bem esta iniciativa popular.

Permitam-me apenas acrescentar algumas achegas que consideramos importantes nesta matéria.

Relativamente à comparticipação financeira proposta os critérios são completamente inadequados, diria mesmo de impossível exequibilidade se tivermos em consideração a diversidade de formas e o número de pessoas envolvidas nestas festas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Propostas de alteração a este DLR!

A Oradora: Aliás, toda a riqueza e beleza destas festividades centenárias ancoram precisamente na sua diversidade. Por exemplo, em São Miguel a forma como se organizam as festas do Espírito Santo na costa sul é completamente diferente da forma como as mesmas são organizadas na costa norte. Estamos a falar na mesma ilha.

Na costa sul, por exemplo, no concelho de Vila Franca do Campo, todas as irmandades perseguem o objetivo de terem a sua casa do Espírito Santo de ferro e betão para a semana das festas, chegando a haver duas por freguesia.

Para tal, têm de se constituir em irmandades, criar os seus estatutos e são na sua maioria pessoas coletivas de utilidade pública.

Os imóveis construídos servem a função das festas no seu tempo próprio e estão ao serviço da comunidade, por exemplo, como centros de convívio para idosos durante o resto do ano.

Na costa norte da ilha, por exemplo, na zona das Bretanhas, mais propriamente no pilar freguesia que me serviu de berço e que tem apenas

762 habitantes, os mordomos e ajudantes insistem na antiga tradição de construir e desconstruir após as festas todos os anos um gigantesco pavilhão chamado caramanchão em madeira, coberto de plástico e decorado com plantas e flores da nossa Região para servir e acolher todos os envolvidos nas festas.

Em duas semanas passam seguramente por esta pequena freguesia mais de duas mil pessoas.

Então seria justa uma comparticipação financeira com base na população da freguesia?

Por outro lado, comparticipação para quê?

Para as flores do quarto da coroa, para a eletricidade, para a massa sovada ou vinho de cheiro, para a banda de música da coroação, para pagar a cozinheira, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Para pagar as taxas!

A Oradora: ... o grupo folclórico ou das castanholas, os foguetes, etc., etc., etc. ...

Relativamente à dispensa de funções, outra grande ambiguidade dada precisamente a diversidade da organização destas festas.

Por exemplo, na vila de Rabo de Peixe e em várias freguesias do concelho de Ponta Delgada, inclusivamente nas grandiosas festas do Espírito Santo de Ponta Delgada, mantém-se a tradição dos carros de bois que serviam no passado para os trabalhos agrícolas e servem até hoje para a distribuição das pensões por altura das mordomias.

Então quem decora os carros de bois precisaria de quantos dias de dispensa de funções para o fazer?

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: E quem trata dos animais todo o ano?

Por exemplo, o nosso ilustre colega, Sr. Deputado Renato Cordeiro, é proprietário de uma junta de bois que serve apenas (com gosto e muito sacrifício que estas coisas implicam, porque alimentar uma junta de bois não é propriamente alimentar um casal de periquitos) ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora é mesmo socialista!

A Oradora: ... para as festas da freguesia onde o Sr. Deputado participa e para as festas de Ponta Delgada.

Estas festas fazem-se com a entreatada, com a oferta desinteressada daquilo que cada um sabe fazer.

Muitos trabalhos preparatórios são feitos ao fim de semana, aos serões, por exemplo, na Bretanha é tradição homens e mulheres passarem noites em claro na semana da distribuição de pensões.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora não sabe o que é que diz!

A Oradora: Aliás, sobre isso há particularidades deliciosas e eu poderia ficar o resto do dia a falar sobre estas festas com muito gosto, porque faz parte do meu ADN.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por favor, não!

A Oradora: Volto a falar nas festas que conheci desde tenra infância.

Quem trabalha nas festas come na casa do mordomo toda a semana.

A cozinheira, por exemplo, tem direito a uma pensão de criador, ou seja, recebe o mesmo que um empresário agrícola que alimenta e engorda um animal para as festas o ano inteiro. O mesmo se aplica a quem traz o carro de bois decorado ou aos membros da folia.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Estes e muitos outros exemplos poderiam ser dados, até porque (também já aqui foi dito) às festas do Divino Espírito Santo ninguém fica indiferente.

Quem as conhece melhor (e todas as Sras. e Srs. Deputados conhecem bem pelo menos as festas da sua terra) sabe que tal como há muitas receitas da tradicional sopa do Espírito Santo, também existem muitas receitas para organizar esta maravilhosa tradição.

É tão rica (repito!) na sua maravilhosa diversidade que seria de todo impossível espalhá-la num Decreto Legislativo Regional por melhor intencionado que seja.

Não cabe, Sras. e Srs. Deputados, não cabe a tradição do Espírito Santo num decreto.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Antes de dar continuidade à minha intervenção apenas um esclarecimento devido àquilo que poderá ter sido uma interpretação da minha saída há pouco do plenário.

A minha saída não foi ostensiva e de falta de respeito quer com o plenário, quer muito particularmente com a Sra. Presidente. Se assim foi entendido peço desculpa ao plenário e à Sra. Presidente, mas de facto não foi. Foi uma necessidade de saída para ir resolver um problema.

Portanto, fica este esclarecimento feito.

Relativamente ao diploma que está em apreço e não vou repetir tudo aquilo que disse na minha intervenção inicial, mas de facto reafirmar que qualquer tentativa de regulamentação em termos legislativos das festas do Divino Espírito Santo será, no nosso entender, um erro, visto que as festas do Espírito Santo e a devoção do Espírito Santo têm uma matriz de raiz popular que é diferente de freguesia para freguesia dentro da mesma ilha, que é diferente entre todas as nossas ilhas e, portanto, é uma área na qual não nos parece que o poder político deva ter a sua intervenção.

Reconhecemos certamente o mérito da iniciativa e a tentativa que é feita pelos subscritores desta iniciativa legislativa popular, mas a Representação Parlamentar do PCP, face àquilo que disse na primeira intervenção e que agora reafirma, não vai dar o apoio a esta iniciativa legislativa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a apreciar uma iniciativa popular que se pode inscrever do ponto de vista político no âmbito de uma discussão que está em vigor na Região há muitos anos, lançada por diversos partidos, em relação ao reforço da participação dos cidadãos no sistema político.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eles não querem apoiar, querem é subsidiar!

O Orador: Estas acabam por ser quase formas de democracia direta que eu acho que não entram e não devem entrar em conflito com a democracia representativa.

Participar através deste tipo de iniciativas populares e de participar diretamente através da representação que nós todos aqui temos da parte da população dos Açores são dois processos que se enriquecem mutuamente e por isso nesse sentido eu considero que esta iniciativa popular deve ser apreciada pelo seu mérito. À partida qualquer iniciativa popular que aqui surja não deve ser só por si valorizada nesse sentido, temos de olhar para o conteúdo, para o objeto que persegue e nesse sentido nós vamos valorizar aquele que é o seu objetivo.

A esquerda parlamentar (e eu tenho que dizer isto, lamento ter que dizer isto), ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor não diga!

O Orador: ... o PCP e o Bloco de Esquerda, tentaram politizar esta questão.

Esta questão é uma questão de objetivos políticos. Mesmo ontem o último debate que tivemos foi sobre o abate dos animais. É um objetivo político legítimo de diversos partidos políticos, inclusivamente o PPM votou a favor e agora o que a esquerda nos vem dizer é que em relação às tradições populares, em relação à cultura imaterial, “isso aí não vamos colocar aqui uma questão como ideologia, isto para nós não é objetivo, vamos deixar as coisas fluir e não vamos ter qualquer tipo de intervenção”. É a extrema esquerda a tentar que este tipo de temas não seja aqui discutido neste Parlamento e não seja devidamente valorizado. São tão importantes como muitos outros assuntos que nós aqui debatemos. O que acontece é que da parte de Vs. Exas., Vs. Exas. querem definir ideologicamente o que é que é correto analisar e o que é que não é correto analisar e valorizar e nesse sentido eu estou em profundo

desacordo com Vs. Exas.. Nós valorizamos as tradições populares, nós valorizamos a cultura imaterial.

Dizem-me o seguinte: “É bom que não se faça qualquer intervenção. O Estado não deve ter qualquer intervenção no âmbito da cultura popular das festas do Espírito Santo.”

Eu pergunto: Ai, não tem?

Então e os impostos?

E as taxas e taxinhas?

E a questão burocrática que é cada vez de maior complexidade? Então, isto não é intervenção do Estado?

Aqui não há intervenção, mas para ajudar ...

Bom, aí não! Aí para ajudar, para de facto ajudar umas festas cuja organização é cada vez mais complexa, cuja organização é cada vez mais cara exatamente pela burocracia que o Estado cria todos os anos, pela complexidade que introduz no processo das festas populares todos os anos, todos os anos o Estado interfere, todos os anos o Estado aumenta a interferência nas festas e aumenta a complexidade destes processos de tal forma que há muita gente que está absolutamente cansada, porque se sente completamente condicionada pelo conjunto de obrigações que são impostas todos os anos e que crescem todos os anos.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é baseado em quê? O senhor materialize isso!

O Orador: Aqui o Estado pode intervir, para ajudar já não pode intervir. É absolutamente inadmissível este tipo de postura.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é falso!

O Orador: Eu não posso concordar e também não posso concordar com a opinião do Sr. Secretário que disse o seguinte e vale a pena reler. O Sr.

Secretário dizia o seguinte: “Como cidadão subscreveria a iniciativa movido pela componente sentimental, como governante tenho de fazer prevalecer a razão sobre a emoção” e isto transmite uma coisa muito simples: é que há uma desvalorização completa por parte do Governo Regional em relação ao cidadão. Então o cidadão não decide de forma racional, não decide utilizando a razão, é irracional no âmbito das tomadas de decisão; os governantes, os iluminados desta terra, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não é o caso do Sr. Secretário! Um académico é um ser racional!

O Orador: ... é que decidem com razão.

Portanto, o povo está num substrato da irracionalidade, decide de forma irracional e depois é necessário que estejam lá os condutores do povo, movidos pela razão, a decidir de forma racional.

Isto é absolutamente inaceitável, isto é uma ofensa ao povo dos Açores, é uma ofensa à participação da cidadania. Cada vez que aparecer aqui uma proposta que nos seja veiculada pela cidadania o que nós vamos ter é: “Não! Atenção! Agora vamos ter aqui um filtro da razão. O que aqui nos chega são as emoções mais primárias! Agora o que nós precisamos é o filtro da razão, dos iluminados do Governo.”

Portanto, isto é absolutamente ofensivo utilizar este tipo de argumentos.

Por isso, meus senhores, não é verdade que o Estado não tenha intervenção. A verdade é exatamente o contrário. O Estado está a esmagar, através de burocracia, através do aumento dos impostos, a realização destas festas e de quem está a esmagá-las.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Deputado, o senhor materialize isso!

O Orador: Não é verdade!

E também não é verdade que o cidadão não possa tomar decisões ... Não possa, não! Não toma decisões racionais.

É evidente que as pessoas e a democracia é isso, a democracia significa a vontade de todos nós, significa que todos nós tomamos decisões e definimos aquilo que queremos para a nossa sociedade. Todos, todos! E o voto de todos é igual.

E, por isso, meus senhores, não podemos analisar esta questão como se aqui chegasse a irracionalidade e aqui então vamos decidir ao contrário do povo que aquilo que nos faz chegar são instintos não racionais.

Nesse sentido, meus senhores, o que eu aqui quero dizer é que o PPM apoia esta iniciativa que consideramos que é uma iniciativa que nasce do desejo do povo de facto de preservar estas festas, de ter mais condições para as fazer e nós consideramos que isto é um objetivo político, com certeza. Temos muita honra em apoiar estas festas, estas iniciativas, temos muita honra, temos este objetivo e na nossa hierarquia está lá em cima, na nossa hierarquia política. Não aceito que a extrema esquerda ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não aceite, mas assuma!

O Orador: ... diga que isto não pertence à política, não pertence à decisão deste Parlamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais importa deixar aqui muito claro que o Partido Socialista não está contra a realização das festas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está, está!

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor também já foi mordomo!

O Orador: Não só concorda com a realização das mesmas, como também reconhece o mérito de todos aqueles que se dedicam a uma causa celular.

No preâmbulo do Projeto de DLR é referida a distribuição da carne, do pão e do vinho, das ceias dos mordomos, das coroações e das sopas do Espírito Santo, mas existe outras mais coisas. Também existe a ceia dos criadores, que são aqueles que ajudam a irmandade, que criam o gado em louvor ao Espírito Santo.

Portanto, é bom lembrar que tudo isto é feito de acordo com cada império ou irmandade e difere de freguesia para freguesia e de ilha para ilha como aqui já foi referido.

Em regra, as despesas são suportadas pelas quotas pagas pela irmandade, pelos criadores do gado e pelas pessoas da freguesia que de um modo geral colaboram com os mordomos em honra ao Espírito Santo.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: As festas do Espírito Santo ao longo dos anos têm-se realizado sem percalços e sem grandes alterações, porque as pessoas se preocupam em manter os nossos costumes, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: ... as nossas tradições e sobretudo pelo sentimento e devoção ao Espírito Santo.

As festas populares, como o próprio nome indica, são do povo e o que é do povo não deve ser institucionalizado.

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

O Orador: A prova disso mesmo é o Carnaval e as touradas que estão bem vivas entre nós, assim como as festas do Espírito Santo também continuarão a ser celebradas em cada freguesia e em cada ilha da nossa Região.

Deputadas Graça Silva e Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Ora, o presente Projeto de DLR contempla três objetivos principais: conceder apoio financeiro ao Mordomo, à Comissão das Festas, ao Império e à Irmandade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade! É para todos!

O Orador: A isenção das taxas, incluído as touradas à corda, as quais na ilha Terceira já estão isentas e a dispensa temporária de funções.

No preâmbulo do projeto agora em análise também está referida a importância das festas tradicionais e populares, o culto do Espírito Santo e são apontadas razões insulares únicas.

Penso que não será uma aprovação deste Projeto de DLR que vamos garantir autenticidade das festas ou garantir que elas não acabarão. As nossas festas tradicionais estão bem vivas e estão para durar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estão!

O Orador: A partir desta semana basta percorrer as nossas ilhas e freguesias para se verificar o entusiasmo e a alegria com que as pessoas vivem estes dias dos bodos ou das festas do Espírito Santo.

Todas as nossas ilhas vivem o Espírito Santo em cada local ou freguesia à sua maneira e de acordo com as suas tradições.

Para mim, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, este é o maior sinal que nos garante que as festas tradicionais estão vivas e são vividas pelos açorianos.

Obrigado.

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista deve ter efetivamente a consciência bem pesada nessa matéria, porque julgo que deve ser das primeiras vezes, ou das poucas vezes, em que quase todo o grupo parlamentar está fazendo intervenção. Deve pesar-vos bem a consciência.

Sr. Deputado António Toste, sei que o senhor (e reconheço) conhece bem as nossas festas tal como eu conheço.

Lembra-se bem ...

Deputado António Parreira (PS): Já servi ao contrário de muitos aqui dentro!

O Orador: Já fui mordomo de todas as festas: do bodo de leite, da procissão, das touradas, já tivemos funções ... Tudo, Sr. Deputado António Toste, tudo, como o senhor também e como várias pessoas aqui dentro.

Mas lembro-me, Sr. Deputado António Toste, que há 20 anos ou há 30 anos não havia tanta despesa para fazer uma festa, até uma tourada que hoje em dia tem de ter um seguro, licença de fogo, foguetes, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: ... polícias, ocupação da via pública, etc.. Só em taxas para uma tourada o senhor sabe que são quase dois mil euros.

Deputado António Parreira (PS): Só não é esse valor! Tudo junto não chega a mil euros!

O Orador: O senhor sabe tão bem quanto eu. Mil e tal euros, António Toste! Mil e tal euros!

Deputado António Toste (PS): Não! O valor não está correto! Tudo junto não chega a 1000 euros!

O Orador: Se contar com o seguro, o seguro ... Passa, passa!
De qualquer dos modos era um valor que há uns anos não existia.
Concordará comigo nessa matéria.

Que seja 900 €, que seja 900, há 20 anos não havia.

Deputado André Bradford (PS): 300 euros mais ou menos!

O Orador: O Sr. Deputado André Bradford gosta de brincar.

Deputado André Bradford (PS): Gosto de brincar!

O Orador: A gente sabe quais são as suas opções religiosas e políticas,
...

Deputado André Bradford (PS): É tudo público!

O Orador: ... percebemos que isto para si ... A gente sabe o que isto quer dizer. Exatamente! A gente sabe o que é que isto quer dizer, mas ao menos respeite as crenças dos outros.

Deputado André Bradford (PS): E respeito!

O Orador: Nessa matéria respeite as crenças dos outros que é aquilo que o senhor não faz.

Portanto, há despesas acrescidas que não havia há 30 anos e era mais fácil.

Por exemplo, obrigam hoje em dia que o gado seja abatido no matadouro. Sim, senhor! É uma obrigação, muito bem!

Obrigam também a que se pague o transporte, não se cobra pelo abate, mas paga-se o transporte para levar e trazer, sobretudo para trazer a carne.

O senhor sabe também que é mais uma despesa acrescida ao Sr. Espírito Santo.

Portanto, para uma freguesia de 1. 500 pessoas (as nossas freguesias rurais são mais ou menos isso, tirando as Lajes que tem 5 mil, 1. 500 pessoas) o apoio seria à volta de 700 €. 700 €! Acham isso muito? 700 €! Vou dizer-lhe mais uma coisa, Sr. Deputado António Toste.

Deputado Francisco César (PS): O senhor é um grande humorista!

O Orador: O senhor mantenha-se calmo!

Sr. Deputado António Toste, que o senhor não concorde com isto, que o seu partido não concorde com isto, está no seu direito.

Deputado Francisco César (PS): Não concordo porquê? O senhor sabe se eu concordo ou não?

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Sei, Sr. Deputado Francisco César, sei!

Portanto, Sr. Deputado António Toste, o senhor sabe, como eu ia dizendo, que hoje em dia já algumas ...

Olhe, o ano passado ficaram domingos no império. Ninguém os tirou. Hoje em dia as coisas estão de tal ordem que um pobre não pode dar uma função de Espírito Santo.

Deputado Berto Messias (PS): Isso acontece muitas vezes!

O Orador: O Sr. Deputado António Toste sabe disso tão bem como eu. Tem que se apoiar. Quem falou aqui em apoios e fazem coisas de costaneira para baixo e costaneira para cima, põem flores para baixo e flores para cima ... Isso faz-se em todas as ilhas. O criador cria a vaca de graça e oferece para o Espírito Santo. Isso sempre foi assim em todo o lado. Agora o que está aumentando são as despesas e as despesas um pobre não pode dar uma função, não tem dinheiro para isso.

O ano passado em várias freguesias ficaram domingos no império em que apenas rezou-se o terço e mais nada e não se fez a festa do Espírito Santo, porque as pessoas já não tinham dinheiro para a fazer, Sr. Deputado António Toste. O senhor sabe tão bem disso quanto eu.

Portanto, apoiar isto ... Se apoiam um Centro de Arte Contemporânea com milhares e milhares de euros!

Deputado Francisco César (PS): E muito bem!

Deputados Joaquim Machado (PS) e Paulo Estêvão (PPM): Milhões!

O Orador: Porque é que não apoiam as festas do Espírito Santo?

Para apoiarem milhões de euros em centros de arte contemporâneas gastaram milhões ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Demagogia!

O Orador: Só o que gastam na conservação desse Centro de Arte Contemporânea, na manutenção deste Centro de Arte Contemporânea daria ...

Só o que gastam na manutenção desse Centro de Arte Contemporânea dos melhores edifícios do mundo ...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... que eu pago com os meus impostos dava para apoiar as festas todas do Espírito Santo nos Açores e ainda restava dinheiro. Ainda restava dinheiro!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Dava para 20 anos!

O Orador: Portanto, essas são as vossas opções. É a arte contemporânea para os Açores e a cultura popular do povo açoriano os senhores não querem apoiar.

Deputado José San-bento (PS): Os senhores defendem a soviétização das festas!

O Orador: É isso que se passa. Os senhores não querem apoiar. É isso que se passa. Os senhores não querem apoiar a cultura popular, não querem apoiar as festas do Espírito Santo, não querem apoiar as touradas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas gostam de ir às procissões!

O Orador: Querem dar dinheiro para um Centro de Arte Contemporânea, querem dar dinheiro para fazer filmes sobre as coisas mais esotéricas e sobretudo querem que o apoio seja discricionário e que vão de mão estendida pedir-vos o apoio.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O quarto elemento da bancada!

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A defesa desta questão por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Defesa não, ataque! O que os senhores fazem é um ataque!

O Orador: ... tal como foi definida na reunião do grupo parlamentar, foi (e muito bem!) assegurada pelos colegas que me antecederam, mas a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima obriga-me a intervir, porque a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima comprova precisamente as enormes contradições e incongruências que tem este diploma e comprova precisamente a enorme falta de perceção, ou nalguns casos de

conhecimento que alguns deputados demonstraram na abordagem a este diploma, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De quem? O senhor ainda não tinha nascido eu já pertencia a comissões de festas!

O Orador: ... incluindo precisamente o Sr. Deputado Artur Lima.

Veja-se bem: nós estamos a discutir os apoios às Comissões de Festas, às Comissões de Festas no âmbito das festas do Espírito Santo, e o Sr. Deputado Artur Lima refere-se às pessoas que tiram os domingos do Espírito Santo e que fazem funções e que nada tem que ver com as Comissões de Festas do Espírito Santo, porque, Sr. Deputado, a forma como isto se processa nas várias freguesias dos Açores é completamente diferente de uma freguesia para outra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): La Palice não diria melhor!

O Orador: As pessoas que tiram o domingo de Espírito Santo não querem que o Governo lhes vá dar apoio ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não quer!

O Orador: ... para fazerem as funções de Espírito Santo na sua casa conforme as promessas que fizeram ao Espírito Santo. Isso é uma coisa e outra é que lamento que o Sr. Deputado Artur Lima misture as coisas dessa forma no tom que o fez.

Uma coisa são as pessoas que num ato de fé, em nome de promessas que fizeram ou porque tiveram essa vontade, se dirigiram à Comissão de Império e tiraram um domingo de Espírito Santo para dar uma função à sua família e aos seus convidados. Isso é uma coisa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantos é que ficaram no império na sua freguesia?

O Orador: Outra coisa é as Comissões de Festas do Espírito Santo que se organizam de forma absolutamente diferente em cada uma das nossas freguesias: umas têm comissão de império, que fazem festas no primeiro e segundo domingo ou só no domingo, o chamado domingo do primeiro bodo na ilha Terceira, outras têm a comissão da despensa que promove a festa do bodo, mas tem uma comissão de império à parte que nada tem que ver com a comissão de bodo e continuam a não ter nada que ver com estas comissões as pessoas que tiram os domingos de Espírito Santo nos domingos nas suas freguesias e, portanto, Srs. Deputados, permitam-me dizer-lhes que os senhores estão ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os senhores quem?

O Orador: ... propositadamente a misturar tudo isto.

Portanto, uma coisa são as festas e as comissões que organizam o Espírito Santo, outra coisa são os atos de fé das pessoas e de crença que em nome de promessas, em nome da sua fé, em nome daquilo em que acreditam ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é que vão lá fazer os políticos que não são crentes se é só religião e fé? Deixe estar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é o proponente?

O Orador: ... tiram domingos de Espírito Santo.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: São coisas absolutamente diferentes e não me parece que numa discussão deste tipo seja admissível que se misturem estas coisas, até tendo em conta aquilo que estamos a discutir e também não posso deixar de dizer o seguinte, que há algumas contradições nas intervenções, sobretudo no Sr. Deputado Artur Lima e no Sr. Deputado Paulo Estêvão. Por um lado, acusam que nós queremos politizar, que nós queremos condicionar, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

O Orador: ... mas ao mesmo tempo contestam-nos, porque nós votamos contra um diploma que prevê precisamente cristalizar e politizar manifestações religiosas e culturais através do apoio financeiro.

É que não se percebe esta contradição.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Acaba a arbitrariedade!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, eu não tenho a mínima dúvida que nesta discussão há uma coisa que nos une a todos, que é o respeito pelo Espírito Santo e que é o respeito que isso representa para o povo açoriano.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe que não!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: Não tenho a minha dúvida disso, mas faço-vos um apelo.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

Faço-vos um apelo: não abordem esta questão em nome de táticas eleitorais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olha!

O Orador: Não abordem esta questão em nome de demagogias de circunstância.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é uma questão muito séria e permitam-me dizer também o seguinte: o Partido Socialista votará contra esta iniciativa pelas razões que foram aqui referidas, mas isso não representa nem que nós desrespeitamos uma iniciativa legislativa de cidadãos que é absolutamente fundamental e respeitável e muito menos representa que o Partido Socialista tenha o que quer que seja contra as festas tradicionais das nossas freguesias, muito pelo contrário, como a nossa história aliás representa e significa muito bem.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Acabámos de assistir aqui a uma intervenção absolutamente hilariante por parte do Sr. Deputado Berto Messias.

Mas então quem é o proponente dessa iniciativa?

Que eu saiba é um grupo de cidadãos, que eu saiba o povo, que se juntou para fazer esta iniciativa popular.

O Sr. Deputado Berto Messias vem acusar essa gente de querer politizar as festas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: É isso que o Sr. Deputado Berto Messias acabou de fazer, de acusar as pessoas, o povo, de querer politizar as festas do Espírito Santo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado André Rodrigues (PS): O senhor!

O Orador: Não é o CDS, não é o PPM, não é o PSD. O senhor acusou os seus concidadãos de quererem politizar as festas do Espírito Santo. É o respeito que o senhor tem não só pelas festas, mas pelo povo que fez esse Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente! Isto é a politização! É inadmissível!

O Orador: Isso é que é o respeito que o senhor demonstra quer pelo povo, quer pelas festas.

Estamos conversados, Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Dispõe de cerca de dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta tentativa, esta acusação de politização por parte de uma iniciativa popular (é preciso relembrar aqui!), por parte do Sr. Deputado Berto Messias, é completamente inadmissível.

Quando os senhores têm um comportamento inadmissível que é fazerem-se representar em procissões, em cultos em que alguns representantes não acreditam, como é o caso do Primeiro-Ministro António Costa, que é um

não crente, ou como é o caso do Sr. Deputado Carlos César, que é não crente, e aproveitam ...

O que é que os senhores fazem numa procissão onde não vão rezar?

Há algo em que não acreditam e os senhores vão politizar a vossa presença nessas organizações e nesses cultos.

Deputado Domingos Cunha (PS): O que é que isso tem a ver com isto?

O Orador: Isso é absolutamente inaceitável. Isso é que é politizar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é eleitoralismo!

Deputada Cecília Pavão (PS): Deviam pedir desculpa ao Senhor Santo Cristo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora também ia na procissão!

Deputada Cecília Pavão (PS): Fui convidada como o senhor foi!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, os trabalhos ainda não terminaram.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, faço-lhe uma interpelação, porque julgo que é pertinente, tendo em conta a forma airosa como os Srs. Deputados Artur Lima e Paulo Estêvão tentaram fugir àquilo que eu referi na minha intervenção que é: que explique a todos em que medida e de que forma os deputados deste Parlamento integram (e V. Exa também) a procissão do Senhor Santo Cristo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é uma interpelação?

O Orador: ... sendo também possível que através dessa explicação se perceba em que condições o Sr. Deputado Carlos César ou o Primeiro-Ministro de Portugal ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas o Sr. Deputado Carlos César é Deputado desta Casa?

O Orador: ... integraram o cortejo cívico da procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres por respeito institucional ao convite que foi dirigido a esta Assembleia e aos políticos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto não é aceitável!

O Orador: Portanto, peço-lhe que explique em que medida os deputados participam na procissão do Senhor Santo Cristo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Naturalmente não me irei alongar e espero que também este debate nesta parte da matéria não passe daqui, porque são questões que são pessoais, individuais e que naturalmente não devem ser confundidas.

Todos sabemos que o convite que a irmandade nos dá é para integrarmos o cortejo cívico da procissão, aliás, como em todas as outras procissões.

Deputado Francisco César (PS): Peça desculpa agora!

Deputado José Ávila (PS): E há quem tenha mudado de religião para ganhar votos!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tinha se inscrito.

Sras. e Srs. Deputados, este assunto sobre esta parte está encerrado.

O Sr. Deputado Artur Lima pediu a palavra para se inscrever.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

É apenas para dizer um pormenor que me esqueci e que o Sr. Deputado Paulo Estêvão lembrou e bem.

Eleitoralismo, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi o Sr. Deputado Beto Messias que falou!

O Orador: ... Sr. Deputado Berto Messias, é trazer o Primeiro-Ministro para em ano de eleições participar na procissão do Santo Cristo ...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: ... independentemente das crenças de cada um. É um cortejo cívico e que eu não critico, independentemente das crenças de cada um. É o cortejo que organizaram em vésperas de eleições, puramente eleitoralista, Sr. Deputado Berto Messias.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, eu já tinha pedido à câmara ...

O Orador: Isso é que é eleitoralismo. Uma iniciativa cidadã não é eleitoralismo.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: Uma iniciativa cidadã não é politizar as questões ...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, peço desculpa. Eu já tinha pedido à câmara para que efetivamente esta parte do debate não se cingisse a esta matéria que tem a ver com uma procissão que nem sequer é sobre ela que estamos aqui a debater. Penso que os esclarecimentos dados sobre essa matéria também já foram prestados.

O Orador: Oh, Sra. Presidente, eu peço imensa desculpa. Quando me acusam de eleitoralismo eu falo de eleitoralismo.

Oh, Sra. Presidente, eu respeito ...

Presidente: Ainda por cima estamos a falar ...

O Orador: Agora quando me falam de eleitoralismo, ai, ai!

O Sr. Deputado Berto Messias é que veio fazer. Eu não posso aceitar que falem de eleitoralismo.

Presidente: Peço-lhe que acate aquilo que lhe disse, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, quando aceitam eleitoralismo o PS que compre um espelho e bem grande.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

...

(Diálogo entre os Deputados Artur Lima e Francisco César)

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Secretário Regional possa fazer a sua intervenção.

Sr. Secretário Regional, penso que agora estão reunidas as condições.

O Orador: Obrigado.

Aqui, neste hemiciclo, durante esta manhã, na sequência de alguns exercícios de pura demagogia, só faltou dizer e com ar recriminatório que o Secretário Regional da Educação e Cultura é ateu e bem podia sê-lo. Bem podia sê-lo!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Era problema seu!

O Orador: Mas não é. O Secretário Regional da Educação e Cultura é católico, é praticante e é devoto do Espírito Santo.

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): E tem necessidade de o afirmar!

Deputado José Ávila (*PS*): Há uns mais novos do que os outros! São recentes!

O Orador: Não sei se todos o serão e não importa (e não importa!), não têm de sê-lo, porque acima de tudo nesta matéria deve imperar a liberdade e obviamente que também a liberdade religiosa.

Este Projeto de Decreto Legislativo Regional sobre o regime jurídico de apoio ao Mordomo, Comissão de Festas, Impérios e Irmandades na preparação e realização das Festas Tradicionais e Populares do Culto do Espírito Santo corresponde, como já se disse, à primeira iniciativa legislativa de cidadãos a ser apresentada a esta Assembleia Legislativa Regional dos Açores significativamente suportada por uma subscrição de mais de 1. 500 pessoas, concretamente por 1. 535. Isto é motivo de destaque, isto é motivo mesmo de júbilo, mas não justifica de todo que na apreciação do articulado se troque a exigência pela indulgência traduzida na excessiva dilação do processo de apreciação a decorrer desde 2013 em gabinetes do Governo, em comissões da Assembleia, com custos financeiros associados, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... tudo em prejuízo da imagem das instituições que aparentemente produzem pouco por muito dinheiro, facto que foi denunciado pelo primeiro subscritor desta iniciativa na imprensa diária, concretamente no *Diário dos Açores* de 16 de janeiro deste ano, tudo também em prejuízo da imagem dos políticos que aparentemente vacilam perante as implicações eleitorais das suas decisões, facto igualmente afluído pelo primeiro subscritor desta iniciativa também na imprensa diária, concretamente no *Diário Insular* do dia 6 de fevereiro.

Já foi aqui muito falado e vou repetir, vou assumir: como cidadão eu teria subscrito esta iniciativa, teria imperado a força do sentimento, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que é demagogia!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): “Olívia patroa, Olívia empregada”!

O Orador: ... mais em concreto a recordação das festividades do Espírito Santo, das touradas à corda, dos folguedos de Carnaval que nos anos da minha meninice e da minha juventude preenchiam por inteiro o lúdico nas comunidades rurais da ilha Terceira.

Porém, como governante, pese embora todo o reconhecimento pela relevância cultural de tais manifestações festivas eu não subscrevo a pretensão desta iniciativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoia todas, menos esta!

O Orador: Impera agora a força da razão que previne o risco da subversão de festas livres e espontâneas à custa da subvenção pública que acarreta sempre o exercício do controlo contra a expressão da liberdade. A este Projeto de Decreto Legislativo Regional falta uma clara definição da geografia e da substância, tendo supostamente por horizonte todo o universo açoriano, sobra a dúvida se não possui essencialmente por referência o caso da ilha Terceira. Tendo inequivocamente por objetivo a defesa e a valorização do culto do Espírito Santo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São Jorge, a Graciosa!

O Orador: ... mistura, entretanto, esta sua essência com a devoção aos santos patronos e ainda com a proteção da tauromaquia, neste caso vertida em estímulo às touradas à corda mais vulgares na Terceira, menos vulgares, raras, ou inexistentes nas demais ilhas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade! São Jorge, Graciosa!

O Orador: Centremo-nos, entretanto, no culto do Espírito Santo. Ele é a verdadeira religião do povo dos Açores que consorcia na perfeição a diversidade que somos e a unidade que queremos ser.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Como se sabe é diferentemente celebrado em cada ilha e cada lugar, como se sabe é uniformemente celebrado em todo o arquipélago e (um tanto sabiamente) a celebração do dia dos Açores acontece na segunda-feira do Pentecostes, data emblemática da evocação do Espírito Santo que é a melhor forma da identificação da autonomia com a história dos Açores, dado que as datas estritamente autonómicas ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O PS não disse isso na altura!

O Orador: ... (o 16 de fevereiro, o 2 de março, o 6 de junho) são ainda demasiado frágeis, inclusivamente pouco consensuais até por serem essencialmente datas de São Miguel, dada a justa identificação de Ponta Delgada como o berço da autonomia dos Açores.

A liberdade é a força e a essência do culto do Espírito Santo, senão vejamos: no continente, em tempos remotos, o Espírito Santo era o culto mais popular, mas depois disso no continente, por falta de liberdade, como já se disse aqui, assistiu-se praticamente à morte do culto do Espírito Santo, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas isso não é verdade!

O Orador: ... vítima da vigilância, da perseguição, do enquadramento da Inquisição que no envolvimento popular descortinava indícios de heresia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah! Nos Açores não havia Inquisição? Oh, senhor isso não é para si!

O Orador: Nos Açores a preservação da liberdade explica a sobrevivência do culto do Espírito Santo que beneficiou de uma menor

vigilância eclesiástica dada a ausência da máquina inquisitorial. Claro que nas ilhas a perseverança e o crescimento do culto do Espírito Santo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A igreja é que deu cabo do Espírito Santo?!

O Orador: ... decorrem também da sua transformação em culto da solidariedade de todo o apropriado à vivência de um povo entrincheirado entre uma terra madrastra e o mar tenebroso. Quer tudo isto significar que as manifestações religiosas e profanas do culto do Espírito Santo são de todo avessas à regulamentação e à disciplina de quaisquer autoridades, sobretudo das autoridades civis.

Historicamente mesmo nos Açores, enquanto prenúncio de decadência e de morte, a regulação do Espírito Santo moveu a resistência popular.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Com efeito, na década de 1950, no começo da década de 1960, o Bispo D. Manuel Afonso de Carvalho, vulgo Manuel Quinteiro, esboçou uma política de enquadramento das irmandades do Espírito Santo. Grosso modo, devia haver uma por freguesia e todas elas deveriam reduzir ao mínimo a componente profana do culto em louvor do divino.

Um escrito de Álamo de Oliveira centrado na experiência dos altares da ilha Terceira retrata bem o embate entre a população e o prelado. O povo dividiu-se em dois bandos: os *saiotes*, aconchegados às saias do padre, instigadores do bispo, e os *terroristas* de todo avessos à intervenção episcopal. No apogeu do conflito António Canaverno, ao que se supõe o nome fictício do líder dos *terroristas*, proclamou bem alto “o Espírito Santo não é da Igreja, é do povo” ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É por incentivo do povo que estamos a discutir isso! É preciso lembrar isso!

Deputado Luís Garcia (PSD): Mais uma razão para se aprovar!

O Orador: ... e eu acrescento que se é do povo não pode ser de nenhum poder civil, seja ele regional ou local, porque se isso acontecer ficamos então confrontados com o maior dos perigos, nem mais nem menos do que o perigo de se roubar efetivamente a festa ao povo.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: No mínimo, a aprovação deste Decreto Legislativo Regional possui um risco, a saber: o abastardamento das festas que se querem defender. Às claras ou às escondidas estamos a promover a conversão de festas privadas e particulares em festas políticas e públicas; às claras ou às escondidas estamos a dar uma machadada na solidariedade, na entreadjudada cada vez mais indispensáveis num tempo em que o Estado não pode, nem deve acudir a tudo sozinho.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Dito por outras palavras: este projeto constitui uma ameaça à nobreza de muitos princípios, por exemplo, os da liberdade, da independência e do voluntarismo, que tradicionalmente caracterizam a relação do povo com o divino.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Inclusivamente o projeto questiona e fragiliza aquilo que quer afirmar e fortalecer. É o caso das touradas à corda, das quais eu sou aficionado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se nota!

O Orador: Com a pretendida redução ou isenção de taxas na ilha Terceira em vez da organização de 250 espetáculos, poderemos eventualmente organizar 500.

Qual será o benefício, mesmo para a economia?

Nenhum, calculo eu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o senhor não sabe fazer contas!

O Orador: Por cada tourada passaremos a ter metade dos espetadores; em cada tourada, dada a pressão do acréscimo dos espetáculos, assistiremos à degradação da qualidade dos touros, apesar da bondade de todos os regulamentos que asseguram o bem-estar dos animais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Na ótica da logística este não é um bom diploma, apesar do registo de uma sucessão de melhorias que já o expurgaram de muitas ilegalidades, inclusivamente de algumas inconstitucionalidades de palmatória.

A aprovação deste projeto possui também implicações financeiras que não podem ser de todo olvidadas. Bem sei que para o primeiro subscritor o pretendido apoio não custa quase nada, para mim o preço pode ser avultado, pode ser insustentável considerando a aplicabilidade do regime ao culto do Espírito Santo, às festividades dos patronos de cada localidade a abarcar todas as ilhas durante praticamente todo o ano.

Atentemos então naquilo que se pretende. Antes demais a atribuição de um subsídio fixo para cada festa sem avaliação da qualidade ou da dimensão e consoante a antiguidade do festejo e o número da população do lugar.

Além disso, a autorização de uma prolongada dispensa de serviço para mordomos e membros de comissões de festas. Em certa altura propôs-se mesmo que a Direção Regional da Cultura assumisse a obrigatoriedade do pagamento dos dias de trabalho aos funcionários do setor privado e das empresas públicas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sob autorização! O senhor está a ser desonesto!

O Orador: Ainda por acréscimo, a isenção de taxas cobradas por diversas administrações.

Tudo somado, isto é, a perda de receita e o aumento da despesa, traduzir-se-ia, por certo, em quantia avultada a requerer investimento mais seguro, mais reprodutivo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério na sua análise!

O Orador: De resto, não são de todo convincentes as referências demasiados esparsas, pouco concretas, aos lucros públicos e privados decorrentes da realização de festividades, designadamente os resultantes das touradas à corda na ilha Terceira.

Após esta longa intervenção ainda falta dizer pouco mais.

As administrações regional e local já desenvolveram uma série de mecanismos de apoio direto ou indireto a uma diversidade de manifestações culturais inclusivamente festivas, desde as declarações de utilidade pública à redução de taxas e emolumentos e à conceção de apoios financeiros.

Em suma, pelos riscos que acarreta, este projeto deve ser rejeitado: o risco da politização de festividades populares traduzível, esse sim, em perigo de decadência, senão mesmo em desaparecimento dos festejos; o risco de um elevado custo financeiro, autêntico insulto aos nossos concidadãos que ainda não têm emprego ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é que é um insulto!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O insulto é o seu discurso! É a sua incapacidade de governante!

O Orador: ... ou que auferem mensalmente 500, 600, 700 € manifestamente escassos; ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... mesmo a terminar relembraria somente um velho ditado popular: “Quem quer festa paga, porque dela retirará benefício e prazer” e abastardando, isso sim, o lema de Ciprião de Figueiredo acrescentaria: “Antes mais pobres, mas livres, do que mais ricos, mas submissos.”

De resto e para acabar, entre alguns deputados, entre alguns grupos parlamentares paira por aqui o medo do povo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Por outras palavras, paira por aqui o medo do veredito popular. Nós não devemos ter medo do povo, em vez disso nós devemos ter respeito pelo povo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então respeite o povo!

O Orador: ... e ter ainda uma certeza acrescida de que o povo é sábio e de que sabe escolher na altura própria.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Uma vez que a Mesa tem inscrições, o debate ficará para as 15 horas.

Um bom almoço a todos.

Vou apenas informar dos tempos restantes, Sr. Secretário.

Secretário: Governo Regional, 10 minutos; Partido Socialista, já não tem tempo; Partido Social Democrata, 8 minutos e 45 segundos; CDS, 2

minutos; Bloco de Esquerda, 4 minutos e 15 segundos; PCP, 3 minutos; PPM, 2 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço a todos então.

Eram 13 horas e 06 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde a todos.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Continuamos no ponto quatro da nossa Agenda e está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura ...

Deputado André Bradford (PS): Foi de grande qualidade!

O Orador: ... pode resumir-se em três factos: o primeiro é que pela primeira vez nesta Assembleia, desde há 8 anos, foi aplaudido pela bancada do Bloco de Esquerda, ...

Deputado André Bradford (PS): O que é que o senhor tem a ver com isso?

O Orador: ... que é um mau sinal; em segundo lugar, uma declaração de interesses, uma declaração política contra as touradas de corda, foi o que o Sr. Secretário fez; e em terceiro lugar uma defesa da arbitrariedade do Governo nesta matéria, porque nós podemos dar-lhe um grande conjunto

de apoios que são concedidos, apoios inclusivamente para Marrocos, para projetos desenvolvidos em Marrocos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para onde? Marrocos!

O Orador: Portanto, provar por parte de V. Exa. ...

O que V. Exa. aqui veio defender foi a manutenção da arbitrariedade absoluta e total em relação a esta matéria.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Marrocos é uma monarquia. Não fale assim! Até lhe fica mal!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Com o devido respeito que lhe tenho, devo dizer uma coisa: o discurso que aqui fez nesta Assembleia democrática fez-me lembrar, permita-me que lhe diga, velhos discursos proferidos na Assembleia nacional. Há muito tempo que eu não ouvia um discurso desse calibre, sobretudo um discurso onde há um insulto ao povo, ...

Deputado André Bradford (PS): Salvo seja! Não apoiado!

O Orador: ... às festas populares e “quem quer festas paga”, Sr. Secretário, mas o senhor explique quanto é que pagou em apoios que o senhor deu diretamente e que o Sr. Presidente do Governo também dá discricionariamente a quem quer e entende sem nenhuma avaliação, sem nenhuma avaliação de qualidade, ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não!

O Orador: ... sem avaliação. O senhor explique centenas de milhares de euros que o senhor deu em apoios em 2015, a tudo quanto lhe pediu, mas porque lhe pediram o senhor apoiou e vem o senhor aqui dizer “abastardar a festa do Espírito Santo”, Sr. Secretário. Abastardar! Olhe bem o termo que o senhor utilizou!

Portanto, o senhor insulta o povo.

O senhor é contra as touradas e vem dizer que é a favor, mas não apoia. O senhor é contra o Espírito Santo, mas professa o culto do divino. Portanto, Sr. Secretário, estamos conversados nessa matéria.

O senhor o que aqui faz é apoiar a seu belo prazer quem quer e entende.

“Quem quer festa, paga” estamos de acordo, Sr. Secretário, então paguem todos, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... não apoiem ninguém e muito menos aqueles que lhe servem para serem subservientes ao Governo e ao Partido Socialista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM) e Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto à intervenção do Sr. Secretário, o Sr. Secretário responderá. No entanto, foi feita aqui uma afirmação muito grave pelo Sr. Deputado Artur Lima de que também o Sr. Presidente do Governo atribuía apoios.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estão publicados!

A Oradora: Pois, aquilo que o senhor não referiu, certamente porque não quis referir, é que esses apoios, que são aliás atribuídos por todos os departamentos governamentais, são precedidos de uma resolução e são atribuídos ao abrigo de uma resolução que determina ... Há uma resolução do Conselho do Governo que determina ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): São atribuídos ao abrigo de um Decreto Legislativo. Não acha que explica melhor?

A Oradora: O senhor quer ouvir a explicação ou não está interessado? Isso sei eu que o senhor não está interessado na explicação.

Essa resolução determina duas coisas: determina o limite global dos apoios que podem ser atribuídos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

A Oradora: ... e determina que esses apoios só podem ser atribuídos a atividades que revistam manifesto interesse público e que se destinem, por exemplo, à salvaguarda do património material ou imaterial das tradições da Região.

Portanto, não corresponde minimamente à verdade a afirmação feita pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Corresponde, corresponde!

A Oradora: E eu não podia deixar de fazer aqui este esclarecimento, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... porque não é verdade que qualquer Membro do Governo atribua esses apoios. Eles estão devidamente enquadrados na legislação.

Obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Basta ler o relatório do Tribunal de Contas para desmentir a senhora! Anos a fio: sem enquadramento! Sem enquadramento! Sem enquadramento!

Deputado Francisco César (PS): Já há anos que não refere isso!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já não atribuem!

Deputado Francisco César (PS): Não! Já corrigimos!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Estou mais descansado!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, mas dispõe de muito pouco tempo, Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: ...

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

O Orador: ... *[corte na gravação]* de apoios concedidos por si em 2015, 14 folhas, para o continente, para todo o lado, para Londres, para todo o lado. Quase 800 mil euros! Quase 800 mil euros que o senhor apoiou aqui!

Quem é que verificou a qualidade disto?

Por exemplo, ao Cineclube da ilha Terceira, quem é que avalia a qualidade dos filmes?

É o seu gabinete? É alguém do seu gabinete que até faz parte lá da direção do cineclube? É que avalia essa qualidade?

Quem é que avalia a qualidade, Sr. Secretário?

Eu sei que incomoda, mas a verdade tem que ser aqui dita. Os senhores só apoiam onde os senhores têm os que estão na direção, ...

Deputado André Bradford (PS): Não incomoda nada!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... nas instituições dessas.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O Instituto Açoriano da Cultura, os apoios quem é que dá?

Com que critério? Quem avalia a qualidade, Sr. Secretário Regional?

“Quem quer festas, paga”, mas todos devem pagar as festas, Sr. Secretário, não são só as do culto do Espírito Santo e das touradas. Todos pagam!

O Centro de Arte Contemporânea, como é que é? É apoiado como? Quem paga? Quem apoia?

Apoiar festas ainda por cima ... O senhor ainda apoia eventos que as pessoas compram bilhete. Como é que é isso? Apoia-se também, Sr. Secretário?

Deputado Francisco César (PS): O senhor não tem problemas com o Centro de Arte Contemporâneas de São Miguel!

O Orador: Portanto, é dois pesos e duas medidas!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

Sra. Secretária Regional, permita-me só que lhe responda.

É por resolução do Sr. Presidente do Governo Regional. É, sim senhora!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Enquadrado numa resolução. Com enquadramento legal!

O Orador: É enquadrado numa resolução, mas todos os meses são atribuídos apoios, sem ninguém avaliar a qualidade, mas isto, Sra. Secretária, com o devido respeito, é um Decreto Legislativo Regional que

vale mais do que uma resolução do Conselho de Governo, porque é feito e aprovado nesta Casa. É esta Casa que legisla, ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... não é o Conselho de Governo, Sra. Secretária.

Deputado Paulo Estêvão (PPM) e Deputada Graça Silveira (CDS-PP):

Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

(Aplausos das Deputadas da bancada do CDS-PP e do Deputado Paulo Estevão)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tem toda a razão. Eu esqueci-me de referir na minha intervenção anterior que essa resolução do Conselho do Governo por sua vez se enquadra no Orçamento da Região, todas elas fazem referência à norma do Orçamento da Região, aprovado nesta Casa, que permite que o Conselho do Governo aprove essa resolução e que os Membros do Governo atribuam esses apoios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem será que aprova?

A Oradora: Portanto, só assim se ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Atribuem dinheirinho a quem mais agrada!

A Oradora: Isto só comprova que esses apoios são atribuídos na mais estrita legalidade.

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Legalidade sim, moralidade não, Sra. Secretária!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Vou ser relativamente curto nesta intervenção. Responderei, mais do que a perguntas, a algumas observações feitas, a outras passarei por cima porque já foram devidamente respondidas, mas gostaria de dizer o seguinte.

É estranho, é muito estranho, que alguns partidos da oposição que criticam constantemente o Governo Regional por pretensamente imiscuir-se em quase tudo, provocando o alegado sufoco da sociedade civil ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! Mais sufocada não pode ficar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ficamos outra vez sem perceber quem é que faz a proposta!

O Orador: ... queiram agora também transformar o Governo Regional naquilo que ele ainda não é e que jamais deve ser, ou seja, em verdadeiro

mordomo de festividades populares, contra a tradição dos nossos antepassados ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): São os açorianos que estão a pedir o dinheiro. Não somos nós!

O Orador: ... que sempre se ancorou na liberdade, na independência e na entreaajuda.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Deixem de asfixiar as festas!

O Orador: De resto, em matéria de apoios na sociedade democrática, no estado de direito, a atribuição de um qualquer apoio, atribuição de um qualquer subsídio implica um processo de avaliação *a priori*, *a posteriori* e por um júri independente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Não é nada independente! É só ver quem é o júri de avaliação!

O Orador: Neste caso está a requerer-se uma comparticipação financeira a esmo, baseada no número da população, na antiguidade de cada povoado, sem uma avaliação do programa das festividades. Não me parece de todo tolerável.

Para terminar, não é verdade Sr. Deputado Paulo Estêvão que eu tenha feito uma declaração contra as touradas à corda.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fez, fez!

O Orador: Pelo contrário, fiz aqui uma declaração de interesses em que disse (e mais ninguém o disse aqui) que era um aficionado da tourada à corda.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o Bloco de Esquerda aplaudiu isso!

O Orador: Quanto ao resto, em matéria de atribuição de apoios, de subsídios, nomeadamente aqueles que a minha secretaria atribui através

do denominado RJACC, são atribuídos na sequência da opinião de júris independentes e o resto foi dito pela Sra. Secretária.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Júri independente é uma anedota! Sr. Secretário, eu conheço-os todos!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta fase final do nosso debate em que já todos os partidos assumiram aqui a sua posição e em que o próprio Governo bem ou mal já fez aqui a sua intervenção, pouco mais temos a acrescentar a não ser três questões simples e breves apenas.

A primeira é um esclarecimento, a segunda é uma evidência e a terceira é um provérbio. Aliás, o esclarecimento é para alguns partidos, a evidência é para todo o Parlamento e o provérbio é especialmente para o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Em primeiro lugar então importa esclarecer, pelo menos alguns dos partidos presentes a debate, que esta iniciativa popular não pretende regulamentar a festa do povo. Ela tão somente pretende regulamentar um apoio da Região à festa do povo e isso faz toda a diferença.

Em relação à evidência pois não era preciso lembrar, mas pelos vistos importa que estamos a debater não uma iniciativa legislativa de qualquer um dos partidos presentes, mas um Projeto de Decreto Legislativo Regional proposto por um grupo de cidadãos, por sinal no âmbito de um processo que remonta já há cerca de um ano a esta parte. Portanto, é tão simples como isso: uns concordam e votarão a favor; outros discordam e

votarão contra. Não é preciso nem dramatizar o debate e muito menos maltratar a iniciativa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: A terceira questão tem a ver com a intervenção, mais a anterior do que a última, do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura. Disse-nos, aliás, com a autoridade histórica que lhe reconhecemos, que as festas do Divino Espírito Santo nos Açores são só tão fortes e tão representativas, porque ao longo de toda a história o povo sempre conseguiu fazer prevalecer a sua vontade.

Ora, quando agora o povo tenta novamente fazer valer a sua vontade o Governo Regional está contra.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso não faz sentido nenhum e só nos remete para um provérbio popular já que estamos a falar de festas tradicionais. Há um que se aplica inteiramente à intervenção que o Sr. Secretário Regional fez aqui ao longo de todo este debate: “Bem prega Frei Tomás: faz o que ele diz e não o que ele faz.”

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver inscrições. Sendo assim vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi rejeitado com 17 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP ...

Vou repetir a votação. Peço desculpa.

A proposta de Decreto Legislativo Regional foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos então dar continuidade ...

Para uma declaração de voto primeiro então.

É para uma interpelação, Sr. Deputado, e sendo assim o Sr. Deputado Berto Messias vai permitir que se façam as declarações de voto.

Para uma declaração de voto tem a palavra.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente este Projeto de Decreto Legislativo Regional proposto ao Parlamento dos Açores por um grupo de cidadãos, essencialmente, por três razões principais.

Em primeiro lugar, e sobretudo, porque este projeto não visa nem condicionar nem regulamentar – e, muito menos, institucionalizar – a festa do povo, visa sim, tão-somente, assegurar um apoio da Região para manter a tradição.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, porque um Governo que põe e dispõe do Orçamento da Região para tudo e para todos, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não é para todos!

O Orador: ... bem pode também dar o seu contributo – com equidade e com transparência – para a preservação da tradição mais representativa da identidade cultural do povo açoriano.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Em terceiro lugar e finalmente, porque estamos perante uma iniciativa legislativa dos cidadãos – a primeira da história da Autonomia dos Açores ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Bem lembrado!

O Orador: ... – que deve ser bem recebida e que merece ser bem aproveitada.

O Parlamento e o Governo existem para servir os cidadãos.

Nós não estamos acima das pessoas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É escravatura!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Nós estamos ao lado das pessoas em nome do interesse coletivo.

Ora, aí está uma grande diferença entre o PSD e o PS.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): As diferenças entre nós não são só essas!

O povo tem sabido como votar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados:

A primeira iniciativa cidadã, a primeira iniciativa do povo que veio a esta Casa mereceu destes partidos da esquerda, da esquerda unida, chumbo. Isto é que ficará para a história.

Deputado Berto Messias (PS): Vem defender o seu parceiro! Eu percebo!

O Orador: A primeira iniciativa do povo, para o povo, levou chumbo do Partido Socialista, do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Se estivéssemos no continente era a geringonça; aqui nem sei o que lhe hei de chamar, mas efetivamente o povo dos Açores saberá dar o valor a isso.

Quando se ouve da parte do Sr. Secretário que foi a igreja que deu cabo do Espírito Santo no continente estamos absolutamente conversados e com um medo que a igreja não dê cabo do Espírito Santo nos Açores então não se apoia.

Quando se ouve da boca do governante que isto pode subverter o espírito da festa é querer chamar subversivo a um projeto popular de iniciativa cidadã, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Apoiado!

O Orador: ... que vem, que é subversivo e na extrema o povo é subversivo. É isso que os senhores querem dizer com isso, foi isso que foi dito aqui.

Mais! Quando aqui se diz ...

Presidente: Sr. Deputado, não podemos continuar o debate.

O Orador: ... que uma iniciativa cidadã quer politizar a festa estamos de facto conversados.

Deputado André Rodrigues (PS): Não foi isso que foi dito!!

Deputado António Parreira (PS): Não foi isso! Os senhores é que disseram! Não é a mesma coisa!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Isso não é uma declaração de voto!

O Orador: Como é que o povo há de politizar uma coisa que é dele? Foi aqui afirmado que uma iniciativa popular vem politizar a questão.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: Nós não concordamos com isto. O povo fez a sua iniciativa, fez uma iniciativa popular para ele, para regulamentar a sua festa e leva chumbo da esquerda unida neste Parlamento com acusações de politização ...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: Oh, Sra. Presidente!

Presidente: Peço desculpa. Já por algumas vezes chamei a atenção. O senhor está a fazer uma declaração de voto sobre o sentido de voto da sua bancada. Portanto, peço-lhe que não replique intervenções que foram feitas durante o debate.

O Orador: Vou fazer a minha declaração desde o início.

Presidente: Peço, Sr. Deputado, que tenha em atenção estas considerações que faço na continuação da sua declaração de voto, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, permita-me que lhe diga o seguinte: a minha declaração de voto de discordância com aqueles senhores eu estou a fundamentá-la, fundamentá-la discordando dos argumentos do Sr. Secretário, a fundamentá-la discordando dos argumentos do Partido Socialista que acusaram aqui (e vou repetir) ...

Deputado José San-Bento (*PS*): Os seus argumentos não têm fundamentação nenhuma!

O Orador: ... o povo de querer apresentar uma iniciativa que quer subverter e que é subversiva, de apresentar uma iniciativa que quer politizar a festa e isso são argumentos que foram usados e que eu não concordo e por isso votámos contra.

A minha declaração é fundamentada nesses aspetos. A minha declaração é fundamentada numa esquerda unida que é contra a festa popular, ...

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade! Isso não é uma declaração de voto!

O Orador: ... é fundamentada numa esquerda unida que é contra a festa do Espírito Santo e ...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: ... é fundamentada numa esquerda unida que é contra as touradas.

Muito obrigado.

Vozes das Deputadas da bancada do CDS-PP e do Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

(Aplausos das Deputadas da bancada do CDS-PP e do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado Nuno Meneses ...

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O Sr. Deputado Berto Messais já é a segunda vez que aqui faz alusão ...

Deputado José San-Bento (PS): Faça uma interpelação!

O Orador: É uma interpelação à Mesa que eu estou a fazer.

Quero saber, Sr. Deputado Berto Messias, o que é que eu tenho a ver com o Rádio Clube de Angra?

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima fez uma interpelação à Mesa, mas naturalmente não foi dirigida à Mesa. Não lhe posso dar respostas como compreenderá ...

Deputado Berto Messias (PS): Gostava de poder responder ao Sr. Deputado!

Presidente: ... e com certeza como foi no seguimento de um aparte também não lhe posso ...

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Eu poderia usar da figura de um protesto, mas acho que não vale a pena.

Presidente: Sim, sim! Só estou é a justificar porque é que não lhe vou responder.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Sr. Deputado Berto Messias já é a segunda vez que faz essas afirmações ligando a minha pessoa ao Rádio Clube de Angra. Portanto, fica mal ao Sr. Deputado. Se quer fazer que fundamente.

Deputado Berto Messias (PS): Mas eu posso responder, não sei é qual é a figura regimental!

Presidente: Eu também só justifiquei, Sr. Deputado, porque é que não lhe poderia responder, porque naturalmente como compreende a interpelação que faz não é diretamente à Mesa.

Srs. Deputados, nós todos sabemos que a figura da interpelação ...

Sras. e Srs. Deputados!

(Diálogo entre as diversas bancadas)

Presidente: Eu peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Meneses.

(*) Deputado Nuno Meneses (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa visa essencialmente dois objetivos. Por um lado, estabelecer um conjunto de apoios com o objetivo de apoiar as festividades pela importância que têm nas localidades da Região, de modo a garantir a preservação de uma cultura centenária e garantir memória coletiva do nosso povo e, por outro lado, um apoio dirigido especificamente para a realidade da organização das festividades com o intuito de se garantir precisamente a sua longevidade onde ao longo dos séculos foi associado o seu cariz religioso, a componente profana.

Contudo, embora seja nobre a preocupação, parece-nos excessivo propor que se resolva procurar preservar essas manifestações culturais e garantir a longevidade de tais festividades através de um apoio governamental, quando a sua realização não parece estar em risco, uma vez que as festas se realizam ano após ano e muitas vezes em maior número e mais estendidas no tempo; por outro, porque são apoiadas pelas autarquias locais que melhor conseguirão, caso a caso, apoiá-las de forma mais adequada, sem ter de recorrer a uma fórmula de cálculo genérica que seria até discriminatória para as localidades menos populosas.

Por outro lado, estas festividades não são organizadas à margem da lei, pois quando necessário são devidamente licenciadas, quer seja a entidade organizadora pessoa coletiva, ou individual.

Por último, e no seguimento do parecer jurídico que foi solicitado considerou-se fundamental que qualquer que fosse a legislação que viesse a ser produzida se tivesse em atenção a liberdade organizativa que sempre concretizou as irmandades e as comissões de festas, sob pena de se colocar em causa a total independência com que sempre atuaram.

No nosso entender, da aprovação deste diploma poderia resultar isso mesmo: uma forma de condicionar e cristalizar a espontaneidade de atuação dessas comissões, daí termos decidido pela sua rejeição.

Achamos que o culto do Espírito Santo e as festividades em honra de patronos são manifestações culturais de enorme importância na nossa Região e merecem ser acarinhadas, porque fazem parte da nossa história e da nossa forma de estar e ser. Achamos, sim, é que reunir todas estas festividades de enorme diversidade e riqueza que resultam da vontade popular num único diploma que procura simplificar o que tem uma complexidade própria das manifestações espontâneas será eventualmente um erro que não queremos cometer.

Esta é uma iniciativa cidadã que deve ser naturalmente valorizada e respeitada e a forma de mostrarmos esse respeito é de a discutir e analisar com a seriedade como foi feito, sem a pressão de a ter de aprovar só derivada à sua natureza de iniciativa popular.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer esta declaração de voto em nome do Bloco de Esquerda e não em nome de um qualquer conceito de gerigonça que nem sequer consta e faz parte do léxico político.

Gostaria de começar por dizer aos açorianos e às açorianas que eu estou convencida de que o povo açoriano espera que os seus representantes neste Parlamento defendam com convicção, coerência e transparência aquilo em que acreditam e o projeto de sociedade em nome do qual o mesmo povo açoriano nos elegeu.

Portanto, é absolutamente inaceitável que qualquer açoriano, açoriana ou seu representante interprete um voto contra esta iniciativa legislativa como um voto contra o povo açoriano, a sua religiosidade ou o Espírito Santo. Isto não é só ilegítimo, é de uma demagogia absolutamente atroz.

O voto contra da bancada do Bloco de Esquerda tem três explicações.

É um voto contra a institucionalização do Espírito Santo e do seu culto que é uma prática subversiva desde o seu nascimento, subversiva porque à margem de todo e qualquer poder instituído fosse ele religioso ou secular é subversivo, sim senhor,

O voto contra esta iniciativa do Bloco de Esquerda é contra a normatividade de um culto que se quer diferente, diverso, plural, espontâneo, magnífico na sua generosidade.

O voto contra é a expressão da rejeição total da politização e menos ainda da governamentalização seja por que Governo for de uma prática que é essencial e matricialmente popular, genuína e sem norma.

Portanto, dizer que este voto contra é uma afronta aos açorianos, aos seus cultos, sejam eles quais forem e à democracia a que nós aqui estamos

obrigados é inaceitável, é condenável e é ... Eu ia dizer uma palavra feia, mas vou conter-me ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora diga!

Deputado Berto Messias (PS): É melhor!

A Oradora: ... em nome do bom convívio. Vou chamar-lhe escandaloso. E mais! Vou acrescentar o seguinte: nenhum açoriano ou açoriana que esteja de boa fé a acompanhar este debate e que esteja de facto a perceber o que está em causa ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora é contra as touradas!

A Oradora: ... aceitará ouvir de qualquer representante desta Casa de que a esquerda está contra o povo e a direita está a favor do povo. Isto, Sras. e Srs. Deputados, não é só ilegítimo, é banda desenhada que não se compadece com a dignidade deste Parlamento.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico votou a favor de uma iniciativa popular. Esta iniciativa popular que um conjunto de pessoas trouxe a este Parlamento foi aqui completamente desclassificada pelos partidos de esquerda que disseram que o seu objetivo era partidarizar, governamentalizar.

O que eu pergunto é: como é que é possível fazer a acusação a estas centenas e centenas de pessoas de diferentes partidos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Milhares!

O Orador: ... que estão partidarizadas?

Eu conheço muitas que pertencem a diferentes partidos, inclusivamente ao Partido Socialista, e nesse sentido claramente a perceção delas (e algumas delas estão a acompanhar este debate) é que se sentem absolutamente ofendidas com este tipo de classificação que foi feita pelos partidos de esquerda, ...

Deputado André Bradford (PS): Como é que o senhor sabe?

O Orador: ... porque a verdade é que ninguém gosta que se lhe atribua um objetivo de estar ao serviço de um partido. Se estivessem ao serviço de um partido tinham sido aqui apresentadas por algum dos seis partidos que aqui tem representação. A verdade é que a escolha das pessoas que nos trouxeram este diploma foi aproveitar, foi fazer uso do que o Estatuto Político-Administrativo lhes reconhece: a capacidade de apresentarem aqui uma iniciativa popular e esta primeira iniciativa popular fica para a história e eu tenho grandes dúvidas que as pessoas voltem a sujeitar-se ao que aqui aconteceu hoje por parte da esquerda parlamentar: foi a desclassificação completa e absoluta da sua iniciativa.

As pessoas neste momento enfrentam gravíssimos problemas. Daqui a pouco só quem pode ser mordomo das festas do Espírito Santo são os ricos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São os socialistas!

O Orador: ... porque em verdade é que com a burocracia que está criada, com os constrangimentos que estão criados, com as despesas que não param de subir todos os anos, todos os anos há mais uma exigência burocrática, todos os anos há mais uma taxa ou uma taxinha a pagar, todos os anos há mais impostos para pagar, ...

(Apartes dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O PS está a destruir a festa!

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... a verdade é que se está a destruir a festa pela intervenção da Região. Estão a destruir as festas porque as estão a estrangular do ponto de vista financeiro, do ponto de vista da imposição dos impostos.

O que estas pessoas solicitavam, o que este conjunto de cidadãos solicitava, é que se retirasse este garrote que Vs. Exas, ... **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Qual garrote?

O Orador: ... que a esquerda, por motivos ideológicos, por desrespeito à cultura dos Açores, à cultura imaterial dos Açores e aos valores de grande parte dos açorianos, tem promovido ao longo de todos estes anos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Isso é demagogia!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o quê?

Deputado André Bradford (PS): Demagogia rasteira!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

A Representação Parlamentar do PCP votou contra esta iniciativa popular pelas razões que expôs nas duas intervenções que fez durante o debate e não por qualquer outro preconceito.

Votámos contra, porque consideramos que esta prática e quem a conhece, esta tradição e a devoção que todos os açorianos têm ao Divino Espírito Santo, não é possível de ser regulamentado.

Qualquer tentativa, aliás, como historicamente está comprovado, de a controlar não teve sucesso nem irá nunca ter sucesso tal é o enraizamento que tem na matriz identitária deste povo que vive nestas ilhas e noutras ilhas fora deste arquipélago. Portanto, não há nenhuma possibilidade de a regulamentar, não há nenhuma possibilidade de qualquer poder se apropriar dela e esta iniciativa popular, que tem o mérito de ser uma iniciativa de cidadãos, não merece o acolhimento por parte da Representação Parlamentar do PCP por nenhum tipo de dogma relativamente à iniciativa.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É exatamente por estes motivos.

Mais! A diversidade do culto ao Divino Espírito Santo é a que todos conhecemos em cada uma das nossas ilhas e em todas as nossas ilhas. Ela é diversa e tem uma matriz popular, tem uma matriz genuína e qualquer tentativa de a regulamentar, nem que seja por via de apoios, ia desvirtuar o culto do Divino Espírito Santo e penso que se há alguém ... se ninguém ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E os impostos e as taxas?

Deputado André Bradford (PS): Isentar as taxas! Faça uma resolução!

Deputado José Contente (PS): Olhe, aí está uma ideia!

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Qualquer tentativa, nem que seja por via da concessão de um apoio, nem que seja por essa via, não consegue desvirtuar nem faz

nenhum sentido em termos políticos. Não o conseguiram no passado e não se vai conseguir no presente.

Os partidos que votaram favoravelmente votaram-no alguns justificadamente e justificaram porquê, mas o fundamento no essencial foi a discricionariedade relativamente a outros apoios concedidos a outro tipo de atividades, mas então que se lute contra essa discricionariedade, que se legisle contra essa discricionariedade, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Boa solução!

O Orador: ... contra a outra discricionariedade que aqui foi levantada por outros partidos.

Não se misture más práticas com a instituição aqui por via legislativa de uma má prática.

O culto do Divino Espírito Santo tem de estar liberto do poder político.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E as taxas e os impostos? O senhor quer mandar um foguete e não pode!

O Orador: O culto do Divino Espírito Santo tem de continuar liberto dos poderes, tem de estar onde ele deve estar, que é no coração do povo açoriano.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Terminaram as declarações de voto.

O Sr. Deputado Berto Messias tinha pedido a palavra para uma interpelação antes das declarações. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 16 horas e 20 minutos.

Eram 15 horas e 52 minutos.

Presidente: Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, vamos agora abordar o ponto 9 da Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 59/X – “Altera o Anexo do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A, de 19 de julho”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD através de requerimento de agendamento potestativo ao abrigo do artigo 61.º conjugado com o 125.º do nosso Regimento.

Eram 16 horas e 27 minutos.

Para a apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Dois em cada três alunos dos Açores são beneficiários da Ação Social Escolar, um valor muito elevado, bastante acima da média do país. Esta é a primeira constatação.

Segunda evidência: o número de alunos beneficiários dos apoios sociais escolares tem vindo a aumentar significativamente nos últimos anos, não se tendo verificado qualquer alteração dos critérios de atribuição dessas ajudas, nem se tratando (estamos em crer!) de ganhos de eficiência na aplicação dos normativos que regulam esta matéria, só nos resta concluir que o aumento dos beneficiários se deve à maior precariedade económica das famílias açorianas.

Por si só, tal o estado de coisas, já requeria uma atenção redobrada, uma reflexão sobre o fenómeno, a sua origem, os seus efeitos práticos ao nível

do rendimento dos nossos alunos e sobre a necessidade de dar novo enquadramento legislativo aos apoios da Ação Social Escolar em razão da situação económica dos seus destinatários.

Porque governar pressupõe antecipação aos problemas, inquietação com os acontecimentos, solução para o que mais aflige os nossos concidadãos e atrasa o nosso desenvolvimento.

A acomodação perante os factos, a presunção de se ser o detentor da verdade, a rejeição preconceituosa do que tem outra origem, isso não é governar, não se conforma com a responsabilidade conferida pelos eleitores, nem corresponde aos deveres que a democracia sugere e que uma consciência bem formada impõe. Isso até pode ser taticamente rentável e eleitoralmente eficiente, mas em última instância, mais cedo ou mais tarde, agrava as condições de vida de quem muito espera e a mais tem direito.

Em concreto, esta iniciativa legislativa procura responder positivamente às imperfeições, insuficiências e até mesmo a algumas injustiças que, com grande insistência, são denunciadas pelas famílias e pelos responsáveis escolares da rede pública de ensino, sobretudo no início de cada ano escolar.

A proposta de Decreto Legislativo visa, assim, introduzir na Ação Social Escolar os critérios que são usados na atribuição do Abono de Família conferindo mais unidade, transparência e justiça na conceção dos apoios.

O que se pretende com esta medida é que na identificação do escalão das famílias com menos recursos económicos e financeiros se deixe de presumir que estas têm um rendimento equivalente a 14 vezes o salário mínimo regional de 556, 50 € como sabemos e que se tome como referência o indexante dos apoios sociais no valor de 420 € mensais.

Esta medida está, aliás, em conformidade com a legislação em vigor no continente e na Madeira. Com ela pretende-se conferir maior justiça social na atribuição de apoios no âmbito da Ação Social Escolar e garantir que o universo dos alunos abrangidos seja maior.

Numa região como a nossa, que regista o maior índice de abandono escolar do país e um dos mais elevados da Europa, esta proposta ganha ainda mais importância, porque temos de garantir que nenhum aluno abandone o sistema educativo por falta de meios financeiros do seu agregado familiar.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

Para uma interpelação, tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria que a Sra. Presidente esclarecesse a câmara, confirmasse o que vou elencar e o que lhe vou perguntar.

A 16 de março nesta Casa o plenário deliberou a baixa à Comissão, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, dessa iniciativa.

A 18 de março a Sra. Presidente despachou a iniciativa para a CAS com data limite de parecer para 18 de abril.

A 15 de abril foi distribuída a todos os membros da CAS uma convocatória para a reunião da CAS que teria lugar no dia 20 de abril e onde consta da ordem de trabalhos um ponto que diz “Deliberação de diligências de iniciativas pendentes na Comissão”.

A 20 de abril acontece a Comissão da CAS e nesta reunião fica marcada reunião para 5 de maio, em Ponta Delgada, e a 2 de maio é distribuída convocatória para a reunião de 5 de maio para Ponta Delgada.

O que eu pergunto à Sra. Presidente ... Informando ainda que a 5 de maio na reunião da CAS, no período da tarde, por falta de uma das peticionárias da petição da Escola Básica e Integrada das Capelas, fomos avisados passava pouco tempo das 4 horas, que a senhora não poderia comparecer por motivos de doença.

Nós antecipamos as deliberações que estavam previstas para o fim da manhã do dia 6 e nesta reunião ao final da tarde foi deliberado sobre essa iniciativa um pedido de diligência apresentado em Comissão pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que por ser um pedido que foi deliberado e votado por maioria lhe foi remetido, porque era um parecer externo à entidade.

O que lhe pergunto é data de entrada de requerimento para agendamento potestativo por parte do PSD dessa iniciativa e ainda queria esclarecer a câmara das presenças nas reuniões de 20 abril e de 5 de maio.

Na reunião de 20 abril estava eu, estava a Sra. Deputada Arlinda por videoconferência, o Sr. Deputado Cláudio Almeida, a Sra. Deputada Cecília Pavão por videoconferência, a Sra. Deputada Graça Silva, o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, o Sr. Deputado Nuno Meneses, a Sra. Deputada Renata Correia Botelho, a Sra. Deputada Judite Parreira, o Sr. Deputado Paulo Parece por videoconferência, o Sr. Deputado Joaquim Machado em substituição do Sr. Deputado João Costa também por videoconferência, a Sra. Deputada Graça Silveira em substituição da Sra. Deputada Ana Espínola, o Sr. Deputado Paulo Estêvão por videoconferência e o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Na reunião de dia 5 estavam presentes na Comissão eu própria, a Sra. Deputada Arlinda por videoconferência, o Sr. Deputado Cláudio Almeida, a Sra. Deputada Cecília Pavão, a Sra. Deputada Graça Silva, o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, o Sr. Deputado Nuno Meneses, a Sra. Deputada Renata Correia Botelho, a Sra. Deputada Judite Parreira, o Sr. Deputado Joaquim Machado em substituição do Sr. Deputado Paulo Parece, o Sr. Deputado João Costa e não se encontravam presentes a Representação Parlamentar do PPM e o Grupo Parlamentar do CDS-PP, bem como o Sr. Deputado do PCP que costuma marcar presença, todos eles com justificação das suas ausências.

Queria apenas que nos esclarecesse se tem conhecimento do pedido da diligência e a que data deu entrada a formalização desse agendamento.

Presidente: Sra. Deputada, o pedido de diligência foi recebido no dia 5, assim como também o pedido de prorrogação de prazo desta iniciativa.

O pedido de agendamento potestativo, o requerimento escrito, foi entregue na Mesa no dia 9, sendo que foi anunciado na Conferência de Líderes que seria feito este agendamento potestativo.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Obrigada!

Presidente: De qualquer forma eu tinha já informado o Sr. Deputado António Marinho de que havia uma diligência requerida sobre esta matéria que tinha sido aprovada em Comissão.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito obrigada!

Presidente: Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições para participarem neste debate.

Sras. e Srs. Deputados, estamos perante um diploma no processo legislativo comum. Como sabem podem inscrever-se as vezes que entenderem, mas naturalmente terão que o fazer para prosseguirmos o debate na generalidade, caso contrário passaremos para a votação.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Não havendo ...

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sra. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Este silêncio sobre esta iniciativa legislativa, sobretudo o silêncio vindo da bancada do Partido Socialista e do Governo Regional, é no mínimo estranho.

É no mínimo estranho, porque se trata de matéria que nós consideramos muito importante. Ela implica com a vida de dois terços dos alunos da nossa Região, que são beneficiários da Ação Social Escolar, segundo critérios fixados em 2007 e daí para cá não se tendo registado qualquer alteração à legislação, o que se constata é que o número de beneficiários tem vindo sempre a aumentar e isto só pode ter uma explicação: é de que as condições socioeconómicas das nossas famílias de facto têm vindo a degradar-se de forma significativa, ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor tem visto o número desde 2007? Tem uma ideia?

O Orador: ... porque caso contrário não se verificava um crescimento exponencial do número de beneficiários.

Deputado José San-Bento (PS): Exponencial! O senhor sabe o que quer dizer exponencial!?

O Orador: Mas este silêncio ainda quer dizer mais qualquer coisa, quer dizer do incomodo que o Governo Regional e o Partido Socialista têm em discutir esta matéria.

Aliás, se assim não fosse em março passado nós podíamos ter feito a discussão do diploma e a sua votação, porque esta matéria está neste Parlamento desde o dia 17 de novembro, portanto, há tempo suficiente para fazermos sobre ela uma reflexão, esclarecermos as dúvidas e tirarmos as nossas conclusões.

Portanto, este silêncio é um silêncio que diz bem do estado de espírito do Governo e do Partido Socialista sobre esta matéria, mas eu julgo que a tentativa que o Partido Socialista fez no plenário de março de fazer baixar à Comissão esta matéria também revela uma outra coisa: é de que além do incomodo da discussão da matéria, o Partido Socialista tentou introduzir neste processo uma perturbação que impedisse a discussão do assunto antes de terminar o ano letivo, ou quiçá, antes de terminar esta legislatura (antes de terminar esta legislatura!).

Deputado José San-Bento (PS): Uma teoria conspirativa!

O Orador: Eu explico a razão: a primeira tem a ver com a circunstância do diploma determinar que produz efeitos para o ano letivo escolar 2015-2016 e a segunda é de que esta matéria sendo incomoda o Partido Socialista não quer ter eventuais ónus antes das eleições.

Só isso é que explica a atitude que o Partido Socialista aqui teve no mês de março, mas não só essa atitude, porque admitindo que até havia uma boa vontade na decisão que foi tomada, ...

Deputado André Bradford (PS): Isso é rigoroso!

O Orador: ... o que seria mais natural era que na primeira reunião da Comissão de Assuntos Sociais a matéria se tivesse tratado.

Ora, não se tratou desta matéria na reunião subsequente da Comissão de Assuntos Sociais, nem tão pouco a Sra. Presidente pôs à consideração dos membros ou tomou iniciativa de requerer à Sra. Presidente e à Mesa da Assembleia a prorrogação do prazo para emissão de parecer.

Portanto, ficou naquela atitude de indiferença e é a atitude de indiferença que temos neste momento. Se este diploma não merece discussão estamos entendidos, se há aqui matéria para discutir é altura do Partido Socialista e do Governo Regional se manifestarem.

Deputado André Bradford (PS): A gente não pode porque o senhor está sempre a falar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para quem a educação é uma prioridade e para quem a criação de igualdade de oportunidades é uma referência não pode deixar de debater uma proposta que é apresentada neste Parlamento. Não pode existir por parte do Partido Socialista uma espécie de birra “agora não vamos discutir”, porque isso evidentemente é a negação da política e a negação da dignidade deste Parlamento e a mesma coisa se deve dizer em relação ao Governo Regional.

O Governo Regional tem a obrigação, tem o dever, tem a ética de responder e de dar aquela que é a sua opinião, aquela que é a sua análise sobre esta proposta e nesse sentido o que eu solicito é que obviamente,

com o sentido de responsabilidade que todos temos que ter, o Partido Socialista entre no debate e que o Governo Regional faça também aquilo que é a sua obrigação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, não havendo inscrições teremos que passar à votação.

Deputado André Bradford (PS): Tem ali uma inscrição, Sra. Presidente!

Presidente: Peço desculpa.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Governo Regional vai falar sobre esta matéria. Não vai falar pela boca do Sr. Secretário Regional. Vou ler o que é que o Governo Regional tem dito sobre o assunto, portanto, é uma forma de nós sabermos qual é a opinião do Governo Regional sobre esta matéria.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vamos saber o que pensa sem ele falar!

Deputado André Bradford (PS): O senhor fala sozinho neste debate!

O Orador: O Governo Regional em fevereiro de 2013, já lá vão 3 anos, pelo então Secretário Regional da Educação e Cultura, Prof. Dr.º Fagundes Duarte, foi dito que o Governo Regional estava a preparar

alterações legislativas para rever a fórmula de apuramento das disponibilidades financeiras do agregado familiar com o objetivo de atribuir os apoios sociais escolares a quem de facto dele precisa e eventualmente retirá-lo ou baixá-lo a quem se comprove que não tem necessidade.

Portanto, o Governo Regional tinha esta intenção em fevereiro de 2013.

Em julho desse mesmo ano, quando nós aqui aprovámos o Estatuto do Aluno, o diploma tinha uma norma que mantinha em vigor um decreto legislativo anterior até (e cito) “que entrasse em vigor as novas normas da Ação Social Escolar” e, portanto, foi uma atitude coerente do Governo Regional que passados 4 meses mantinha a ideia e o propósito de alterar o diploma da Ação Social Escolar.

Em julho de 2014 o Sr. Secretário Regional de então foi substituído e o Prof. Avelino de Meneses também disse alguma coisa sobre o assunto, disse em novembro de 2014, dia 26. Disse “finalmente [novembro de 2014] nos próximos meses tenciono trazer a esta Casa um novo diploma enquadrador da Ação Social Escolar.”

Os próximos meses seria janeiro de 2015, porventura maio de 2015, setembro de 2015, dezembro de 2015, fevereiro ou março de 2016 e, portanto, tratou-se de mais uma daquelas falácias, mais uma daquelas promessas em que se toma compromisso no Parlamento e depois se esquece do que foi dito.

Havia uma intenção do Governo Regional de alterar o diploma e até trazer um diploma.

Não tem posição sobre a matéria? Porque é que não o fez se reconhecia a necessidade de alterar a legislação?

É muito estranho, mas o silêncio diz tudo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

Sra. Deputada Zuraída Soares, peço desculpa.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu admito que possa ter havido alguma distração da minha parte naquilo que realmente se está a passar neste Parlamento, mas alguma coisa de estranho se passa e eu, culpa minha, quando ouvi a intervenção primeira da Sra. Deputada Catarina Furtado percebi que havia uma elencagem de datas que tinham de ter algum significado específico, mas com toda a franqueza, até por não integrar a Comissão de Assuntos Sociais, escapou-me, sabendo que devia estar ali alguma intenção. A mim escapou-me e eu penso sinceramente, Sra. Presidente, que esta câmara deveria ser esclarecida sobre aquilo que verdadeiramente está em causa, porque parece que está tudo, até o Bloco de Esquerda, sem perceber bem se é para discutir, se não é para discutir, o que é que aconteceu, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O PS não quer discutir!

A Oradora: ... o que é que não aconteceu, o que é que afinal se passa. Há um clima assim, aqui, neste espaço, que eu sinceramente gostava de perceber e gostava de solicitar, se me for permitido, à Sra. Deputada Catarina Furtado, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não temos Governo!

A Oradora: ... para não fazer a elencagem que fez (bem-feita, mas que a mim pessoalmente não me diz nada), mas que concretize e que explique a esta câmara o que é que exatamente todas aquelas datas e coincidências querem dizer para que eu me sinta esclarecida ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Vai fazer um desenho!

Deputado Luís Garcia (PSD): O PS não quer discutir!

A Oradora: ... relativamente a uma iniciativa que está em debate neste plenário.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

É para fazer referência a alguns pareceres que chegaram à Comissão de Assuntos Sociais em que no geral quer as escolas, quer as associações de pais se mostram favoráveis à alteração agora proposta por parte do Partido Social Democrata.

Nós também consideramos que as alterações propostas atribuem maior justiça e que projetam de facto aquilo que nós defendemos do ponto de vista do sistema educativo e em geral na sociedade que é procurar, através da intervenção da Região ou do Estado, conforme as circunstâncias institucionais em que nos encontramos, que todas as crianças tenham iguais oportunidades e aqueles que têm menores rendimentos e que têm famílias com menores rendimentos possam também ter sucesso educativo e possam ter iguais condições de sucesso e nesse sentido nós consideramos, como de resto a maior parte dos agentes educativos que foram consultados no âmbito desta proposta, que de facto esta iniciativa do PSD é equilibrada, é justa e significa uma melhoria significativa no âmbito do sistema e por isso anuncio a esta câmara que o PPM votará favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado** (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, obviamente a senhora não faz parte da CAS, mas também tem lá iniciativas suas, do Bloco de Esquerda, e posso dizer-lhe que à semelhança desta iniciativa à uma do Bloco que também foi requerida até por iniciativa sua de baixa à Comissão, proposta de Projeto de Resolução de um estudo para a toxicodependência que também estava agendado para deliberação de diligências para a mesma reunião do dia 5 de maio. Uma vez que o Bloco justificadamente também não marcou presença e o CDS-PP que também tinha um Projeto de Decreto Legislativo Regional, o Vale Saúde, também estava agendado para deliberação de diligências também não estava presente, não se deliberou diligências sobre isso, e estando presente o PSD e o PS deliberou-se, como estava na agenda da reunião, por volta das cinco horas, a diligência que foi solicitada e apresentada pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues primeiro, e depois pelo Sr. Deputado Nuno Meneses.

O PSD interveio no debate e passou-se à votação da diligência. O PS votou a favor, o PSD votou contra a diligência.

Pediu-se que sendo uma diligência de um pedido de parecer ou do estudo técnico que foi o que fundamentou aqui o pedido do grupo parlamentar de baixa à Comissão, saber se em termos de impacto financeiro e saber qual das formas existente, a pretendida pelo PSD ou outra, que seria a mais benéfica e abrangesse mais alunos, entendeu o Grupo Parlamentar do PS apresentar uma diligência a solicitar um estudo à entidade externa nesse sentido.

Foi votado por maioria, como disse com os votos a favor do PS e com os votos contra do PSD, e em simultâneo decorria a Conferência de Líderes

onde o mesmo PSD estava a prever e falou, pelo que diz a Sra. Presidente, do agendamento potestativo da iniciativa aqui em causa.

Obrigada, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Muito claro!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver mais inscrições ...

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

(*) Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os últimos números publicamente conhecidos sobre a distribuição dos apoios no âmbito da Ação Social Escolar são preocupantes: mais de 25 mil alunos matriculados nas escolas da rede pública regional são apoiados. Estamos a falar de 64% dos alunos açorianos.

Desde 2004 o número de alunos apoiados pelo regime da Ação Social Escolar disparou de 16. 300 para mais de 25 mil.

Os fundos públicos adstritos a esta necessidade das famílias açorianas aumentaram de 8,1 milhões em 2004 para 11,3 milhões de euros em 2014.

Por ilhas, dados oficiais indicam que em São Miguel mais de 70% dos alunos recebem apoios públicos para fazer face às suas necessidades, sendo que existem escolas em que praticamente todos os alunos têm apoio social escolar.

Assim, a importância dos apoios no âmbito da Ação Social Escolar é inegável enquanto forma de reduzir o risco de exclusão social e de evitar o abandono escolar precoce.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Isto torna-se ainda mais evidente sobretudo pelo facto dos Açores serem a região do país onde o risco de pobreza em crianças e jovens é verdadeiramente preocupante e alarmante.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Uma vergonha!

A Oradora: A necessidade de existirem mecanismos que permitam a atribuição de apoios sociais de uma forma mais justa e mais abrangente torna-se, por isso, uma preocupação premente.

Neste contexto esta iniciativa do PSD vem de certa forma ao encontro desta preocupação que julgo também ser preocupação do Governo e do Partido Socialista, até porque em setembro do ano passado o Secretário Regional da Educação, Avelino Meneses, falava na necessidade de se ponderar sobre a metodologia de cálculo para a atribuição dos apoios, dizendo inclusive que não teria qualquer problema em alterar a fórmula de cálculo adaptando ao Abono de Família desde que essa alteração introduzisse mais transparência e maior rigor ao sistema.

Sr. Secretário, neste momento está aqui a oportunidade do Governo dar conta daquilo que tem sido a sua reflexão sobre esta temática ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e esclarecer a bancada da maioria uma vez que sente necessidade de ter um estudo ou um parecer para melhor clarificar o impacto desta medida apresentada pelo PSD.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O mais curioso ainda é que em 2011, ou seja, no tempo do velho governo socialista, esta proposta esteve em cima da mesa porque os anteriores responsáveis governativos também achavam que era mais claro, mais transparente e mais abrangente a atribuição de apoios para a Ação Social Escolar com base no Abono de Família.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Antes tratava-se, segundo o que foi dito publicamente, de um significativo esforço de solidariedade social do Governo Regional com o propósito de garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação e gerar justiça social e desenvolvimento no âmbito do sistema educativo regional.

Agora, o Governo e o PS com tanto expediente criado parece que neste momento não querem fazer este esforço.

Afinal o que é que mudou?

Aliás, as intenções socialistas sobre a Ação Social Escolar não se ficavam apenas pela indexação dos apoios ao Abono de Família.

Em setembro do ano passado o Secretário Avelino Meneses anunciava até a vontade de se introduzir o prémio de mérito e eventualmente introduzirem-se majorações aos apoios.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É pena!

A Oradora: Resta saber, Sr. Secretário, para quando é que vai apresentar essas alterações, é que a legislatura está a terminar e se não está a pensar em alterar o que quer que seja por iniciativa do Governo agora tem essa oportunidade também de o fazer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: No entanto, a verdadeira conclusão que temos de tirar de toda esta discussão é que o número é cada vez maior de crianças e jovens

em situações de pobreza e se as crianças estão é porque também as suas famílias o estão ...

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... e tal como o CDS-PP afirmou no debate da precariedade e desemprego em março passado, 20 anos de governação socialista e muitos milhões de euros depois temos uma população empobrecida e dependente de apoios públicos, ...

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... seja eles de subsídios, fontes de rendimento e apoios sociais.

Se quase 70% dos alunos matriculados na rede pública precisam de apoios sociais é porque praticamente 70% das famílias açorianas é pobre ou vive no limiar de uma classe média empobrecida.

Tudo isto é triste, tudo isto é fado, mas tudo isto poderia ser bem diferente se tivéssemos um Governo menos omnipresente e uma sociedade menos dependente do orçamento regional.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É assim mesmo!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Há uma outra razão, além daquelas que eu já aduzi, que explica o silêncio do Partido Socialista sobre esta proposta legislativa: tem a ver com os pareceres que chegaram ao nosso Parlamento. Vou ler alguns.

“Para a proposta de alteração do artigo 94.º nos termos apresentados emitimos parecer favorável”, Escola Roberto Ivens;

“Venho por este meio informar V. Exa. que o Conselho Executivo a que presido é favorável à proposta de alteração”, Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária da Povoação; ...

Deputado André Bradford (PS): Qual foi o artigo?

O Orador: “O nosso parecer é favorável”, Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba e acrescenta: “Aproveitamos para lançar um alerta relativamente aos montantes monetários necessários para que as escolas consigam dar resposta às solicitações no âmbito da Ação Social Escolar”;

Conselho Executivo da Escola Básica e Integrada dos Ginetes: “Revogar a injusta e celebre fórmula 14 vezes o ordenado mínimo regional é por si só uma mais valia do diploma. Atribuir escalões tendo por base o Abono de Família traz vantagens para os serviços administrativos e evitam-se climas de alguma crispação entre a escola e os encarregados de educação, sobretudo em escolas implementadas em ambientes rurais”;

Escola Básica e Integrada da Horta: “Consideramos pertinente a alteração, nomeadamente no que se refere à equiparação entre escalões de Abono de Família e o escalão do subsídio do ASE. Também a eliminação da fórmula a que atribui 14 vezes o ordenado mínimo, quando muitas vezes o agregado não o recebe, é benéfica para as famílias com maiores carências económicas [sublinho: “é benéfica para as famílias com maiores carências económicas”]”;

Outro parecer: “A equipa multidisciplinar da Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico vem por este meio informar que concorda com a alteração proposta, uma vez que torna a atribuição do escalão mais

simples e acreditamos que algumas situações de injustiça que se criavam com a anterior legislação desaparecerão”;

A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Integrada de Ponta Garça diz que: “Depois de analisar o documento enviado comunica no geral dar parecer positivo ao proposto”;

A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Integrada do Topo diz que essa associação e cito “Vem por este meio apresentar um parecer favorável à alteração, afirmando que com essa alteração ficam mais ajustadas as desigualdades que existem atualmente, tendo muito a ganhar os agregados familiares, ajustando assim a atribuição pretendida”;

“Vem a Associação de Pais informar que após análise do respetivo documento e todo o seu conteúdo, o parecer foi favorável na certeza de que assim haverá uma maior transparência e um maior benefício para quem mais precisa, ajudando assim as famílias com os seus encargos”, Associação de Pais da Escola Básica e Integrada dos Arrifes;

E a Associação de Pais da Escola Francisco Ferreira Drummond diz que dá “parecer favorável à aplicabilidade das medidas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD. Por um lado, porque as mesmas poderão conferir a partir dos critérios utilizados para a atribuição de Abono de Família uma maior clareza e equidade na conceção dos apoios sociais dos alunos, visto que a medida em discussão terá como base a referência dos apoios sociais prestados a cada agregado familiar e não o rendimento equivalente ao salário mínimo regional.

Por outro lado, cremos que as mesmas medidas poderão abranger um maior número de alunos pela Ação Social, prevenindo a exclusão social e de igual modo evitando o abandono escolar precoce.”

Finalmente, um parecer da Associação de Pais da Escola Básica Tomás de Borba que diz que “... acolhe positivamente a proposta de alteração relativamente aos critérios para a atribuição de escalões da Ação Social. A correspondência entre escalões de apoios, os escalões de rendimento para a atribuição do Abono de Família, como propõe o Grupo Parlamentar do Partido Social de Democrata, parece trazer maior equilíbrio ao sistema e maior capacidade às famílias para garantir o acesso à educação dos seus educandos.”

Estão aqui as razões pelas quais o Partido Socialista não quer discutir este diploma.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, para uma última intervenção, creio, sobre esta matéria, para dizer o seguinte.

Estas normas que o Partido Social Democrata trouxe aqui à discussão são exatamente as normas que o Governo Regional em 2011 integrou numa proposta legislativa que trouxe a este Parlamento.

Na altura, esses mesmos critérios eram considerados pelo Governo Regional como um sistema que confere uma maior transparência na

concessão dos apoios da Ação Social Escolar e propiciam o alargamento do universo dos seus beneficiários.

No relatório sobre esse diploma a Secretária Regional da Educação de então reafirmou que o diploma em análise “prevê o reforço dos apoios atualmente atribuídos, assim como o alargamento do universo dos alunos por ele abrangidos” e não contente com o que havia dito, no dia seguinte o Gabinete de Apoio à Comunicação Social dizia que com esse diploma que tem as normas que nós agora trazemos aqui à votação o apoio da Ação Social Escolar ia passar de 57% para 73% dos alunos do nosso sistema educativo regional.

Portanto, se há dúvidas sobre a bondade da proposta ela é exatamente a mesma que o Governo Regional fez em 2011. Não alteramos nada. Está à consideração da câmara.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Considerando que não há intervenções, requeiro a V. Exa. nos termos regimentais que façamos a votação do diploma.

Deputado Domingos Cunha (PS): Mas o senhor é que manda nisto?

Deputado André Bradford (PS): Mas o senhor é que decide?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isto agora é assim?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Joaquim Machado, o debate só termina quando efetivamente não houver inscrições e se votar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não pode requerer? Não é regimental?

Deputado André Bradford (PS): O senhor tem a mania que faz tudo sozinho aqui!

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, eu não estou a contestar, nem estou a ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, gostava que me informasse à quanto tempo estamos a discutir este diploma ...

Deputado André Bradford (PS): Isso era o que o senhor devia ter feito primeiro!

O Orador: ... e quantas vezes V. Exa. insinuou (e bem!) que íamos passar à votação por falta de inscrições e se neste momento tinha na Mesa alguma inscrição. Não tinha.

Deputado André Bradford (PS): Isso é falta de democracia!

O Orador: Portanto, eu nos termos regimentais requeri a votação e julgo que (estou a citar de cor) o Regimento prevê esse mecanismo ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Prevê, sim senhor!

O Orador: ... e que, salvo algum esquecimento ou imperfeição de entendimento, quando tal acontece imediatamente se passa efetivamente à votação. Creio que é assim, mas V. Exa. não só pela autoridade que lhe está conferida na condição de Presidente e como muito melhor conhecedora do Regimento dirá se é ou não é assim.

No entanto, sublinho o seguinte: nós estamos há largos minutos a discutir um diploma que nunca suscitou qualquer inscrição nem por parte da bancada do Governo, nem por parte da bancada do Partido Socialista e no momento em que fiz esse requerimento à Mesa também não constava nenhuma inscrição.

Portanto, não havendo inscrições, da parte do PSD julgo que está tudo esclarecido e requeremos a votação do diploma, que aliás mantenho nos termos regimentais, se não estiver a fazer qualquer uso abusivo das normas do nosso Regimento.

Deputado Berto Messias (PS): O PS já falou duas vezes!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O artigo que define o termo do debate neste caso, não propriamente requerer a votação, é o artigo 133.º, mas depreende e tem uma condição prévia que é a de que o debate decorra ao abrigo do artigo 92.º

Como sabem, desde que existe esta nova configuração da Assembleia os debates têm sido todos feitos ao abrigo do artigo 132.º, mas ainda assim mesmo que estivéssemos ao abrigo do artigo 92.º tem que se verificar duas condições: é que pelo menos cada grupo parlamentar tenha participado no debate com dois oradores. Portanto, só assim é que qualquer outro grupo parlamentar, quer no debate da generalidade, quer no da especialidade, só verificada esta condição é que poderia ser requerido ou aceite pela Mesa o seu requerimento de baixa Comissão, que ainda assim não tem procedimento, porque o debate, o nosso debate, é feito por tempos globais ao abrigo do artigo 132.º.

Ainda assim eu relembro a câmara que de facto a Mesa não tem inscrições e pergunto se há alguma inscrição para passarmos à votação.

(Pausa)

Não há inscrições, vamos votar.

Sr. Secretário Regional, eu tenho muita pena, mas não lhe vou poder dar a palavra.

Penso que já estivemos tempo suficiente à espera de inscrições.

Vamos então votar.

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é lamentável!

Deputado Luís Garcia (PSD): Isto é brincar! Este regime está podre!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é uma brincadeira! É o respeito que têm por este Parlamento!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu peço o vosso silêncio para que possamos votar.

Sras. e Srs. Deputados!

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Terminámos assim este ponto da Agenda.

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma declaração de voto, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A declaração de voto é simples. O Partido Socialista acabou de renegar o seu próprio passado, acabou por votar contra as normas que ele próprio aqui trouxe ao Parlamento em finais de 2011. É o Partido Socialista no seu pior.

De facto, confirma-se que este é o pior Governo de sempre dos Açores. Um Governo que é prepotente, que é incompetente e que numa matéria ...

Presidente: Sr. Deputado, está no âmbito de uma declaração de voto.

O Orador: ... e que numa matéria tão estrutural para o sistema educativo regional, numa região estruturalmente pobre, com a maioria das famílias dos Açores carenciadas como demonstram os níveis percentuais de alunos beneficiários da Ação Social Escolar, o Governo Regional não teve uma palavra sobre esta matéria para nos dizer aqui, nem porque é que discorda daquilo que foi a sua proposta de há 4 anos atrás, nem o que é que vai fazer, nem porque não fez o que várias vezes prometeu.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Mas o Governo Regional não falou!

O Orador: Está comprovado que é tempo deste Governo Regional dar lugar a outro, melhor, mais capaz, mais competente com mais vontade de trabalhar a favor dos açorianos.

Deputado André Bradford (*PS*): Isso não é um comício do PSD!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado Nuno Meneses tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Meneses** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados ...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Nuno Meneses está no uso da palavra.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: A proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada pelo PSD, cuja a análise terminou agora, tinha essencialmente dois objetivos: introduzir no sistema da Ação Social Escolar os critérios que são usados na atribuição do Abono de Família e introduzir como referência o indexante de apoios sociais para efeitos de comparticipações.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O que o PS propôs!

O Orador: Convenhamos que se trata de uma proposta de alteração cirúrgica a um diploma regional, ora para dar aconchego a alguma voz de descontentamento, ora para transpor para a Região alterações que já tiveram efeito na República.

Neste caso, embora a proposta seja cirúrgica e sucinta, convenhamos que poderá ter impactos orçamentais e impactos nos apoios aos alunos e às famílias que, não estando estudados e calculados, levam necessariamente a que surjam dúvidas sobre a bondade ou não de tal iniciativa.

Foi nesta medida que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista no plenário do mês de março solicitou novamente que se baixasse o documento à Comissão, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas isto é uma declaração de voto?

O Orador: ... porque tinha efetivamente vontade de avaliar de forma informada e responsável os impactos das alterações já referidas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Votámos contra a proposta de diploma que terminamos agora a análise, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não fizemos análise!

O Orador: ... porque entendemos que não estamos munidos da informação necessária que nos permita tomar uma decisão informada sobre o benefício ou prejuízo de uma iniciativa desta natureza.

Não foi por acaso também que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista em sede de Comissão de Assuntos Sociais, depois do pedido de baixa à Comissão, solicitou ainda a elaboração de um estudo, parecer técnico, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tiveram seis meses para fazer isso! Seja sério!

O Orador: ... que clarificasse os ganhos e problemas de cada uma das formas de atribuição do escalão, tendo por base uma e outra formas de capitação: a Ação Social Escolar e o Abono de Família.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas isto é uma declaração de voto? Isso é a intervenção que devia ter feito há pouco!

O Orador: Lamentamos de facto que pelo motivo do agendamento potestativo por parte do PSD tenha sido inviabilizada a discussão desta proposta de forma esclarecida, dando-se privilégio assim à chicana política.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A única coisa lamentável foi o facto do Governo não ter falado!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: Estamos, sim, preocupados com o apoio social aos nossos alunos e com a garantia de que todos têm acesso à educação em igualdade de oportunidades. Não estamos é disponíveis, isso sim, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... para experimentalismos numa área tão sensível e importante como esta.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Experimentalismo! Que hipocrisia! Isto é a proposta do Governo de 2012!

O Orador: Hoje reconhecemos que o papel reservado à Ação Social é de fundamental importância na garantia de um acesso ao sistema de ensino igualitário que é um direito de todos.

Este é um instrumento que introduz justiça social e é um elemento também muito importante na consecução de um ensino democrático transversal e de qualidade.

O que é certo é que para aprovarmos uma alteração destas temos que ter as devidas garantias de que essas modificações trariam ou não efetivamente um benefício para os alunos e famílias.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É a intervenção que o PS não fez!

O Orador: Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra para uma declaração de voto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta foi obviamente uma discussão inusitada e uma sessão parlamentar que não abona nada a favor da prestação do Governo Regional nesta matéria.

É evidente que no âmbito da explicação do sentido de voto que a Representação Parlamentar do PPM acabou por adotar é importante referir o seguinte.

Quem tinha dúvidas ao longo do debate poderia ter colocado essas dúvidas à bancada proponente. Se tinham dúvidas o debate democrático serve precisamente para isso, para que sejam colocadas as dúvidas, para que o partido proponente tenha que responder às questões que são levantadas pelos outros partidos e também por parte do Governo Regional.

Ora, isso não aconteceu. Se isso não aconteceu não pode ser aduzido no âmbito do momento regimental em que nós estamos.

Também tivemos um período de análise desta proposta muito longo, seis meses, por isso também os partidos não podem (nenhum partido!) dizer que estavam aqui a adotar uma posição precipitada que carecia de análise. Seis meses!

Portanto, os partidos e o Governo Regional tiveram oportunidade de analisar esta questão ao longo de um período muito longo. Também não se pode dizer que o Governo Regional não tinha os dados, na medida em que em 2012, quando apresentou estas propostas, com certeza que projetou os seus resultados.

Portanto, nesse sentido, não foi por falta de informação.

Sendo assim, no âmbito deste debate o PPM viu-se confrontado foi com a bondade da proposta e o que nós considerámos é que de facto este reforço e esta melhoria dos mecanismos dos apoios da Ação Social Escolar vinha ao encontro daquele que é o nosso princípio político, vinha ao encontro daquele que é o nosso objetivo político, que é o facto de criar igualdade

de condições, permitir que todas as crianças possam frequentar e ter êxito no âmbito do nosso sistema educativo regional.

A verdade é que esta é de facto uma prioridade e tenha-se em conta que nós estamos a enfrentar um problema muito sério a este nível, uma vez que nós temos os piores resultados educativos do país e um dos fatores que é essencial para a melhoria destes resultados é de facto permitir, criar as condições económicas para que os mais pobres, os mais desfavorecidos, os que têm menos apoio no âmbito das famílias, possam ter estes apoios suplementares por parte da Região, por parte da administração e a verdade é que nós considerámos, por isso votámos a favor, que esta iniciativa cumpria esses requisitos.

Termino, Sra. Presidente, lamentando profundamente que o Governo Regional não tenha participado neste debate. Isto por si só demonstra uma prepotência e uma arrogância absolutamente inaceitáveis ...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... (termino, Sra. Presidente), o que demonstra que é absolutamente essencial nesta região, é absolutamente essencial uma mudança política.

Vinte anos de governo do mesmo partido ...

Presidente: Sr. Deputado, não deve interpelar as outras bancadas no âmbito da declaração de voto.

O Orador: ... levam a esta situação.

Presidente: Sra. Secretária Regional pede a palavra para?

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Defesa da honra, Sra. Presidente.

O Governo Regional foi acusado de prepotente, incompetente.

Deputado Luís Garcia (PSD): O Governo não participa no debate e vem pedir a defesa da honra? Isto é inadmissível!

A Oradora: É verdade.

Presidente: Vou dar-lhe a palavra, Sra. Secretária.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, estava em debate uma iniciativa de um partido desta Assembleia. O Governo Regional reserva-se o direito de definir o momento da sua participação.

Infelizmente, quando foi pedida a inscrição já estava ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Infelizmente?

A Oradora: Quando foi pedida pelo Sr. Secretário Regional a sua inscrição para participar no debate a Sra. Presidente já tinha entendido (e bem! Não está aqui de forma nenhuma a ser posta em causa a decisão da Sra. Presidente) que não devia admitir a inscrição do Sr. secretário Regional.

Quaisquer outras afirmações, conclusões, apreciações sobre a postura do Governo Regional julgo que são claramente abusivas e ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

A Oradora: ... porque o Governo Regional não se revê nas afirmações proferidas por V. Exa. eu não podia deixar de defender a nossa honra obviamente.

Obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sra. Presidente, tenho que fazer esta referência e discordar na medida em que, para já, não pronunciei a palavra incompetente como os Diários das Sessões poderão mostrar.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Peço desculpa se percebi mal!

O Orador: Depois, em segundo lugar, chamar prepotente politicamente a um Governo ...

Então, todos os parlamentos deste mundo teriam defesas da honra de 5 em 5 minutos. Portanto, a questão é que a Sra. Presidente, na minha perspetiva, ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Pode-se chamar tudo e o Governo não dizer nada!

O Orador: ... não devia ter concedido a palavra, porque não existiu nenhum motivo para a utilização desta figura regimental.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Eu senti a honra do Governo ofendida!

O Orador: Em terceiro lugar, o que eu quero aqui referenciar e tenho de explicar: quando eu digo que um Governo é prepotente porque ao longo de uma hora de debate ...

Esta própria bancada lhe solicitou uma participação, a Sra. Presidente fez para aí uns 30 anúncios que iria encerrar o debate por falta de inscrições, ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): O Governo fala quando entende!

O Orador: ... não fez menos de 30 anúncios de que “vou encerrar”, porque ninguém se inscrevia e depois o Governo vem aqui dizer que não se inscreveu, teve azar, inscreveu-se no último momento ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não! O Governo inscreveu-se!

Deputado Luís Garcia (*PPM*): É preciso ter lata!

O Orador: Portanto, eu acho que há uma coisa que é fundamental: nós não podemos ser um Parlamento, um congresso do Brasil, com coisas absolutamente risíveis, ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Concordo em absoluto! Todos nós!

O Orador: ... temos que ser absolutamente credíveis, quem nos está a ver quer credibilidade, o que quer é credibilidade ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Concordo! Todos!

Deputado Berto Messias (*PS*): É verdade!

O Orador: ... e quer que os deputados e o Governo Regional se comportem como os açorianos merecem. Por isso, um Governo Regional que não intervém ao longo do debate e que teve várias oportunidades, vários avisos por parte da Mesa que iria encerrar o debate e não o faz, esse Governo é de facto prepotente, Sra. Secretária.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não insista!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): E arrogante!

O Orador: Este Governo é prepotente e fico-me por aqui ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Acho melhor!

O Orador: ... por este registo, Sra. Secretária, por respeito aos açorianos.

Deputado Berto Messias (*PS*): O senhor é que devia ter consciência do que está aqui a fazer!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Sendo assim damos por terminado este ponto e vamos continuar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto seis da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores”**.

Para a apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Fausto Abreu*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A conservação dos recursos e ecossistemas marinhos é uma pedra basilar da política do Governo Regional e o garante da sustentabilidade das atividades económicas que decorrem no mar.

Nesse sentido, a nossa Região tem estado na linha da frente no que respeita à proteção e à conservação do meio marinho sobretudo através da criação daquele que foi um dos primeiros parques marinhos do mundo e que inclui as primeiras áreas marinhas classificadas fora da ZEE já na Plataforma Estendida sob jurisdição nacional.

A Convenção das Nações Unidas sobre a diversidade biológica, uma das Convenções do Rio aprovadas em 1992, foi elemento central para a determinação do objetivo global de se atingir uma proteção de cerca de 10% de área marinha protegida do mar sob jurisdições nacionais até 2012.

Mais tarde, a constatação global de que essa meta não foi atingida levou a que a União Europeia aumentasse os seus esforços nesse sentido.

A Região Autónoma dos Açores desenvolve atualmente a sua ação também no âmbito da Convenção OSPAR, a Convenção de Oslo e Paris, ao abrigo da qual classificou uma parte das áreas que se incluem hoje no Parque Marinho dos Açores.

O Governo dos Açores tem vindo a contribuir ao longo das últimas décadas para moldar as políticas marítimas nacionais e europeias e tem conseguido mobilizar os agentes económicos e a sociedade civil da Região para se implementarem no nosso arquipélago políticas de conservação da natureza marinha avançadas que nos têm merecido reconhecimento internacional. A Proposta de Decreto-Lei que hoje apresentamos é apenas o último exemplo.

Sabemos hoje que a exploração económica do meio marinho não tem que implicar felizmente a sua destruição, antes pelo contrário.

É hoje aceite a existência de um enorme potencial para o desenvolvimento de utilizações do espaço marítimo que bem podem

coexistir com o desenvolvimento económico vibrante das sociedades humanas modernas desde que se baseiem no melhor conhecimento disponível e que envolvam atividades que não explorem de forma insustentável os recursos.

Este é um novo paradigma, o da chamada “economia azul”.

Na União Europeia o conceito de “crescimento azul” contribui para a estratégia europeia 2020, que prevê um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo no continente europeu.

Os setores que se preveem que venham a ter um papel mais determinante para a sua concretização são a aquacultura, o turismo costeiro, a biotecnologia marinha, as energias renováveis marítimas e a mineração dos fundos submarinos.

Ora, estes são setores de grande promessa para os Açores, que é a região mais marítima da Europa.

Neste enquadramento o Governo dos Açores apresenta agora uma proposta de alteração do Decreto Legislativo Regional que regulamenta o Parque Marinho dos Açores, que visa clarificar, perdão, classificar quatro novas áreas marinhas protegidas que formalmente são seis, uma vez que duas delas têm que se dividir em áreas dentro e fora da Zona Económica Exclusiva.

Estas novas áreas são a Área Marinha de Gestão de Recursos do Arquipélago Submarino do Meteor dentro e fora da ZEE dos Açores, a Área Marinha Protegida do Perímetro de Proteção e Gestão de Recursos localizada a sudoeste dos Açores, também dentro e fora da ZEE, a Área Marinha Protegida para a Gestão de Recursos do Banco Condor e a Área Marinha Protegida para a Gestão de Espécies e Habitats do Banco Princesa Alice.

A zona a que chamamos Arquipélago Submarino do Meteor, em honra ao seu monte submarino melhor conhecido, precisamente o monte submarino Grande Meteor, é uma zona muito vasta, localizada a sul dos Açores com mais de 120 mil kms². Esta zona ainda não é totalmente conhecida, mas o Grande Meteor é um dos montes submarinos melhor estudados por equipas nacionais e internacionais, que têm vindo a desenvolver trabalho nesta área pelo menos desde os anos 20 do século passado. Foi já descrita na zona a presença de recursos minerais com algum potencial, nomeadamente nódulos polimetálicos de manganês, cobre, níquel e cobalto. Trata-se de uma área de enorme biodiversidade, geodiversidade e de grande importância estratégica para os Açores e para Portugal.

A classificação da Área Marinha Protegida de Perímetro de Proteção e Gestão de Recursos localizada a sudoeste dos Açores, igualmente com uma componente dentro e fora da ZEE, justifica-se pelas espécies aí existentes, que são particularmente promissoras do ponto de vista biotecnológico.

Verifica-se um elevado potencial para a exploração mineral, sendo que a classificação desta área é uma forma de garantir a conservação da diversidade dos seus habitats e espécies.

A Área Marinha Protegida de Gestão de Recursos do Banco Condor apresenta jardins de corais, descobertos em 2006, agregações de esponjas e áreas de sedimento, albergando gorgónias, esponjas e outros organismos.

Esta área era utilizada tradicionalmente como uma zona de pesca até 2010, altura em que foi alvo de uma interdição a esta atividade e de um estudo de espécies demersais elaborado pelo Departamento de

Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, que tem produzido resultados muito interessantes, revelando dados importantes sobre espécies como o goraz, por exemplo.

A classificação que agora se propõe para o Banco Condor não implica qualquer restrição adicional à pesca, mas reconhece a importância desta zona como um importante local para a conservação de recursos pesqueiros e reconhece a riqueza dos ecossistemas que já referi.

A Área Marinha Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Banco Princesa Alice é uma zona de pesca importante de espécies demersais e de grandes pelágicos que tem também uma grande importância para o desenvolvimento de atividades marítimo-turísticas, sobretudo na zona do topo do banco que agora se propõe classificar.

Esta é uma zona visitada regularmente por jamantas, constituindo-se, por isso, um dos melhores locais para observar estes animais no Oceano Atlântico.

Refira-se que esta proposta não altera em nada a sua utilização enquanto zona de pesca.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sendo aprovada esta proposta o Parque Marinho dos Açores passará a contar com um total de 12 áreas marinhas protegidas situadas dentro e fora da Zona Económica Exclusiva dos Açores.

Esta proposta representa uma vez mais a concretização das competências próprias de Região Autónoma dos Açores em matéria de ambiente marinho e conservação da natureza e consequentemente em matéria de ordenamento do espaço marítimo.

Apesar dos repetidos atropelos às competências próprias da Região neste domínio levados a cabo pelo anterior Governo da República nos últimos

dois anos, o Governo dos Açores preconiza que a Região, e em especial esta Assembleia, continue a exercer serenamente as suas competências próprias que temos atribuídas pelo nosso Estatuto Político-Administrativo e pela Constituição da República.

Termino, sublinhando que esta ampliação do nosso Parque Marinho constitui um passo seguro no exercício da gestão ambiental adaptativa do nosso mar, tendo por base as melhores práticas internacionais e os avanços mais recentes do conhecimento científico.

Esta alteração faz-se sem novas restrições ao desenvolvimento de atividades da pesca e marítimo-turísticas.

Congratulo-me, por fim, com o resultado do processo de consulta que foi conduzido sobre este diploma no sentido de procurar colher juízos sobre o conteúdo do mesmo.

Verificámos com apreço que tanto os conselhos de ilha, como as restantes entidades que foram consultadas no âmbito deste processo acolheram favoravelmente esta proposta, pelo que só posso ver neste facto um sinal de que o Parque Marinho é hoje um instrumento de gestão bem estabelecido na sociedade açoriana. Não quero com isto dizer que a nossa tarefa de ver o espaço marítimo dos Açores se encontre concluída, longe disse.

Os órgãos de governo próprio da Região terão de prosseguir o seu trabalho nesta frente, no entanto espero que todos concordem que hoje podemos dar um passo importante com a aprovação desta proposta.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como já foi aqui bem explicado pelo Sr. Secretário, esta proposta legislativa em nada altera em substância o anterior diploma, apenas inclui novas áreas marinhas protegidas, desde logo o Banco Princesa Alice, o Condor e duas áreas protegidas que se estendem para além das 200 milhas.

Devo dizer que quanto à responsabilidade da gestão precisamente destas áreas que se encontram em águas internacionais, a avaliar pela falta de fiscalização que tem sido feita nas próprias águas territoriais, é bem ilustrativo que a Região não tem nem meios logísticos, nem humanos para poder dar resposta a esta pretensão jurídica.

Portanto, tememos que aquilo que seja no curto prazo uma iniciativa que poderá vir prestigiar a Região, marcando presença no Atlântico Norte, a médio prazo, quando forem feitas as avaliações dos resultados, venha a contribuir apenas para descredibilizar a Região.

Neste sentido, Sr. Secretário, devo dizer-lhe que, como em tudo na vida, não basta querer ter tudo e muito. É preciso ter capacidade para tomar conta daquilo que é nosso e a este respeito devo lembrar que num dos pareceres que deu entrada em sede de Comissão Parlamentar foram feitas críticas muito graves no que se refere à falta de fiscalização em relação às nossas áreas protegidas, que passo a ler e que no mínimo o Sr. Secretário deveria nos dar explicações quanto isto.

Passo a ler: “Monte da Guia: vê-se de tudo, redes de emalhar, caça submarina, pescadores profissionais e armadores.”

“As zonas marinhas protegidas da Reserva das Formigas é como se não existissem, parecem mais as quintas de pesca de alguns, pois se existir proteção é só no papel.”

“O Banco João de Castro também com uma forte ausência de fauna, mesmo pelágicos, devido à sua captura.”

“O Banco Princesa Alice, o ex-libris muito divulgado e como também disse o Sr. Secretário como sendo o tal paraíso das mantas, bicudas, lírios, etc., neste momento está bastante diferente para pior.”

“No Banco Condor anteriormente encontravam-se tubarões azuis e deixaram de se encontrar, isto porque à vista de toda a gente continuam a ser capturados impunemente tubarões azuis e descarregados nos nossos portos.”

Deputado José Ávila (PS): Onde é que são apanhados?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sra. Deputada, isso não era assim!

A Oradora: Portanto, Sr. Secretário, estas não são seguramente as melhores práticas internacionais a que o senhor se referia em relação às quais penso que, no mínimo, nos deve prestar esclarecimentos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Todos os mecanismos que visem garantir a sustentabilidade dos nossos recursos, que visem proteger, preservar a nossa biodiversidade e os ecossistemas marinhos e que visem ainda garantir uma gestão com

equilíbrio de todo o nosso espaço marítimo são, em princípio, bem-vindos.

Um dos mecanismos que ajuda a alcançar estes objetivos nobres é a criação de áreas marinhas protegidas.

O alargamento agora proposto do Parque Marinho dos Açores é uma proposta que tem fundamentos ambientais, ecológicos, económicos e até diria mesmo autonómicos e está alicerçada num profundo conhecimento científico levado a cabo durante muitos anos pela Universidade dos Açores, especialmente pelo seu Departamento de Oceanografia e Pescas.

Assim consideramos esta proposta globalmente positiva ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e foi também nesse sentido que se pronunciaram a generalidade das entidades ouvidas no âmbito dos trabalhos parlamentares da Comissão competente, mas também há nesses pareceres uma referência quase unânime: a necessidade de mais fiscalização e se há carências graves de fiscalização na atual área do Parque Marinho dos Açores, se vamos aumentar essa área, a necessidade de se reforçar os meios de fiscalização é ainda mais evidente.

Um dos pareceres enviados a esta Assembleia resume bem esta matéria e cito: “Acima de tudo por muito que façam legislação sem fiscalização não servirá de nada.” Fim de citação.

Curiosamente nesta proposta, nem sequer no seu preâmbulo, o Governo Regional assume essa necessidade, nem estipula qualquer compromisso a este nível.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com a aprovação desta proposta o Governo fica habilitado a elaborar posteriormente a legislação necessária para gerir estas áreas marinhas e esta legislação não passará nesta Assembleia.

Neste contexto, Sr. Secretário, não é correto afirmar para tranquilizar alguns setores que esta legislação não altera a utilização destas áreas. De facto, assim é. Não altera.

O Governo ao fazê-lo fará isto através de portaria e em legislação subsequente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Claro! Como sempre!

O Orador: Mas sobre essa legislação subsequente quero, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, fazer alguns alertas.

Em primeiro lugar, essa legislação deve ser feita com equilíbrio, respeitando e procurando equilibrar os interesses ambientais, os interesses científicos, mas também os rendimentos daqueles que vivem das atividades marítimas.

Em segundo lugar, essa legislação deve envolver na sua elaboração todos os setores e utilizadores num diálogo aberto e construtivo.

Em terceiro lugar, essa legislação deve definir regras de utilização e de gestão claras para todos os setores e para todos os utilizadores (e sublinho para todos).

Devemos resistir à tentação de apenas rotular este ou aquele setor (e isto muitas vezes acontece em relação ao setor das pescas – dizia rotular este ou aquele setor) como o setor que delapida os nossos recursos e causa danos aos nossos ecossistemas marinhos.

Finalmente, essa legislação deve ser avaliada, deve-se promover com todos (também mais uma vez com todos) os setores e utilizadores deste

espaço marítimo a avaliação e a divulgação dos resultados dessa legislação.

De nada serve estipular na legislação mecanismos para fazer essa avaliação e esse acompanhamento e depois esses mecanismos (como já existe com algumas áreas marinhas protegidas atualmente) não funcionarem simplesmente.

Em resumo, Sras. e Srs. Deputados, áreas marinhas protegidas sim, prosseguem objetivos nobres, mas esses objetivos só terão êxito com uma fiscalização adequada e essa legislação subsequente que o Governo fica habilitado a fazer deve ser feita com equilíbrio, com envolvimento de todos os setores e deve estabelecer regras de utilização e de gestão claras para todos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria, neste tom mais construtivo, que se entendesse que este é um diploma que, à maneira de outros que têm sido estruturantes na Região Autónoma dos Açores, nós consideramos também que contribui para o crescimento da nossa autonomia, mas é por isso mesmo que é inovador, para além de uma leitura mais imediata que se poderia dizer, ao fim e ao cabo, são mais quatro áreas do Parque Marinho dos Açores que são acrescentadas ao anterior diploma de 2012, mas não é assim.

É assim em área, porque nós passamos agora a ter com este diploma uma nova área jurisdicional de 245 mil kms², mas é assim também porque estamos a dar um passo em frente, até em termos internacionais, e com as metas internacionais, até com aquilo que foi recentemente a Convenção da Diversidade Biológica que sugere 10% das áreas marinhas protegidas no âmbito da agenda 2020. Portanto, nós estamos, a Região Autónoma dos Açores, a ver ao longe e a ter razão antes para corresponder a esta situação.

Depois o próprio relatório intercalar da estratégia da biodiversidade também para 2020 é de algum modo subscrito com esta proposta arrojada, mas também bem fundamentada como se vê pela estrutura do diploma que não só tem a preocupação de avançar para uma coisa que no nosso mar tem sido considerado como uma necessidade imperiosa que é de conhecermos bem aquilo que de algum modo pertence ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): De pertença!

O Orador: ... (e eu vou utilizar a palavra pertence de uma maneira mesmo imperiosa) à Região Autónoma dos Açores e que de algum modo precisa ser ganha também com estes instrumentos legislativos.

Não tenhamos dúvidas que a República pode ter leituras diferentes em relação àquilo que são essas riquezas, quer biológicas, quer de diversidade, quer também dos chamados sulfuretos polimetálicos, que são aliás motivo de cobiça de novos corsários que, de uma maneira mais ou menos disfarçada, já conhecem quais são as potencialidades do mar dos Açores, mas é para isso também que esses instrumentos legislativos servem e é por isso também que eu queria deixar aqui uma nova indicação da postura do Governo da República em relação aos mares dos Açores, porque quando recentemente, ao contrário também do que

aconteceu no Governo anterior, não tinha no seu programa do Governo nenhuma linha sobre o mar dos Açores, há agora mesmo em matéria de fiscalização a preocupação inscrita no programa do Governo de fiscalização para além das 100 milhas.

Há agora também uma nova postura face a alguma má jurisprudência do Tribunal Constitucional de algum modo ser um travão ao desenvolvimento da nossa autonomia, ainda que no último acórdão esse Tribunal Constitucional se tenha apercebido que já não está todo de acordo, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Tribunal Constitucional só interessa quando tem pareceres a vosso favor, senão é travão!

O Orador: ... uma vez que o parecer não foi votado por unanimidade. Portanto, isso significa que a autonomia, como noutros tempos, se faz com este esforço e com este reforço permanente de forçar o nosso avanço em matérias para as quais nós estamos mandatados pelo nosso Estatuto.

É isso que está a acontecer, mas felizmente também este Governo da República quando admite que é preciso clarificar de um modo e de boa-fé a questão da partilha do mar dos Açores está a dar novas garantias que nós podemos discutir com argumentos científicos, ecológicos, ambientais, mas também argumentos do crescimento e da consolidação da nossa autonomia um outro patamar para que tenhamos essa consolidação também neste importante domínio.

Por isso, essa fiscalização ainda que seja importante ...

E não queria deixar de fazer um parêntesis aqui para dizer à Sra. Deputada Graça Silveira que essa questão dos tubarões azuis não pode ser vista como V. Exa. a entendeu.

Como sabe os tubarões azuis são ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu? Eu pura e simplesmente li o parecer na Comissão, *ipsis verbis!*

O Orador: Essa referência, deixe-me dizer-lhe, os tubarões azuis são apanhados pela frota espanhola, são apanhados em águas internacionais ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Descarregados nos nossos portos! É o que diz aqui!

O Orador: ... e efetivamente não é uma matéria que seja da fiscalização até às nossas 100 milhas, mas mesmo aí, Sra. Deputada, eu queria trazer também aqui à câmara um dado que me parece importante: é que desde a instalação da Agência Espacial Europeia em Santa Maria, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas se os espanhóis estão a apanhar onde é que anda a fiscalização?

O Orador: ... a Agência Espacial Europeia reporta diretamente para o Cais do Sodré, para a chamada Agência Internacional de Segurança Marítima, os dados resultantes da passagem do satélite que de hora a hora passa no norte do Atlântico e que imprime em termos daquilo que se chama um *footprint* entre o nordeste dos Estados Unidos, Cabo Verde e o Mediterrâneo e é isso que tem servido a essa agência para com o equipamento sofisticado que foi instalado pela ESA, o chamado *Synthetic Aperture Radar*, que é um radar que vê por infravermelhos, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E o Governo Regional identificou essas infrações?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os drones?

O Orador: ... ver descargas de petroleiros, atividades ilícitas para além das 6 milhas. Esta informação era para dizer à câmara que já há trabalho feito, que já há um Governo da República que tem novos instrumentos e é

para dizer também que a questão da fiscalização que poderia ser aquilo que de algum modo corresponderia a alguns pareceres ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não basta ver as infrações! É preciso aplicar as coimas!

O Orador: Não se incomode, Sra. Deputada, que vai ter tempo de algum modo achar que ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Vou vir a debate!

O Orador: Faz muito bem e eu também voltarei.

De qualquer modo o que queria dizer é que de facto este diploma, para além das questões importantes da fiscalização, corresponde para nós à assunção da autonomia em várias vertentes. Na vertente política, porque ela está instalada com este tipo de elenco legislativo que aqui está, na vertente científica, na vertente ecológica, na vertente da biodiversidade e na vertente até de nós irmos à frente em termos de metas, como disse há pouco, internacionais e europeias e, por isso, este é um diploma estruturante, um diploma que nos deve unir como o mar dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional pretende com esta proposta acrescentar mais quatro zonas protegidas ao Parque Marinho dos Açores, o que naturalmente não merece nenhuma oposição por parte da Representação Parlamentar do PCP, mas há aqui outras questões de ordem operativa, operacional que nos preocupam, pois a verdade é que este plano e as alterações que agora

lhes são introduzidas deixam intocados alguns dos problemas que são conhecidos e que têm sido abundantemente criticados por quem vive da economia do mar, seja a pesca, seja o setor marítimo-turístico e em traços gerais realçava aqui alguns deles.

Não há uma efetiva implementação prática deste Parque e com isto quer dizer-se que o envolvimento e a informação dos parceiros não é efetiva, ou seja, por exemplo, o Conselho Consultivo do Parque, previsto no artigo 27.º, não tem atividade conhecida, pelo menos a Representação Parlamentar ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tem?

O Orador: Não tem atividade conhecida.

Aliás, o próprio diretor do Parque Marinho não é fácil de encontrar, o que quer dizer que há alguma opacidade relativamente à própria gestão do Parque Marinho dos Açores.

Por outro lado, não há planos de ação para cada uma das áreas, fazendo com que tenhamos apenas um bonito mapa dos Açores com zonas e áreas protegidas, mas é só isso. Mas é só isso!

Portanto, e para não me alongar muito, todo o esforço legislativo acaba por ser também anulado pela ausência de fiscalização, aliás, como nós temos vindo profusamente a referir e como julgo que a Deputada Graça Silveira também já o referiu na sua intervenção sobre esta matéria.

E se efetivamente não está ao nosso alcance, ao alcance da Região, fazer toda a fiscalização a pergunta que se tem de associar, até porque é uma competência da soberania nacional, é o que é que o Governo Regional tem feito junto do Governo da República para que os meios de fiscalização sejam ampliados, sejam reforçados para que efetivamente possamos dizer que temos um Parque Marinho, mas que esse Parque

Marinho é devidamente fiscalizado e que todas as normas são efetivamente cumpridas.

Por outro lado, continuam ainda a haver e a subsistir alguns paradoxos e contradições na legislação, aliás, alguns deles são apontados pela Associação de Operadores de Mergulho e que importaria que fossem resolvidos.

A planificação e o esforço legislativo que a Região tem feito é certamente meritória, mas não podemos, como eu referi há pouco, ficar apenas com um bonito mapa dos Açores e do seu mar envolvente, com zonas coloridas apenas para que conste.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É preciso de facto caminharmos para uma efetiva fiscalização, uma efetiva gestão deste Parque Marinho, sob pena de aquilo que pretendemos com o ato legislativo, que com certeza é fundamental, apenas não passe disso mesmo, de um ato legislativo sem nenhum efeito prático.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Governo vai ficar outra vez sem dar respostas?

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte da Representação Parlamentar do PPM temos apoiado e, aliás, no âmbito da votação deste mesmo diploma em 2011 este diploma contou com o voto favorável do PPM.

Devo dizer que vejo neste diploma um instrumento de defesa do ambiente dos nossos recursos marinhos, do nosso ecossistema e também vejo como um instrumento de defesa da nossa jurisdição e também, por via disso, da soberania nacional.

Penso que nesse sentido, aliás, há várias obras publicadas sobre isto, o Parque Marinho, nomeadamente no que diz respeito às zonas que se encontram fora da Zona Económica Exclusiva de Portugal, é um instrumento muito importante em termos de afirmação da nossa soberania e da nossa jurisdição. Por isso, nós evidentemente que vamos dar, vamos votar ao lado, penso eu, como já se verificou, de todas as outras forças políticas, apoiando realmente algo que é para nós absolutamente vital, que é a afirmação da jurisdição dos Açores, a proteção do nosso ecossistema, uma boa gestão nesta área.

Evidentemente que esse apoio, a votação favorável que vamos concretizar (nós também queremos aqui fazer algumas reservas em relação a esta matéria) não irão impedir de votar favoravelmente, porque esta é uma questão, como referenciei no início da minha intervenção, da maior importância estratégica para a Região Autónoma dos Açores e para o país, mas quero aqui referenciar duas questões.

A primeira, é de facto a fiscalização. Não vale a pena criar diplomas e criar uma legislação que é uma legislação que eu considero que é muito importante, está bem elaborada, mas é muito importante que também existam os recursos e também o empenho no sentido de permitir que de facto a fiscalização seja eficaz e não tem sido.

A segunda questão que considero que é bastante importante foi levantada pelo Sr. Deputado do PCP, porque de facto o Conselho Consultivo do Parque Marinho dos Açores prevê que possam existir reuniões, salvo erro, ordinárias todos os anos, extraordinariamente sempre que o Sr. Presidente convocar, mas a questão é esta, foi feita aqui uma denúncia por parte do PCP, segundo o qual este Conselho Consultivo, que tem um importante papel em toda esta orgânica, não reúne e o Sr. Secretário tem de responder a esta questão, ou seja, tem que aqui afirmar, tem que aqui testemunhar que estas reuniões (e repito, é uma reunião por ano, que está prevista, é uma reunião por ano, uma reunião ordinária) ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É tão fluente que eles se esquecem!

O Orador: Portanto, acho que é fundamental que o Sr. Secretário o diga, porque se assim não for, se o Sr. Secretário não confirmar que os órgãos funcionam no âmbito da legalidade que se impõe, obviamente que além de problemas relacionados com a fiscalização, também temos problemas do ponto de vista da legalidade do funcionamento dos órgãos de gestão. Se não funcionam dentro da legalidade, não funcionam com eficácia de certeza absoluta. Portanto, quero que o Sr. Secretário (foi feita aqui uma denúncia por parte do PCP, quero reiterar, eu não sabia, não tinha esta informação) me garanta que o Conselho Consultivo está de facto a reunir-se.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E já agora que me garanta que não andam a apanhar tubarões azuis!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Fausto Abreu*):

Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Começando pela questão da fiscalização com a qual todos concordamos. De facto não é só a Região Autónoma, mas o país, que vai ter 4 milhões de km² de mar sob sua jurisdição vai ter sempre imensas dificuldades em fiscalizá-lo adequadamente e Portugal com os meios que tem, tem esse desafio enorme. Eu queria com algum risco, sei que poderá ser facilmente atacável o que vou dizer, começar por justificar porque é que no meu entender, mesmo com uma fiscalização deficiente, esta classificação dita no papel não seria inútil e não estou a dizer que é o que se está a passar.

Temos de facto meios e vantagens diversas para fiscalizar o que está a ser proposto, mas imaginemos que não tínhamos absolutamente nada, porque é que é relevante?

Em parte por motivos que já aqui foram referidos pelos Srs. Deputados José Contente e Paulo Estêvão, por questões de soberania.

Nós, como país, estamos a propor o alargamento da nossa jurisdição para uma área vastíssima do Atlântico Norte. Para o podermos fazer há o Quadro da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar temos que demonstrar alguma capacidade para ter jurisdição sobre essa área ...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Nós não temos capacidade!

O Orador: ... e num primeiro passo temos que mostrar conhecimento e esse é o primeiro passo. Portugal está acerca de uma década a investir em conhecimento científico para fundamentar a sua proposta de alargamento da plataforma continental, da sua jurisdição sobre a plataforma continental.

Foram recolhidos imensos dados. Os Açores, a Universidade dos Açores, o Governo Regional foram uma parte importante nessa demanda por conhecimento sobre a nossa área de jurisdição no Atlântico Norte e essa é ...

Para um país com as nossas características e com a vastíssima dimensão é a primeira forma de exercer soberania, é demonstrar que temos conhecimento do que temos no nosso mar.

O passo seguinte, uma vez tendo esse conhecimento, temos o imperativo moral de reconhecer legalmente, de proteger, os ecossistemas, os recursos vulneráveis que foram detetados nesse contexto.

Portanto, se mais nenhum outro valor tivesse, esta Assembleia Legislativa Regional reconhecer que nestas quatro áreas (portanto, num total de 17 áreas no Parque Marinho dos Açores) há valores que devem ser protegidos, valores que nós conhecemos e que entendemos que devem ser sujeitos a algum estatuto de proteção e nada mais sem nenhum meio por fiscalizar, esse passo em si próprio seria importante desse ponto de vista.

Quer isto dizer que a Região tem capacidade para fiscalizar um Parque Marinho com a escala que o nosso tem, com 17 áreas marinhas protegidas?

A resposta é não, nem deve ter.

Não cabe à Região, com a orgânica que tem e as coisas que tem, ter meios navais, humanos para fiscalizar todas as áreas do Parque Marinho. Cabe-lhe classificar, legislar, regulamentar o que lá tem de ser feito e depois (no caso, como todos sabem, são todas áreas *offshore* para além das 12 milhas) tem que ser a Marinha e a Força Aérea a fazer o trabalho de fiscalização e sobre este aspeto esta Assembleia já se pronunciou com

o entendimento que tem sobre a necessidade destas entidades do Estado fazerem um trabalho mais intenso nos Açores.

Outro aspeto importante, e pegando numa afirmação que foi citada do Sr. Deputado Luís Garcia, não há nesta proposta como eu disse nenhuma restrição adicional na pesca.

Portanto, a pesca no que diz respeito ao Parque Marinho dos Açores, tendo obviamente um histórico de infrações em algumas áreas, algumas delas referiu a Sra. Deputada Graça Silveira, esta legislação não está a ser feita para regulamentar pescas.

Aliás, devo dizer também que a acusação que é feita ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os recursos!

O Orador: ... de que este diploma não restringe as pescas nem nenhuma atividade, porque remete para portaria tudo o que vem a seguir não é verdade. Não é ao abrigo deste DLR que se vai regulamentar nada em pescas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): As zonas protegidas estão a ficar delapidadas! Foi essa a acusação!

O Orador: O Quadro Legal das Pesca dá a possibilidade do Governo Regional, por portaria, fazer restrições de pesca em qualquer altura. Portanto, não é necessária esta proposta de diploma para introduzir nenhuma outra alteração nas pescas.

Portanto, podemos afastar esse fantasma de que neste DLR se está a propor algum tipo de ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Nunca falei de pescas, Sr. Secretário!

O Orador: Falou o Sr. Deputado Luís Garcia.

... agenda sequente que virá por legislação subsidiária ... Não é o caso!

Aliás, se alguma crítica houver (e foi feita se bem entendi pelo Sr. Deputado Aníbal Pires) sobre os planos de ação e aparente falta de dinâmica nas reuniões do Conselho Consultivo, na produção de planos de gestão para cada uma das 17 áreas é que praticamente só os DLRs é que estão a funcionar. Tudo o que está apresentado nesta Proposta de DLR tem elencado ao detalhe que atividades estão sujeitas a restrições em cada uma das áreas, seja ruído, seja utilização de tóxicos, seja algum tipo de intervenção do ponto de vista da investigação científica e, portanto, aqui passa-se o oposto. Não há legislação subsidiária. A haver um défice, haverá porventura um défice de implementação dos planos de gestão destas diferentes áreas.

A verdade é que num quadro em que se está a implementar a diretiva Quadro da Estratégia Marinha, que não referi na minha intervenção inicial, mas que impõe à Região uma série de obrigações para a monitorização do bom estado ambiental das nossas águas, essa é a prioridade imediata porque temos problemas de infração e se e quando for detetada a necessidade de se introduzir algum plano de gestão mais detalhado seja por conflitos de usos, (por exemplo, o banco Princesa Alice como foi referido pela Sra. Deputada Graça Silveira, não sei se se expressou mal, tenho a certeza que não foi por desconhecimento, mas expressou que havia queixas de pesca no Banco Princesa Alice) ...

Não há queixas de pesca, é um dos maiores bancos de pesca dos Açores, onde se pesca legalmente e o que se passa porventura é algum conflito de usos com a operação marítimo-turística muito pontual na zona da coroa do banco.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): No Banco da Princesa Alice as jamantas desapareceram! Está delapidado!

O Orador: De resto a pesca no Banco Princesa Alice é legal, é um dos principais locais de pesca da nossa Região.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A espécie que existia está completamente delapidada!

O Orador: Mencionou outros locais, o Monte da Guia, as Formigas. Como sabe, não pertencem ao Parque Marinho dos Açores, portanto, não me vou referir a eles.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas é da sua responsabilidade!

O Orador: O Banco D. João de Castro, sim senhor, temos registado violações e pesca ilegal no Banco D. João de Castro. Aliás, tem sido também objeto de algumas penalizações mais severas impostas pelo Governo Regional, inclusive propostas de limitação de licença de pesca e multas bastante elevadas.

No Banco Princesa Alice, como disse, não há restrições e a pesca no Banco Condor é também restrita neste momento e se algumas associações se queixam de falta de fiscalização (e acredito que algumas ilegalidades ocorram no Banco Condor) os dados do Departamento de Oceanografia e Pescas mostram uma recuperação assinalável de vários stocks, entre os quais o do goraz.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas podia ser uma recuperação muito maior, não?

O Orador: Portanto, a interdição feita, dita no papel e com os níveis de fiscalização que nós hoje temos nos Açores está comprovadamente, desde 2010, a dar resultados na conservação do stock pesqueiro.

Quer isto dizer que desistimos de aumentar a fiscalização no Banco Condor?

Não! Logo que esteja operacional o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas investiremos em câmaras de alta definição e em drones.

Deputado Luís Garcia (PSD): Estamos à espera desses dados! Ansiosamente à espera!

O Orador: Estamos a aguardar a possibilidade de fazer uma candidatura a esses fundos para aumentar a nossa capacidade tecnologia da Inspeção Regional de Pescas nessas matérias.

Tubarões azuis são pelágicos como sabe, portanto, não tem a ver com a área onde estão. São pescados em diferentes sítios. Podem ser pescados entre o Banco Condor ou fora, porque são animais de coluna de água. A grande maioria dos que são descarregados na Horta nem são pescados dentro das 100 milhas. A 100 milhas são pescados por embarcações espanholas, aliás, como hoje aqui já foi referido, portanto, não nos deve alertar. Sei que em termos mediáticos e de redes sociais é um tema que gera alguma visibilidade negativa, mas não é relevante para as áreas protegidas que aqui estamos a descrever.

Portanto, julgo eu, removido alguma da atenção sobre as pescas que não é de facto o setor principal, queria chamar a atenção para outros setores, esses sim, são de facto os setores que a nós nos preocupam na classificação destas áreas.

Logo a começar a própria investigação científica. Para muitos destes ecossistemas uma das ameaças que eles enfrentam é a investigação científica, seja por cientistas nossos, seja por campanhas internacionais que passam sempre com autorização diplomática, mas nem sempre com investigadores portugueses a bordo e há estudos diversos que não são só em ecologia, nem em pescas, nem apanhas de amostragem biológica, mas

são com outras tecnologias ligadas, por exemplo, à geologia, à sismologia, à vulcanologia submarina que usam sonares, uma série de equipamentos que podem causar dano a estes ecossistemas. Mesmo sem qualquer fiscalização se existir uma área protegida que esteja classificada e obrigue as instituições internacionais que normalmente se movem por códigos de ética e não vão fazer ilegalidades por ecossistemas de outros países, havendo esta classificação, o INFRAMER, um organismo canadiano, um organismo norueguês, passará a ter que pedir autorização para fazer a investigação que pretende nestes sítios, portanto, mesmo sem a fiscalização de um navio da Marinha ao pé de um navio dos cientistas este tipo de organização tende a cumprir a legislação que está feita sobre os locais onde estudam.

Segundo aspeto tem a ver com o setor industrial.

As empresas *offshore* com capacidade seja para recursos energéticos fósseis, por exemplo, hidrocarbonetos, gás natural, petróleo, ou empresas interessadas em minerais dos fundos submarinos, ou empresas de colocação de cabos submarinos e telecomunicações, há uma série de empresas que hoje podem ir a áreas não classificadas com apenas autorização diplomática como digo para aquela atividade, não têm que ter nenhum tipo de atenção.

Classificando estas áreas onde temos conhecimento de que existem ecossistemas que carecem de proteção, estas empresas, tipicamente empresas cotadas em bolsas com códigos de ética que as obrigam a seguir procedimentos legais, não vão desrespeitar uma legislação que está feita apenas no papel, mesmo que não tenham um drone, ou um avião da Força Aérea, ou um navio da Marinha.

Por último perguntaram-me o que é que faz o Governo Regional junto do Governo da República para aumentar a fiscalização. Faz a mesma pressão política que fez esta Assembleia quando aprovou uma resolução e planeia mensalmente as missões de fiscalização de um avião da Força Aérea que vem de propósito à Região fazer o patrulhamento das zonas mais distantes da nossa Zona Económica Exclusiva e que com mais estas áreas agora passará a tê-las em conta no seu plano de voo, portanto, no seu plano de fiscalização.

Chega um voo por mês?

Provavelmente não, mas é melhor que nada e passa agora a contemplar as zonas que as Sras. e os Srs. Deputados classificarão se aprovarem este diploma.

Julgo que respondi ao essencial das questões.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Falta o conselho!

O Orador: Peço desculpa se não o fiz e poderei tomar a palavra outra vez.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vou fazer agora um intervalo.

Regressamos às 20 para as 7. Aproveito para informar a câmara que terei de me ausentar, conforme tive a oportunidade de informar os líderes parlamentares e a Sra. Secretária Regional. Por isso, desejo-vos a todos continuação de um bom trabalho.

Até amanhã.

Eram 18 horas e 14 minutos.

(Após o intervalo, a Sra. Presidente foi substituída na Mesa pelo Sr. Vice-Presidente da ALRAA, Deputado Ricardo Cabral)

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores.”

Eram 18 horas e 47 minutos.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires, mas ele não está na sala, nem o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem a palavra a Sra. Deputada do CDS-PP, Graça Silveira. Faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, registo e aprecio o seu esforço de explicar as acusações graves que foram feitas num parecer que deu entrada na Comissão Parlamentar onde foi discutido este diploma.

A verdade é que quando eu lhe li as acusações que foram feitas e pedi que nos explicasse não era que justificasse se faziam ou não faziam parte do âmbito deste Decreto Legislativo Regional.

Essas acusações demonstravam claramente que a fiscalização dos nossos mares não está a ser eficaz e, portanto, o Sr. Secretário sabe que não é possível fazer uma gestão das nossas áreas marinhas protegidas se não houver uma fiscalização eficaz e não dispondo a Região de meios próprios, nem de cabimento jurídico para tal não é compreensível e que

de novo, nesta nova Proposta do Decreto Legislativo Regional, não exista uma única menção a gestão e fiscalização partilhada do mar e neste sentido e citando as declarações do Sr. Secretário aquando da audição na respetiva Comissão diz: “As competências partilhadas são um aspeto chave do diploma e referiu ainda que a densificação do que se entende por gestão partilhada é essencial.”

Devo dizer que o CDS não podia estar mais de acordo, até porque apresentou nesta Casa, passadas duas semanas desta audição, uma proposta de um Projeto de Resolução em que se propunha exatamente densificar este conceito de gestão partilhada e que apesar de ser o entendimento também do Secretário da tutela estranhamente a maioria socialista chumbou. Portanto, os senhores do Partido Socialista que tanto defendem autonomia preferem agora se subalternizar a um Governo da República que é amigo da Região, quando os Açores tinham tido a possibilidade de ser pioneiros, de dar início a todo um processo onde se definisse o que é este conceito de gestão partilhada, em relação ao qual existe um vazio legal, e preferiram não o fazer.

Devo dizer também, Sr. Deputado José Contente, que não é só a República que tem uma leitura dissonante do que é que são os nossos recursos e passo a ler o ponto 4 do artigo 21.º deste Decreto Legislativo Regional que diz o seguinte: “Sem prejuízo das normas que venham a ser fixadas para a gestão da coluna de água nos termos do número anterior nos fundos marinhos subjacentes às áreas marinhas protegidas não podem ser autorizadas, financiadas ou de alguma forma apoiadas por entidades com sede na Região Autónoma dos Açores qualquer atividade de natureza extrativa ou que resultem na perturbação do ecossistema”, ou seja, nós antecipamo-nos a fazer legislação para definir aquilo que é

nosso e afinal os únicos que não estão autorizados a utilizar os recursos da Região são as empresas sediadas nos Açores.

Portanto, Sr. Secretário, vai ter que nos explicar afinal quem é que fica mais penalizado com este Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigada.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, voltando aqui à questão do conselho consultivo, V. Exa. não contradisse a minha afirmação de que o conselho consultivo não reunia e, portanto, eu gostaria de perceber porque é não reúne, até porque as competências do conselho consultivo não são despicientes, senão vejamos: “compete ao conselho apreciar os planos anuais e plurianuais e os relatórios anuais de atividades”; “apreciar as propostas quanto à elaboração periódica de relatórios de estado do Parque Marinho dos Açores submetendo a realização da respetiva elaboração à decisão do Membro do Governo Regional com competência em matéria do ambiente e do mar”; “dar parecer sobre qualquer assunto com interesse para o Parque Marinho.”

Portanto, é um órgão de apoio até à decisão da tutela.

Portanto, Sr. Secretário, gostaria de ouvir uma explicação porque é que este conselho consultivo, sendo consultivo, mas de qualquer forma é um órgão de apoio à decisão e que envolve (vou dispensar-me de ler a sua

composição) ... É efetivamente um órgão importante e por isso mesmo está aqui consagrado no diploma, é pena é que não funcione.

Relativamente à questão do défice de implementação reconhecido por V. Exa., está reconhecido, mas V. Exa. diz que relativamente em termos legislativos, ao nível legislativo, não existe défice. Foi o que eu percebi da intervenção de V. Exa, mas eu julgo que há aí défice relativamente aos instrumentos de gestão do Parque Marinho dos Açores e perguntava-lhe, Sr. Secretário Regional, qual é o estado do POEMA.

Deputado André Bradford (PS): Qual poema?

O Orador: Se temos POEMA, se não temos POEMA.

É o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores, o POEMA.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah! Temos POEMA!

O Orador: É o POEMA!

Temos POEMA, Sr. Secretário Regional?

Eu julgo que não temos POEMA, mas está aqui no artigo 29.º - “Instrumentos de gestão”.

“O Parque Marinho dos Açores rege-se pelo presente diploma, pelo que venha a ser estabelecido no Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores [o POEMA] e pelas demais normas aplicáveis, quer a nível nacional, quer a nível internacional.”

Há, portanto, também aqui um défice legislativo e eu gostaria de saber qual é o estado do POEMA, se está na sua fase de concessão, ... Enfim, qual é o estado do POEMA, Sr. Secretário?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho inscrito o Sr. Deputado do Partido Popular Monárquico, o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado do PCP já voltou a colocar a questão, eu já lha tinha colocado também em relação ao conselho consultivo. O Sr. Secretário não respondeu.

A questão é muito relevante, porque nós de facto temos conselhos consultivos em vários órgãos da administração regional, em vários organismos, e o que eu tenho vindo a constatar através até de requerimentos e de respostas aos diversos requerimentos que remeto para o Governo Regional é de que estes conselhos consultivos não funcionam. Não funcionam! Não estão constituídos. Eu considero que é grave na medida em que o conceito de criar estes conselhos consultivos, em que participam diversas entidades com experiências diferentes, com valências diferentes e que abre de facto a participação a um conjunto muito mais diversificado da comunidade é muito importante, a participação é sempre muito importante, nomeadamente há gente que está nos órgãos de gestão e que não está interessada em ter um conselho consultivo e esse conselho consultivo fiscaliza a ação dos órgãos de gestão, permite que essa gestão seja mais democrática, mais participada, mais informada e a verdade é que começa a ser preocupante o número de situações em que os conselhos consultivos estão previstos (e quem conhece a legislação pensa: “Estamos aqui perante um Governo e uma administração regional muito democráticos, porque há uma participação que está prevista no âmbito da legislação.”), mas depois quando pedimos informações concretas em relação ao funcionamento destes órgãos, os órgãos ou não funcionam, ou nem sequer estão constituídos e isto é muito grave. Por isso, o Sr. Deputado do PCP levantou-lhe (não lhe quero retirar o mérito por ter

levantado aqui essa questão) uma questão, o Sr. Secretário não respondeu. Volto a reiterar a pergunta: o conselho consultivo funciona ou não funciona nos termos previstos na legislação?

Deputada Zuraída Soares (BE): Não funciona!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho inscrito o Sr. Deputado do Partido Socialista, José Contente. Tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta segunda intervenção eu queria de algum modo, em primeiro lugar, realçar o carácter substantivo deste diploma. Nós estamos a falar de um diploma, (e já o aqui dissemos uma vez) que sem prejuízo das questões suscitadas agora com a questão do POEMA e também da fiscalização, que volta a ser consistente com quatro coisas fundamentais que fazem parte deste ordenamento jurídico e que fazem parte também da consistência deste diploma, da Rede NATURA, da Convenção OSPAR que também já foi aqui referida, do Projeto LIFE e também de outras áreas com interesse para a conservação da natureza e são princípios básicos e basilares que me fazem refletir também numa coisa que me permite de algum modo invocar o Prof. Ávila Martins, que foi diretor do DOP, por quem eu tenho grande estima, porque foi meu professor, que em 1978 já dizia (e nós estamos de algum modo a materializar isso) que os mares dos Açores (numa aula de geologia estrutural) pelo facto de terem muitos gabros e basaltos cheios desses nódulos de manganês, que nós agora chamamos de sulfuretos polimetálicos, tinham no futuro que ter uma preocupação global dos Açores em matéria política, em matéria jurídica e de direito internacional. 1978!

Portanto, estes são assuntos que a autonomia tem vindo a consolidar e que este diploma na sua substância tem uma importância vital para que nós reconheçamos que estamos a dar um passo em frente.

Claro que o Partido Socialista admite que é fundamental continuar com a vigilância associada a estas novas potencialidades legislativas, mas também é verdade e é justo referi-lo que o atual Governo da República tem num capítulo do seu programa do Governo, que é estabelecer uma presença efetiva no nosso mar, um aspeto muito claro: implementar um dispositivo de fiscalização, intervenção coerente que integre navios, aeronaves e modere sistemas de vigilância de modo a assegurar a observância da lei. Ou seja, nós estamos perante um diploma que permite dizer à Região que agora nós precisamos ser ainda mais respeitados, porque temos uma base científica sólida, uma base também político-jurídica que se tem vindo a construir e por isso este para nós é um diploma que apresenta muitas mais virtualidades do que situações que, sendo importantes, não podem escamotear os traços mais salientes da nossa autonomia plasmada nas questões que aqui ficam bem consignadas por este diploma.

Por isso, queria dizer também, ...

A Sra. Deputada Graça Silveira de algum modo já tinha posto essa questão ao Sr. Secretário em sede de audição e ele tinha-lhe dado uma resposta, provavelmente lhe dará a mesma resposta.

Por isso, o que nós entendemos é que este diploma vai para além das nossas diferenças e também me parece que a câmara já demonstrou que, como se costuma dizer ultimamente, aquilo que nos une é maior do que aquilo que nos separa e é fundamental também que numa matéria estruturante como esta a Região fale a uma só voz para de facto quando

vier a luta forte em instâncias nacionais, europeias ou outras, nós tenhamos aqui uma frente atlântica e oceânica que corporize a força da Região Autónoma dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, Luís Garcia. Tem a palavra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Volto ao debate porque não me satisfaz a resposta do Sr. Secretário relativamente às questões da fiscalização, Sr. Secretário.

Se nós estamos aqui a produzir e bem, é um diploma substantivo, como diz o Sr. Deputado José Contente, tem os fundamentos ambientais, ecológicos, autonómicos, ... Estamos todos de acordo com isso. Agora, esta legislação para ter êxito temos que ser consequentes, tem de haver a parte da fiscalização e quando o senhor diz que não cabe à Região fiscalizar eu não sei se entendi bem, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... mas há competências próprias da Região nessa matéria em algumas dessas áreas e compete à Região pelo menos respeitar a própria legislação que produz. Compete ao Governo Regional respeitar, por exemplo, as próprias atribuições que faz por portaria à Inspeção Regional das Pescas.

Por exemplo, Portaria n.º 88/2004, “Regulamento de acesso ao Banco Condor”.

Na fiscalização, artigo 7.º, o Governo Regional, por portaria, diz que “a fiscalização do disposto no presente diploma compete à Inspeção

Regional das Pescas, à autoridade marítima e demais entidades competentes”.

Portanto, há competências e há responsabilidades da Região no domínio da fiscalização que não estão a ser bem feitas. É preciso reconhecê-lo!

É preciso reconhecê-lo e não só passar as responsabilidades para outros, porque quando eu ouço, por exemplo, de utilizadores de alguns setores de que há esse tipo de legislação protetora e de conservação relativamente ao Banco Condor e dizem, por exemplo, no Conselho de Ilha do Faial que o Banco Condor está fechado para uns, mas outros continuam a pescar e a fazer outras atividades a seu belo prazer, eu pergunto onde é que andam as competências que a própria Região assumiu nessa portaria em termos de inspeção das pescas. Portanto, não é só dos outros. Há responsabilidade!

Não foi o PSD, foi o Governo Regional que veio para aqui num discurso político de um plano e orçamento protagonizado por si dizer que a grande prioridade na área das pescas e da conservação era a vigilância, era a fiscalização, anunciou drones e outras coisas.

Portanto, está na altura da Região também de cumprir a sua parte da fiscalização nessas águas e não só dizer que a competência é dos outros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): São quatro anos de anúncios!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem razão!

O Orador: Segunda questão. O senhor diz-me que não é correto tirar aquela conclusão que eu aduzi, que o senhor para tranquilizar alguns efeitos desta legislação vem dizer que esta legislação não altera a utilização destas áreas, mas a verdade é que o Governo Regional, exatamente com esta portaria, é que interditou a pesca no Banco Condor

em legislação que não passa nesta Assembleia e todas as medidas de conservação dos recursos têm sido feitas por portaria.

O artigo 3.º diz, por exemplo, ponto n.º 1: “É proibido o exercício da pesca na área do Banco Condor definida no artigo anterior.”

Portanto, o senhor diz e bem que esta legislação que nós estamos aqui a aprovar não altera as utilizações. Não altera, porque o Governo Regional depois, por portaria, altera essas regras, portanto, não tenhamos medo de assumir que quando criamos áreas marinhas protegidas vamos ter que alterar regras, porque senão o objetivo essencial que é a criação destas áreas, que é proteger e conservar os nossos recursos, há que definir regras muito claras e não tenhamos medo de assumir e estar aqui de alguma forma a tentar dizer: “Não, não! Não se preocupem porque não vai ser alterada a utilização destas áreas.” Isso não é verdade!

Uma terceira questão: eu quando aqui, na minha primeira intervenção, referi que não vale a pena na legislação criar os mecanismos de acompanhamento e de avaliação deste tipo de legislação, que eles ficam na legislação e depois não produzem o seu trabalho (já foi aqui referido o conselho consultivo), eu adianto mais um: nesta portaria, por exemplo, foi definido um grupo de trabalho (a portaria que estipula o regulamento de acesso ao Banco Condor), o artigo 7.º, para acompanhamento ao desenvolvimento dos projetos científicos que utiliza o Banco Condor é constituído um grupo de trabalho, nomeado por despacho do Membro do Governo Regional responsável pelas pescas, que reúne anualmente, tem a sua constituição.

Que eu saiba este grupo de trabalho nem sei se está constituído, agora reunir, não tem reunido e, portanto, quando dizia que é preciso avaliar, é preciso ver os resultados, divulgar os resultados de toda esta legislação,

temos que ser consequentes. Não vale a pena criar os mecanismos para essa avaliação que fica muito bonito nos decretos e nas portarias e depois eles na prática não funcionam e é isso que o senhor tem que esclarecer.

O conselho consultivo, este grupo de trabalho estão criados? Funcionam?

Onde é que estão os relatórios, onde é que está o trabalho que essa gente produz?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não tenho mais inscrições.

Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Fausto Abreu*):

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Começando pela questão da fiscalização.

O Sr. Deputado Luís Garcia, na sua primeira intervenção, pareceu sentir falta de uma menção julgo que preambular até neste Decreto Legislativo Regional em que propunha que houvesse alguma menção ou fiscalização.

Como sabe a menções preambulares não têm força de lei ...

Deputado Luís Garcia (*PSD*): É uma lacuna deste diploma que não refere em parte nenhuma!

O Orador: ... e, portanto, servem apenas como norma interpretativa, mas presumo que sentia falta de alguma forma que no Decreto Legislativo Regional houvesse menção ao assunto.

A portaria que refere não tem nada a ver com este quadro legal, como sabe. Tem a ver com o quadro legal das pescas. Portanto, o Governo não tem medo de interditar pesca no Banco Condor, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas é uma medida de conservação!

O Orador: ... ou em qualquer outra área da Região e não tem que encontrar subterfúgios, porque não é ao abrigo desta legislação que o vai fazer.

Deputado Luís Garcia (PSD): Então assumo isso, Sr. Secretário!

O Orador: Está a fazer uma confusão, presumo que propositada, quando aqui não é o caso.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é propositada nada!

O Orador: A portaria que citou nada tem a ver com este Decreto Legislativo Regional. É fiscalizada. Senão fosse e se não houvesse de facto um efeito positivo da investigação que foi feita não se tinham registado os dados científicos que demonstram o crescimento nos stocks pesqueiros e o facto de haver infrações que há de facto no Banco Condor, como há em outras áreas, não quer dizer que não haja fiscalização nenhuma e muito menos que não se devam classificar áreas protegidas.

No caso da fiscalização permita-me, aliás, acrescentar mais alguns pontos, um foi referido pelo Sr. Deputado José Contente, há uma série de metodologias de deteção remota e tecnologias que são úteis para a fiscalização do Parque Marinho dos Açores e outras áreas protegidas.

As imagens de satélite, que entre outras estações beneficiam da estação da ESA em Santa Maria são centralizadas na Agência Europeia de Segurança Marítima em Lisboa ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São da NASA!

O Orador: ... e permitem um acompanhamento de navios que estejam a detetar a presença de um navio e detetar atividades poluentes como a lavagem de tanques com hidrocarbonetos, etc..

Depois, temos uma série de outras tecnologias de deteção remota, algumas regionais: o sistema MONICAP, que embarcações a partir de uma certa dimensão têm que o ter e permitem monitorizar a posição dos navios de pesca a qualquer momento (é impressionante a quantidade de infrações que anualmente a Inspeção Regional das Pescas faz de embarcações que são detetadas em infração por esse sistema MONICAP que deviam os mestres saber que estão a ser monitorizados e pelos vistos continuam a cometer as infrações tendo depois que pagar uma coima); sistemas AS, BTS ... Portanto, há uma série de sistemas e tecnologias já em funcionamento que nos permitem fiscalizar sem ter uma presença no terreno, seja ela regional ou nacional.

Depois, ao abrigo da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha há um programa que entrará em vigor até 2018, chamado *Fish and Chips* que é exatamente a combinação de uma série de tecnologias de vigilância e que permitirá aos organismos de fiscalização partilharem dados e terem também forma de avançar.

Sobre drones e câmaras de alta definição que anunciei no Plano e Orçamento regionais, como já expliquei na minha intervenção anterior, estamos a aguardar a operacionalização FEAM, que como se sabe não é culpa da Região o atraso da operacionalização do quadro comunitário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então a culpa é de quem?

O Orador: Logo que esteja, estão prontos os concursos a serem lançados para a aquisição de câmaras para controlo de zonas costeiras.

Regressando (julguei que tinha aflorado isto, mas não aflorei), a pergunta do conselho consultivo, défice de implementação, planos de ação estão feitos ou não estão.

O conselho consultivo não reúne desde 2012. Já reuniu e não reúne desde 2012.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor ainda diz isso?!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ih, 2012!

O Orador: Os conselhos consultivos em geral têm uma norma indicativa, devem reunir uma vez por ano, ou de x em x tempo, e depois podem reunir mais ou menos do que isso.

Dou-lhe um exemplo, o Conselho Regional das Pescas é um conselho que esteve dois anos seguidos sem reunir e depois reuniu duas vezes no mesmo ano, portanto, reúnem-se em função da necessidade que é sentida seja pelos agentes e pelas pessoas presentes no conselho, seja pelo Governo Regional que é quem o consulta e neste caso foi entendido que não era necessário reunir.

Quer isto dizer que estas alterações que estamos a propor foram feitas ao arrepio das entidades com assento no conselho consultivo. Basta ver a lista das entidades para saber que não é o caso e que a própria informação que aqui foi vertida e que nos permite classificar quatro áreas vem em parte da Universidade dos Açores, há pareceres da Federação das Pescas, portanto, o conselho consultivo não tem reunido formalmente, mas o Governo não está de costas voltadas para os interessados, a legislar cegamente.

Planos de gestão. Neste momento não está feito nenhum plano de gestão de nenhuma das 13 áreas existentes e das que não existem também.

O Decreto Legislativo Regional é de 2011 que classifica o Parque Marinho. Não é caso único estarmos com áreas protegidas classificadas há cinco anos e não terem os seus planos de gestão.

As áreas costeiras que não são do Parque Marinho, que pertencem aos parques naturais de ilha, também tanto quanto sei nenhuma tem plano de gestão aprovado.

Um caso que eu conheço bem no continente, quando trabalhei no Ministério do Ambiente, áreas protegidas como o Parque Natural da Serra da Estrela, o Parque Nacional da Peneda do Gerês, tiveram anos sem planos de ordenamento feitos e, portanto, quando se sente a necessidade avança-se com esses instrumentos. Tem havido, como disse, uma série de indefinições no quadro regulatório que trouxeram outras prioridades.

A implementação da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha que tem sobreposição de objetivos com o Parque Marinho também na questão de manter a boa qualidade ambiental das nossas águas foi uma prioridade por ter metas apertadas impostas pela Comissão Europeia. A própria alteração que houve ao Quadro Regulatório do Ordenamento do Espaço Marítimo, já respondendo à pergunta sobre o POEMA, porque é que já não avançou, porque é que desde 2013 tem havido uma série de alterações e não foi publicado ou terminado ainda.

Em 2014 foi aprovada uma diretiva do Ordenamento do Espaço Marítimo, como sabem; em 2015 conhecem muito bem a história, não vou repetir o que é que se passou em termos do Governo da República da coligação PSD/CDS em termos de espaço marinho;...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não vale a pena repetir!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor tem um trauma! Está traumatizado! Há uma clínica no Faial que dá apoio!

O Orador: ... portanto, neste momento, estamos num quadro em que vamos com o Governo da República alterar o quadro legal nacional e

repondo a normalidade avançar-se-á depois com o instrumento, seja um plano de situação, seja um POEMA, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor está traumatizado, Sr. Secretário!

O Orador: ... o nome que se lhe quiser dar, o trabalho obviamente está feito e, portanto, proponho não seguirmos esta linha de debate que já tivemos e que gerará tensões desnecessárias.

Competências da Inspeção Regional das Pescas, Sr. Deputado Luís Garcia.

Está na portaria que referiu. Como disse nada tem a ver com este diploma, mas não me importo de gastar algum tempo a esclarecer-lhe.

É a Inspeção Regional que além do trabalho inspetivo de poder estar com embarcações ou no terreno, em portos de pesca a fazerem ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais embarcações?

O Orador: Podem estar em embarcações, ou em terreno, da Marinha, da Polícia Marítima, do que for, nas suas carrinhas com radar em terra ou a abordar embarcações nos portos de pesca que pode fazer alguma inspeção diretamente, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, na Região! Mas a Polícia Marítima não é da Região!

O Orador: ... mas muitos outros autos são passados para outras entidades com competência. A GNR para questões fiscais, a Polícia Marítima. Esses autos depois são processados na Inspeção Regional. Portanto, em nada é aliviada a competência da Região neste sentido, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É aliviada sim senhor!

O Orador: ... mesmo autos passados pela Marinha são processados pela Inspeção Regional que é quem tem a competência para instruir os processos.

Sobre fiscalização julgo que estamos conversados.

Conselho consultivo, idem.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não, não! A quando da aprovação deste diploma valorizou este conselho e o conselho não reúne desde 2012!

O Orador: A Sra. Deputada Graça Silveira também me pareceu que fez alguma confusão entre o conceito de gestão partilhada, de alguma forma nos estarmos a subalternizar por neste diploma, em sede deste DLR, não fazermos nenhuma consideração sobre gestão partilhada onde se vai ... A densificação do conceito de gestão partilhada é importante para áreas e matérias onde há efetivamente uma gestão partilhada de acordo com a Constituição da República e o Estatuto Político-Administrativo.

A conservação da natureza e do ambiente não são uma dessas áreas, são áreas de competência própria da Região e seguramente não seria em sede de um DLR que iríamos corrigir os problemas que nos criaram quando aprovaram um decreto lei no continente no tempo da Ministra Assunção Cristas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor tem um trauma com a Assunção Cristas!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas se deixamos esses problemas, o senhor tome agora a dianteira!

O Orador: Portanto, aqui não vejo que oportunidade perdida é que a Sra. Deputada vê. Peço-lhe que me faça o favor de esclarecer.

Julgo que respondi ao essencial do que me foi perguntado, mas se não foi o caso voltarei a participar no debate.

Muito obrigado.

(Diálogo entre a Deputada Graça Silveira e a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Lembro-lhe que esgotou o seu tempo no debate na generalidade do Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Queria informar-lhe que terminou o seu tempo no debate.

Tenho inscrito aqui o Sr. Deputado do PPM, Paulo Estêvão. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Constatámos aqui que o Partido Comunista está sempre bem informado, isto é para compensar o dia de ontem, mas devo dizer em relação a esta matéria o seguinte.

O que o Sr. Secretário Regional confessou aqui é que o conselho consultivo não funciona desde 2012. Não funciona!

Disse: “Não reúne formalmente”. Não! Isso não existe.

Não reúne! Não funciona! Não executa as suas competências!

Portanto, eu quero aqui relembrar a esta câmara quem é que o integra: o diretor do Parque Marinho dos Açores que preside, um representante do departamento do Governo Regional com competência em matéria de investigação científica, um representante do departamento do Governo Regional com competência em matéria de pescas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A culpa é Dra. Assunção Cristas!

O Orador: ... um representante de Órgão Regional do Sistema de Autoridade Marítima, um representante da Guarda Nacional Republicana, um representante da Federação das Pescas dos Açores, um representante da comunidade de investigadores científicos internacionais com atuação na área internacional, etc., etc., etc., ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já chega Paulo Estêvão!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não é assim!

O Orador: Portanto, há aqui uma questão fundamental. A questão que lhe colocámos e que várias bancadas ao longo deste debate lhe colocaram é que do ponto de vista funcional o Governo está a falhar clamorosamente. Clamorosamente!

Os órgãos não funcionam, as competências não são exercidas, a fiscalização não é realizada e, portanto, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vá ter com a Dra. Assunção Cristas!

O Orador: ... para um documento desta importância, em que o próprio Secretário nos diz que este é um documento nuclear, é fundamental e a maior parte dos partidos aqui representados disseram “é com certeza, esta área é prioritária para os partidos que aqui se encontram. Nós vamos votar favoravelmente”, agora o que não podemos permitir é que o Sr. Secretário Regional e o Governo Regional não executem as competências que aqui estão descritas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... que não façam aquilo que aqui está descrito e que não assegurem de facto o cumprimento deste diploma, porque isto assim não é governar, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... isto assim significa uma enorme irresponsabilidade. Governar não é só imprimir papel.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E mal impresso!

O Orador: Governar é de facto colocar as coisas a funcionar e o não funcionamento de um órgão durante quatro anos é uma incompetência ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Negligência!

O Orador: Agora sim Sra. Secretária Regional pode protestar: é incompetência por parte do Governo Regional.

Mais! Além da incompetência para poder protestar também lhe vou dizer: além de incompetência é negligência.

Sra. Secretária, proteste, se faz favor.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Já percebi o que é que o Sr. Deputado quer, mas sou eu que decido!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tenho inscrito o Sr. Deputado do PCP, Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Julgo que estamos todos, qualquer dos seis partidos representados nesta Assembleia, unidos à volta das questões do mar, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Unidos não é bem o termo! Estamos de acordo, talvez!

O Orador: ... da defesa dos interesses dos Açores, que seja feita uma gestão que salvguarde os interesses deste património imenso que é do povo açoriano.

Mas para estarmos unidos é preciso estarmos todos envolvidos, nós aqui, mas também as entidades que de alguma forma têm intervenção na economia do mar e no que tudo isso representa.

Eu sei que o Sr. Secretário Regional já não tem tempo, portanto, não o vou questionar, mas vou fazer-lhe um apelo, Sr. Secretário, que tem a ver com o seguinte.

Nem sequer coloco em causa que o Governo Regional através de V. Exa. consulte as entidades que fazem parte do conselho consultivo. Não ponho isso em causa, mas a verdade é que é fundamental que o conselho consultivo reúna, porque tem competências efetivamente importantes, uma delas designadamente é a avaliação do estado do Parque Marinho e das zonas protegidas desse Parque Marinho.

Aliás, só se podem tomar decisões, boas decisões, se essa avaliação for feita, ou então, Sr. Secretário, se entende que apenas a consulta desses órgãos é suficiente e que não há necessidade de reunir o conselho, ... Aliás, é bom lembrar que o presidente do conselho consultivo é o diretor do Parque Marinho e, portanto, ou existe um conselho consultivo e ele funciona, ou então elimine-se, mas o apelo é que faça todo o esforço para que o conselho consultivo funcione, porque é importante, pois só envolvendo ...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse. Terminou o seu tempo.

O Orador: Vou já concluir, Sr. Presidente.

Portanto, Sr. Secretário, é este apelo que lhe deixo e um outro apelo também Sr. Secretário: falta um instrumento de gestão. Não há nenhum verso do POEMA, como V. Exa. nos deu aqui conhecimento.

Sr. Secretário, é um instrumento de gestão fundamental, Sr. Secretário.

Portanto, tem de ser realizado, porque se não Sr. Secretário ...

Oh, Sr. Secretário, é que se não nem o papel nos vale de nada.

Portanto, é fundamental que o POEMA seja concluído e é fundamental que o conselho consultivo funcione. Só assim é que estaremos unidos à volta destas questões. Não pode ser apenas o apelo à união, à unidade à volta da defesa dos interesses do mar dos Açores. É preciso de facto concretizar aquilo que nós aqui aprovamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e muito obrigado pela sua tolerância.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente! Muito bem, Sr. Deputado Aníbal Pires!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, Luís Garcia. Tem a palavra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A última intervenção do Sr. Secretário Regional (e eu sei que o senhor já não tempo e é pena) foi desastrosa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pena não!

O Orador: Já sabíamos que não tínhamos fiscalização adequada, ficámos a saber que o conselho consultivo do Parque Marinho dos Açores não funciona, ficámos a saber que as áreas marinhas nenhuma delas tem o seu plano de gestão elaborado, ficámos a saber que não temos o POEMA ainda elaborado, o senhor não me respondeu ao grupo de trabalho sobre a portaria do regulamento do acesso ao Banco Condor se está constituído, se funciona, ...

Deputado Francisco César (PS): Então não ficou a saber nada!

O Orador: Portanto, não há conselho consultivo, não há planos de gestão, não há o POEMA, provavelmente não há o grupo de trabalho. Nós produzimos legislação para quê?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Para sermos pioneiros!

O Orador: Absolutamente inconsequente. Absolutamente inconsequente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas o senhor diz e é verdade: “O facto do conselho consultivo não estar constituído não quer dizer que o Governo não ouça essas entidades.”

É verdade. O senhor no âmbito desta legislação ouviu entidades aqui na ilha do Faial ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As que interessavam!

O Orador: ... e houve algumas opiniões contrárias e houve um responsável governamental que disse o seguinte: “Os senhores podem discordar, mas o Governo tem maioria e tem legitimidade. Se discordam do Governo em outubro próximo há eleições e têm uma boa oportunidade de manifestar a sua opinião.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, esta é uma boa forma de ouvir as pessoas. Os senhores fiquem lá com a vossa opinião e vão às urnas manifestá-la. Portanto, é esta a audição que os senhores promovem.

Oh, Sr. Secretário, e também não quero sair deste debate sem lembrar outra contradição e outra lacuna que já é repetente nos nossos debates aqui, nesta Assembleia, é que o senhor fez ali uma bela intervenção sobre a economia do mar, já falou sobre as empresas *offshore*, outras tantas coisas que o senhor fala sobre as potencialidades da economia do mar,

mas eu vou à página da Direção Geral para a Política Marítima, onde está lá a Estratégia Nacional para o Mar e o Plano de Ação dos Açores, aquele que o Governo dizia que só tinha aprovado a estratégia, porque tinha conseguido que o Governo da República pusesse lá dois apêndices, um com a estratégia da Região Autónoma da Madeira, outro com a estratégia da Região Autónoma dos Açores, porque o Governo não ia abdicar de colocar a sua visão e a sua estratégia sobre a economia do mar neste importante instrumento de gestão do território ... Isso foi em novembro de 2013. Nós estamos em maio de 2016.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma legislatura perdida!

O Orador: De duas, uma: ou o Governo abdicou de pôr lá a sua estratégia, ou o Governo (provavelmente é esta que conta) não tem estratégia.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Subalternizou-se! Até nisto!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tem estratégia!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, esta é que é a prova dos nove sobre a estratégia que o Governo apregoa, a aposta que o Governo apregoa para o mar.

Depois, Parque Marinho, conselho consultivo não reúne, plano de gestão das áreas marinhas não existe, POEMA não existe, Plano de Ação na Estratégia Nacional do Mar não existe.

Afinal, Sr. Secretário, onde é que está a estratégia do Governo para o mar?

A estratégia de um Governo que efetivamente precisa de ser substituído, porque é de facto o pior Governo da nossa autonomia?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Este é o pior PSD da história da autonomia! Isso é que é evidente!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho inscrita a Sra. Deputada do CDS-PP, Graça Silveira. Tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu sei que não tempo, mas como não é da responsabilidade da bancada do CDS a gestão do tempo do Governo vou continuar a colocar-lhe as questões e dizer o que tenho para dizer.

Deputado Berto Messias (PS): Sim senhor, isto é que é lealdade! O Governo não tem tempo e continuam a abordar!

A Oradora: Percebo o desconforto de não conseguir responder às questões que lhe foram colocadas em relação à gestão partilhada do mar

...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do Partido Socialista e do CDS-PP)

Presidente: Sra. Deputada, tem a palavra. Já tem as condições para continuar.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

... e que tenha preferido não responder e ter considerado que a Sra. Deputada do CDS provavelmente tinha feito confusão, mas a Sra. Deputada do CDS não fez confusão nenhuma. Limitou-se a ler aquilo que o Sr. Secretário em audição da Comissão Parlamentar se referiu a este diploma e volto a ler: “Indicou ainda que as competências partilhadas são

um aspeto chave do diploma. [este que estamos hoje aqui a discutir. Mais!]

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: “Referiu que a densificação do que se entende por gestão partilhada é essencial.”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, o Sr. Secretário tem esse entendimento, o CDS-PP também tem o mesmo entendimento e apesar do Secretário da tutela assim o achar o Partido Socialista decidiu chumbar uma iniciativa que o CDS apresentou duas semanas depois, nesta Casa, exatamente para que a Região e fosse os Açores a ter a iniciativa de começar um processo para ficar definido em lei o que é que pode e deve ser partilhado e como pode e deve ser partilhado.

Volto a repetir: este Governo socialista na Região preferiu agora subalternizar-se às amizades e ao bom entendimento do Governo da República, mas o CDS já disse várias vezes ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Qual CDS-PP? O da Ministra?

A Oradora: ... que em matérias desta importância não podemos ficar à mercê do melhor ou pior entendimento entre os governos de lá e de cá.

E já agora registo que em relação ao ponto 4 do artigo 21.º decidiu não responder. O que nós podemos concluir que o Sr. Secretário se apressou a legislar para que ficasse definido em lei o que é que são as áreas protegidas dos Açores, mas deixa de fora as empresas dos Açores que são as únicas que ficam impedidas de fazer uso daquilo que são os recursos da Região.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem e bem explicadinho!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tenho inscrito o Sr. Deputado do Partido Socialista, José Contente. Tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Nós começámos por assistir a uma discussão que valorizou aquilo que eu já disse que penso que é a substância deste diploma.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O problema é mesmo a substância!

O Orador: Estamos agora a tentar ver posições de alguns partidos com aquilo que eu chamaria a política de microscópio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Explique o n.º 4!

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Ou seja, ampliar tudo o que é pequeno e a esquecer o que é grande ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah! Defender a política marítima do mar dos Açores é pequeno?

O Orador: ... e isso tem a ver com várias afirmações que aqui foram feitas.

É evidente que a questão da fiscalização aqui e no país é importante, mas o Sr. Secretário já disse também, em abono da verdade, que 4 milhões de km² que se prevê que venham a existir para toda a Zona Económica Exclusiva são efetivamente um problema para qualquer Governo e para qualquer época. É uma área imensa e, portanto, não tenhamos dúvidas

que esta matéria ultrapassa a própria Região e se calhar vai ter que chegar mesmo a instâncias europeias.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já chegou!

O Orador: Mas não deixa de ser verdade que nos Açores há coisas que em fiscalização também é preciso assinalar, porque quando nós assistimos ao aumento das espécies do Banco Condor e isso resulta da fiscalização que é feita pelo Governo Regional, quando nós assistimos às multas que são infligidas àqueles que adulteram o que se passa no Banco de D. João Castro, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Onde é que elas estão?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como? Como é que fiscaliza?

O Orador: ... isso não é obviamente castigo divino, isso é atividade de quem fiscaliza as nossas águas dentro das nossas possibilidades.

Portanto, o que nós estamos a assistir nesta segunda fase da discussão é uma tentativa que não nos parece sensata, nem correta para tentar desvirtuar a grandeza (devo dizê-lo assim) de um diploma que hoje aqui vem a este Parlamento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ai, se eu tivesse tempo!

Deputado André Bradford (PS): Não o tivesse gasto!

O Orador: E depois queria também dizer que se efetivamente há problemas em relação aos planos de gestão e se há também problemas no país em relação ao ordenamento das orlas costeiras que não avançaram entretanto, não foi por culpa deste Governo atual, nem do Governo do PS. Já aqui é preciso dizer as coisas claramente, é preciso dizê-lo que no respeito pela lei de bases de ordenamento e gestão do espaço marítimo e do quadro constitucional foi decidido proceder à alteração do Decreto Lei n.º 38/2015, de 12 de março, de modo a que a Região participasse de

forma ativa na gestão partilhada do mar e isso só aconteceu porque alguém antes usurpou e violou as competências autonómicas da Região Autónoma dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Depois, devo dizer também que, isso deve ser de assinalar, em relação à comparação com programas do Governo anterior o atual programa do Governo, ao contrário do que se tentou fazer passar aqui, aponta claramente para medidas que eu aqui já li de fiscalização e intervenção coerente com a aquisição de navios e aeronaves modernas com sistema de vigilância de modo a assegurar a observância da lei.

Por isso, não nos parece correto, independentemente de algumas situações que podem até merecer crítica, que se queira desvirtuar, digo mais uma vez, a grandeza deste diploma que de algum modo acaba por congrega e aglutinar situações consistentemente em termos políticos, em termos jurídicos e em termos científicos e é isso que vai restar da história deste diploma para quem se souber agregar a ele.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Contente fez aqui um discurso que eu diria baseado naquilo que eu chamo pensamento mágico. Pensamento mágico!

Ou seja, o Governo Regional procede à delimitação das zonas protegidas e depois entretanto acha que tudo se resolve por si, não faz nada para que aquilo que é decidido, aquilo que é definido no âmbito do diploma possa ser de facto executado com qualidade.

Ou seja, o que há aqui é uma mão cheia de nada, uma definição jurídica, uma definição política. Só por si é importante, mas eu espero que este debate não esteja a ser ouvido por nenhuma entidade internacional.

Deputado José San-Bento (PS): É a CIA! A CIA está a ouvi-lo!

O Orador: Porque se alguma entidade internacional ouvir este debate vai perceber o seguinte: é que este diploma parece muito avançado, parece de um Governo com grandes preocupações, com mecanismos de intervenção muito avançados, preocupado com os pormenores de que o Sr. Deputado José Contente fazia referência, mas depois verificamos ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão terminou o seu tempo.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Presidente: Vou dar a mesma tolerância que dei ao Sr. Deputado Aníbal Pires. Muito obrigado.

O Orador: ... que em relação aos instrumentos de gestão do Parque não estão elaborados, que em relação ao órgão consultivo não funciona há quatro anos e o que eu lhe pergunto: mas isto gere-se como?

O Parque Marinho dos Açores tem eficácia, gere-se como? Está planificado? Está planeado? O que é que é executado? Está pensado de forma estruturada?

O que nós verificamos é que esses documentos não existem, essas reuniões não existem, os órgãos não existem, os órgãos não funcionam e, portanto, é algo que é uma crítica que nós temos que fazer e o Sr. Presidente já me avisou que o meu tempo terminou, eu tinha muito mais para dizer, mas como não tenho mais tempo fico-me por aqui, mas de facto estas críticas são críticas que este Governo Regional merece.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Esta última intervenção do Sr. Deputado José Contente não pode ficar sem um reparo.

Oh, Sr. Deputado, nós estamos a aprovar uma alteração a uma legislação que foi aprovada em 2011, Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011, e nessa altura esta Assembleia, por sinal por unanimidade, aprovou uma legislação que no seu artigo 27.º estipula a constituição de um conselho executivo que hoje sabemos que não está constituído, que não exerce as suas funções.

Essa legislação prevê no seu artigo 29.º que se elabore o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores, POEMA. Hoje sabemos que não está feito e o senhor vem-nos dizer que somos nós que estamos a desvalorizar esta legislação?

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e João Bruto da Costa (PSD): É preciso ter lata!

O Orador: Oh, Sr. Deputado José Contente, quem desvaloriza ...

Todos os partidos desta Casa valorizaram esta legislação, aprovaram-na por unanimidade.

Quem não a valorizou foi o Governo Regional que não a executou, que foi incompetente, que foi incapaz de a cumprir.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, se há algum problema aqui é com aquela bancada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Socialista, José Contente. Tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A minha intervenção anterior a que agora vou acrescentar outra coisa ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Foi despropositada!

O Orador: Para si é tudo despropositado desde que não seja a leitura do PSD, por isso é que está onde está e eu estou onde estou.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor por acaso não queria estar aí! Eu queria estar aqui! O senhor não queria estar aí! Eu candidatei-me a Deputado desta Casa!

O Orador: O senhor sabe mais do que eu. Afinal o senhor é que tem pensamento mágico. Afinal o senhor tem pensamento mágico, está bem!

Mas eu queria trazer aqui a esta discussão, porque isso também foi levantado, uma resolução do Conselho de Ministros de março que efetivamente demonstra que as coisas estão a andar mesmo em competências partilhadas.

No âmbito da composição da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar há, efetivamente ao contrário do que me pareceu ouvir aqui, uma presença dos Açores ativa nesta Comissão, onde se diz que “acompanhar e sempre que necessário coordenar a atuação dos diversos níveis de poder com competência nas matérias relacionadas com o mar, nomeadamente o Governo e os Governos Regionais da Madeira e dos Açores.”

Dizendo também que esta Comissão é composta pelo Membro do Governo Regional dos Açores responsável pela área do mar. Portanto,

meus senhores, o que eu invoquei desde o início foram duas coisas insofismáveis: por um lado esta legislação é estruturante pelas razões que já foram aduzidas e tem havido progressos em matéria da participação dos Açores em instâncias nacionais, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Já o era em 2011!

O Orador: ... o que não acontecia anteriormente ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Anteriormente não havia mar!

O Orador: ... e isso significa um avanço àquilo que é a nossa capacidade de poder gerir os nossos recursos, ou seja, cumprir a nossa autonomia.

Portanto, essa parte por mais que queiram fazer e por mais que queiram arranjar inércias e outras situações, não consegue esconder, como eu já disse, a substância e o valor deste diploma ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e o peso que ele tem na autonomia dos Açores e é isso que vai ficar para a nossa história.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não tenho mais nenhuma inscrição. Dou oportunidade aos Srs. Deputados para se inscreverem.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação na generalidade.

Vou dar aqui uns segundos para a Sra. Deputada fazer a contagem dos Srs. Deputados.

Vamos fazer a votação para a generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Sra. Secretária, faz favor de anunciar a votação.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, a Sra. Secretária está a fazer o anúncio da votação. Já fez, por unanimidade.

Passamos ao debate na especialidade.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação na especialidade.

Propunha à câmara a votação dos cinco artigos em conjunto.

Não havendo oposição, vamos fazer a votação dos cinco artigos da Proposta de Decreto Legislativo Regional, “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores”.

Vou por à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Sra. Secretária, se faz favor.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer a votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Secretária: Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto muito rápida só para dizer mais uma vez que o Parlamento dos Açores agiu com total responsabilidade, com total solidariedade em relação a estas questões do mar.

Só quero deixar um apelo: é que de facto este instrumento que foi aprovado por unanimidade (que foi aprovado por unanimidade!) seja de facto executado por parte do Governo Regional.

Não faz qualquer tipo de sentido que agora novamente, com toda esta legitimidade, com a aprovação por unanimidade de toda a câmara, de todos os partidos aqui, o que nós devemos exigir a este Governo é que de facto execute as medidas que aqui estão contempladas, que coloque os órgãos a funcionar e que construa os planos e os projetos que o mesmo contempla.

Portanto, agora a responsabilidade é vossa e da nossa parte, eu da minha parte vou estar muito atento em relação à execução das medidas que aqui estão previstas. Vou estar muito atento em relação a esta questão, porque o que se verificou ao longo desta discussão é que de facto em relação a este diploma que tinha sido aprovado em 2011 depois na prática o Governo limitou-se a aprovar legislação e nada fez.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto às representações e aos Srs. Deputados se querem fazer mais alguma declaração de voto.

Não havendo mais nenhuma inscrição dou por terminados os trabalhos por hoje.

Retomamos amanhã às 10 horas já com a Sra. Presidente.

Boa noite e bom jantar.

Eram 19 horas e 49 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Miguel António Moniz Costa

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

A redatora, Ana Machado